ISBN: 85-7506-035-X

Lineide do Lago Salvador Mosca (Org.)

RETÓRICAS

DE ONTEM E DE HOJE

2ª edição

Humanitas
FFLCH/USP

2001

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP
Ficha catalográfica: Margarida Maria de Souza - SBD/USP

HUMANITAS FFLCH/USP

e-mail: editflch@edu.usp.br
Telefax: 3818-4593

Editor responsável
Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

Coordenação Editorial, Projeto gráfico
e Diagramação
Mª. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Emendas
Selma Mª. Consoli Jacintho – MTb n. 28.839

SUMÁRIO



Pã e Psiquê

Apresentação

O fato de a Retórica – na acepção ampla que lhe davam os estudiosos e cultivadores da linguagem na Antigüidade – permanecer em plena vitalidade e efervescência, em nossos dias, manifesta-se na necessidade clara de que a presente obra seja reeditada, após uma reimpressão em 99, também já esgotada.

A escassez de trabalhos que mostrem essa continuidade e apontem, ao mesmo tempo, para as novas formas que a Retórica, como Ciência da Linguagem, vem assumindo diante dos avanços nesse setor do conhecimento, justifica a reedição de *Retóricas de Ontem e de Hoje*.

Acresce ainda considerar que vivemos num mundo no qual as situações de confronto se multiplicam e os conflitos delas decorrentes requerem negociações, avanços e recuos, bem como acordos que possibilitem uma vivência, senão harmoniosa, pelo menos com um menor grau de tensão e de incompatibilidade.

Os desdobramentos atuais a que chegamos no trato dessas questões reclamam, ao lado de uma Teoria da Argumentação, um enfrentamento do conflito que não pode, evidentemente, vir isento de preocupações éticas. Não se trata de um mero exercício verbal de cunho estético, mas de um espaço polêmico frente ao dissenso, à adversidade.

Ressalta-se igualmente o reconhecimento que cabe dar aos componentes afetivos e passionais presentes nos atos de troca comunicativa que se dão nas mais variadas formas das práticas ensejadas pela vida em sociedade.

Diante desse quadro, o discurso sedutor se faz cada vez mais presente, tornando-se um ato de grande habilidade o desembaraçar-se em meio a um emaranhado de linguagens, de atitudes e de decisões a tomar a cada instante.

Que o nosso trabalho possa aguçar o interesse por compreender como estes entrelaçamentos se dão no cotidiano, quais os expedientes mais persuasivos para a consecução deste ou daquele objetivo, assim como as razões de determinados recursos nos afetarem mais que outros em situações semelhantes.

Tem-se, cada vez mais, consciência de que fundamental é considerar a *diferença*, o *outro* presente em cada um e de que resulta um equilíbrio bem mais salutar no jogo de influências a que estamos todos expostos.

Não alteramos o que foi feito na primeira edição e em sua reimpressão. Desejamos que muitos trabalhos brotem no espírito do que a velha, porém sempre nova, Retórica nos ensinou com tanta sabedoria, repensados e recriados sob as luzes de nossos tempos.

Apresentamos, a seguir, o roteiro das partes componentes da presente obra:

Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos
Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca – organizadora
DLCV, Área de Filologia e Língua Portuguesa, FFLCH/USP
Trata-se de mostrar a continuidade dos estudos retóricos a partir de suas origens e em seus desenvolvimentos posteriores, mediante a avaliação dos principais pontos que sempre os nortearam. Ressalta-se o caráter integrador das Novas Retóricas, ao recuperar aspectos dissociados ao longo da história da Retórica, o que teria conduzido a uma visão reducionista de sua exata natureza e dos papéis que cabe a ela cumprir. Pretende-se pois, mostrar a sua vitalidade nos dias de hoje.

A Retórica na Índia Antiga
Prof. Dr. Carlos Alberto da Fonseca e Prof. Dr. Mário Ferreira
DLCV, Área de Língua e Literatura Sânscrita, FFLCH/USP

As concepções da retórica na Índia Antiga levam necessariamente a uma teoria do discurso e ao estudo das situações de comunicação e trocas entre as culturas. São pois, inseparáveis de uma perspectiva de estudos da linguagem. As condições específicas de eficácia e a questão da figura ligam-se ao sentido ritualístico e ao sentido mítico naquela cultura.

A Retórica na Grécia Antiga
Profa. Dra. Isis Borges B. da Fonseca
DLCV, Área de Grego, FFLCH/USP
Mostra o despertar da consciência retórica na Grécia e discute questões como a da eloqüência enquanto tendência natural dos gregos. Através do exame de um texto do gênero judiciário (*Sobre o assassinato de Eratóstenes*, de Lísias), faz a aplicação dos conceitos fundamentais da teoria retórica: teoria do *Kairos*, a psicagogia, as provas subjetivas, as provas técnicas e extra-técnicas, bem como as partes do discurso.

A Retórica na Tradição Latina
Prof. Dr. Ariovaldo Peterlini
DLCV, Área de Latim, FFLCH/USP
Apresenta como se deu a introdução da teoria da Retórica em Roma, precedida pela arte de falar, presente na eloqüência dos oradores, que dela se serviam desde os primórdios de sua história. Com abundante exemplificação, segue as diversas fases por que a Retórica passou, em seu desenvolvimento, na tradição latina.

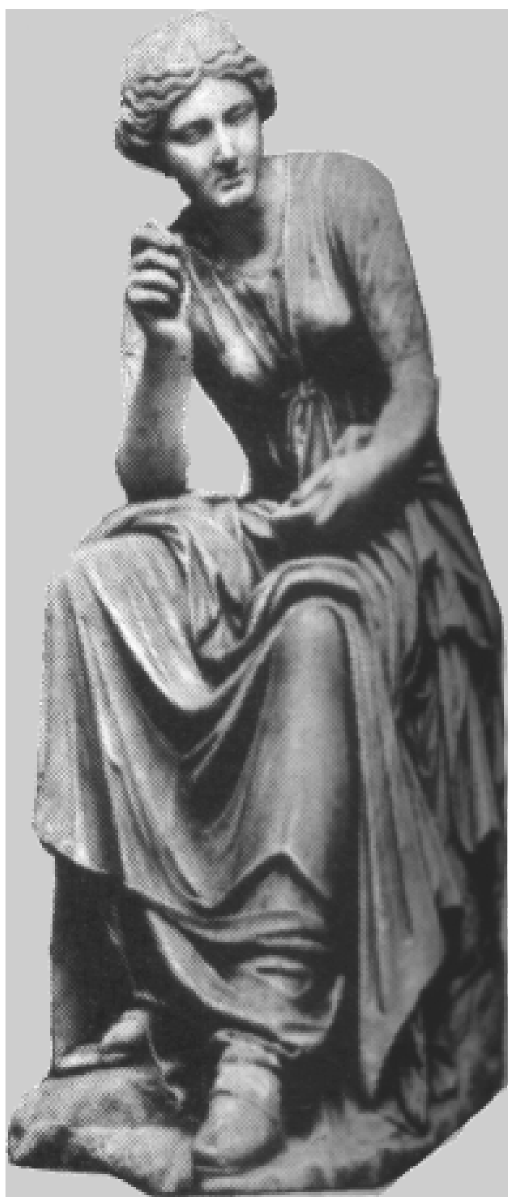
Figuras de Retórica e Argumentação
Profa. Dra. Elisa Guimarães
DLCV, Área de Filologia e Língua Portuguesa, FFLCH/USP

Faz uma avaliação do estatuto da figura, considerando as concepções tradicionais e procedendo a um reexame segundo as novas teorias da Argumentação (Perelman, Ducrot). Expõe as razões pelas quais Argumentação e Retórica se tornam inseparáveis no processo de convencimento e persuasão, ressaltando os efeitos que a figura nele produz.

Pragmática Lingüística: delimitação e objetivos
Profa. Dra. Helena Nagamine Brandão
DLCV, Área de Filologia e Língua Portuguesa, FFLCH/USP
Aponta as relações da Retórica com a Pragmática, colocando em evidência a concepção da linguagem enquanto ação e seus efeitos. A consideração da dimensão pragmática no discurso leva ao conhecimento de fatos ligados à enunciação, aos implícitos, pressupostos e subentendidos e, portanto, a uma reavaliação dos mecanismos retóricos.

Argumentação e Discurso
Profa. Dra. Maria Adélia Ferreira Mauro
Departamento de Lingüística, FFLCH/USP
Ressalta a importância para a Retórica em considerar elementos ligados diretamente à enunciação, tais como as inferências em geral, em razão de sua força comunicativa e de seu poder de manipulação. Trata das relações de sentido utilizadas para construir significados e interpretá-los, colocando a argumentatividade como um princípio constitutivo dessa atividade.

Lineide do Lago Salvador Mosca (Org.)



Calíope, musa da eloqüência e da poesia épica, mãe de Linos e de Orfeu.



Sarasvatl/ “Fluência” – esposa de Brahman, o princípio Criação no pensamento filo-religioso indiano antigo; Eloqüência, divindade tutelar dos literatos.

PREFÁCIO*

JEAN-MARIE KLINKENBERG**

Para a maioria das pessoas, a palavra *retórica* não evoca mais que vagas lembranças de uma terminologia abstrusa, em que antanaclase ladeia com anantapodoto: nomes de doenças graves ou incuráveis, ou nomes de monstros escapados de algum parque triássico ou cretáceo?

Nesse grande público, poucos há que sabem que a retórica dos antigos constituía uma disciplina que não era, de forma alguma, tão tola.

Pode-se nela ver, de fato, a primeira reflexão sistemática sobre os poderes da linguagem.

Tal retórica somente pôde vir à luz porque a sociedade que a viu nascer tinha passado por uma mudança até então nunca presenciada. Nela, uma certa forma de democratização havia conduzido a uma nova forma de gerar os conflitos de interesses. Até então, era a violência e o face a face. A partir daí, os conflitos deveriam ser acertados não mais diretamente entre as pessoas neles implicadas, mas diante de um determinado público: o dos pares, que se denomina público, ou o dos especialistas, juízes ou outros. À força física dever-se-ia, portanto, substituir-se a força do simbólico: somente aquele que detivesse o domínio sobre os signos, obteria a adesão da coletividade.

(*) Tradução de Lineide do Lago Salvador Mosca.

(**) Universidade de Liège (Bélgica), Département d'Etudes Romanes, membro do Groupe **μ**.

Diz-se, comumente, que o objeto da retórica é o *discurso*; os discursos, que essa disciplina classificava e cujos mecanismos internos ela estudava, tanto quanto as suas funções sociais. Se a palavra "discurso" devia designar apenas um desenvolvimento oratório, pomposo e formal, compreender-se-ia aqueles que não vêem hoje na retórica senão uma "ciência" ultrapassada: que lugar há ainda em nossa cultura para o que se chamava outrora eloqüência? Colocar a questão, já é trazer uma resposta: aquele tipo de eloqüência, há muito tempo que dela já demos cabo.

Se a palavra, entretanto, refere-se à crítica de arte, ao artigo de jornal, ou ainda, aos gritos das torcidas? Se ela remete aos debates da radiodifusão ou aos sites da internet? Se ela designa também o slogan político, o anúncio publicitário, o clipe televisionado? Não são estas, de fato, as formas contemporâneas da força simbólica e não constituem elas, igualmente, "discursos"?

Sustentar isso é admitir que haja lugar para uma retórica contemporânea. Uma ciência, portanto, de que o nosso mundo contemporâneo tem necessidade, uma vez que o poder nele se institui, mais do que nunca, pelo simbólico: pelas palavras e pelas imagens.

Uma ciência que ainda deve merecer o seu lugar. Pois, se a escola nos ensina a decifrar as palavras, a traçar as suas letras, ninguém nos ensina, verdadeiramente, ler os discursos que se fazem ouvir ao nosso redor.

Essa ciência, entretanto não está no limbo. Hoje , ela é praticada sob o nome de retórica, mas também sob outros nomes, por filósofos, lingüistas, semioticistas, antropólogos, sociólogos, especialistas da literatura, psicólogos ... As pesquisas destes revestem múltiplos aspectos. Uns se interrogam por que uma determinada formulação desenca-

deia o assentimento do público e não aquela outra; outros estudam as razões técnicas que fazem com que um mesmo enunciado possa produzir, simultaneamente, vários significados distintos.

Evidentemente, essa retórica moderna em devir não poderia consistir numa recuperação integral da retórica clássica. A história, de fato, remodelou constantemente as fronteiras do império retórico, nele desenhando novos reinos e novas repúblicas.

Dessa longa evolução – ou mesmo, dessas hesitações – dão testemunho os trabalhos reunidos nesta obra.

A disciplina constituída pela retórica, na verdade, jamais foi abandonada ao longo de sua história. Segundo as épocas, porém, ela teve estatutos, ou objetos, bem diferentes. Caricaturando a sua evolução, que será descrita com mais minúcias nas matérias que se seguem, pode-se dizer que ela constantemente oscilou entre uma concepção social e uma concepção formalista, e que ela acabou por morrer, antes de renascer, de maneira espetacular no século XX.

Oscilação entre concepção social e concepção formalista. Nos períodos de relativa democracia e sob seu regime, a retórica viveu enquanto arte da argumentação: de fato, somente um universo de referência, em que prevalece o pluralismo, pode autorizar o debate e, portanto, uma arte de administrar as diferenças e as contradições que nele se exprimem. Nas fases de menor democracia, contudo, a retórica ficou reduzida a não ser mais que um exercício formal. Ficou, portanto, restrita a não ser mais que a prática ou o estudo dos ornamentos. Na época moderna, a retórica conservou o seu estatuto ambíguo. E, além disso, diante das novas disciplinas que surgiram e de que se falará no interior desta obra, a retórica esvaziou-se parcialmente de sua substân-

cia. Isto explica, simultaneamente, o seu reinado indiscutível sobre o ensino, e o descrédito intelectual que a atingiu no século XIX.

Progressivamente, a retórica aproximou-se, assim, de sua morte. Mas, de forma alguma, de uma morte ignominiosa: com efeito, pode-se dizer que a retórica morreu por ter-se realizado.

Cada uma das partes do grande edifício que ela constituía adquiriu, na verdade, a sua independência, tanto no domínio das disciplinas teóricas como no das disciplinas práticas.

Por exemplo, de um lado, os refinamentos dos mecanismos de demonstração levaram a uma lógica que não cessou de se formalizar. De outro, uma grande quantidade de práticas sociais retomaram, numa perspectiva prática, uma parte da herança clássica lógica (pode-se pensar em atividades tão diferentes como o marketing ou a bastante duvidosa "programação neurolingüística"); ou foi retomada de forma mais analítica, como a psicologia social.

Os trabalhos aqui reunidos tratam, evidentemente, dessa fragmentação, mas atestam também, vigorosamente, o fato de que essa fragmentação não fez desaparecer o projeto retórico primitivo.

As retóricas de hoje – pois é preciso utilizar o plural a esse respeito – permanecem fiéis ao programa de sua antecessora clássica: contribuir para constituir uma ciência do discurso dos homens em sociedade. Elas podem, portanto, desempenhar o papel de um horizonte em que se concretiza a necessária *interdisciplinaridade* das ciências humanas. Disciplina holística, a retórica contemporânea intenta bloquear todo os *-ismos* redutores e colocar barreiras ao provincianismo metodológico.

Mas sobretudo, como se verá no panorama que segue, o impacto da retórica contemporânea sobre as ciências da linguagem não terá sido pequeno. Alimentada pelo saber lingüístico elaborado no século XX, a retórica o fecunda também, por sua vez , encorajando-o a alargar os limites que, num gesto útil, ele tinha delimitado de modo muito estrito. Graças ao seu impulso, as ciências da linguagem deslocam-se, assim, do estudo do sistema para o da *parole*, e se constitui, pouco a pouco, uma teoria da interpretação dos enunciados, na qual a dimensão enciclopédica tem o seu lugar. Pois, é hoje mais difícil separar a semântica da enciclopédia, isto é, da representação do mundo e das crenças que a determinam.

Recolocando a língua no seio do conjunto das práticas de comunicação e de significação, a retórica não faz nada mais, portanto, senão empreender a realização do programa de semiótica proposto por Saussure: o de estudo da vida dos signos no seio da vida social ...

Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos

Lineide do Lago Salvador Mosca*

A vitalidade dos estudos retóricos até os nossos dias foi o que levou à organização de um curso que levantasse os principais problemas com que a Retórica tem-se havido ao longo de sua história, cheia de pontos altos, mas também de crises e questionamentos. A bem dizer, é esta mesma dialética que está no bojo de sua própria natureza, que implica em controvérsia, discussão e, conseqüentemente, em influência e formação de opinião.

De fato, a Retórica tem sido colocada à prova pelos mesmos princípios que a norteiam internamente e que fazem com que ela refloresça sempre: aceitação da mudança, o respeito à alteridade e a consideração da língua como lugar de confronto das subjetividades.

Partindo-se do princípio de que a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, tem-se também como básico o fato de que argumentar significa considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas. Equivale, portanto, a conferir-lhe status e a qualificá-lo para o exercício da discussão e do entendimento, através do diálogo. Na verdade, o envolvimento não é unilateral, tendo-se uma verdadeira arena em que os interesses se entrechocam, quando o clima é de negociação, e em que prevalece o anseio de influência e de poder.

(*) Professora Doutora da Área de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP, coordenadora da presente obra.

Trata-se, na presente exposição, de mostrar as ligações da Retórica, em suas diversas tendências na atualidade, com a Retórica na Antigüidade e de retomar alguns temas comuns a ambas e de grande importância na revitalização dos estudos retóricos. Hoje, mais do que nunca, para compreender os fundamentos da Retórica, faz-se necessária a volta à tradição aristotélica e às demais que nos foram legadas pelas diversas culturas, vale dizer, às fontes dos conceitos que estão à sua base. Trata-se de uma atitude semelhante à que se dá na valorização do manuscrito, como fonte primeira de estudo.

Assim, a partir dos anos 60, as teorias retóricas modernas, representadas sobretudo pela teoria argumentativa de Perelman e seus continuadores e pela Retórica Geral ou Generalizada, do Grupo **μ** de Liège (Bélgica), vêm retomar a velha Retórica e, ao mesmo tempo, renová-la, valendo-se dos avanços trazidos por diversas disciplinas que se configuraram em nosso século: a Lingüística, a Semiologia / Semiótica, a Teoria da Informação, a Pragmática. Autores como Lausberg, em seus *Elementos de Retórica literária*, obra que é de 1963, propunham-se a esse trabalho de transposição e de reavaliação sob novas luzes.

A perenidade das idéias aristotélicas faz com que não se possa falar em morte da Retórica, como por vezes se decretou ao longo de sua trajetória. Contrariamente ao que propugnava Aristóteles, cujo estímulo era sempre para o exercício da reflexão pessoal, passou-se a uma reformulação rígida e ao aprisionamento a cânones. A tendência que se desenvolveu, a partir daí, em ver na Retórica e, igualmente, na Poética um preceituário de soluções que deveriam nortear toda produção e também a avaliação de obras concretas, esteve presente nos manuais do século XIX. Foram eles, por conseguinte, responsáveis, em grande parte, por muitas das distorsões que ocorreram e pela deformação do conceito original de Retórica. Os próprios introdutores da Retórica em Atenas, os sofistas, levaram a uma atitude de descrença ao

professar o ceticismo e aceitar raciocínios de toda ordem, neles incluindo-se os enganosos e só aparentemente corretos.

Assim, no uso comum, a palavra *retórica* foi adquirindo um valor pejorativo de que só mais recentemente vem se libertando. Expressões como "a hora não é de retórica", "chega de retórica", tão comuns em nossos periódicos, atestam essa visão mutilada, bem distante das concepções aristotélicas em que era identificada como uma súmula dos conhecimentos humanos, enfim, como a suprema sabedoria, o que determinava fosse considerada uma ciência. Ao caracterizar o trabalho da Retórica, Pierre Guiraud nos dá esse retrato, com linhas bem delineadas[1]:

> *De todas as disciplinas antigas, é a que melhor merece o nome de ciência, pois a amplidão das observações, a sutileza da análise, a precisão das definições, o rigor das classificações constituem um estudo sistemático dos recursos da linguagem, cujo equivalente não se encontra em qualquer dos outros conhecimentos daquela época.*

Essa é a razão pela qual se faz necessária a volta, sempre renovada, diretamente aos textos que deram origem aos desenvolvimentos posteriores, a fim de evitar interpretações cristalizadas ao longo das épocas. Não se pode também deixar de considerar que cada época faz a leitura dos **fatos** de acordo com o seu próprio modo de pensar, uma vez que eles comportam além daquilo que é **dado**, a maneira de os **interpretar** e de os **comunicar.** Cabe lembrar que quando se trata de signos, à diferença dos índices, há que contar com a questão da intencionalidade e evocar traços como os de polivalência, ambigüidade e imperfeição da linguagem em suas limitações.

(1) GUIRAUD, P., *A Estilística*. S. Paulo, Ed. Mestre Jou, 1970, p. 35-36.

O ponto fundamental da doutrina aristotélica, no que toca à Retórica, reside em considerá-la do domínio dos **conhecimentos prováveis** e não das certezas e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos. Por essa razão, o seu campo é o da controvérsia, da crença, do mundo da opinião, que se há de formar **dialeticamente**, pelo embate das idéias e pela habilidade no manejo do discurso. Aristóteles nunca propôs o mero exercício desse último ou o privilégio puro e simples do plano da **elocução** (recursos de expressão). Parte significativa de sua obra foi dedicada à **inventio** (a temática) e à **dispositio** (arranjo das partes). Portanto, quando se fala que a Retórica se caracteriza por ser uma **técnica** (*techne*), trata-se simultaneamente de uma técnica de argumentação e de uma habilidade na escolha dos meios para executá-la.

Algumas ocorrências da imprensa já atestam esse modo de compreender o conceito de *retórico* como o resultado dos dois componentes, isto é, em que conteúdo e forma se apresentam como inseparáveis. Veja-se, por exemplo, a manchete que encima matéria assinada por nosso correspondente em Davos (Suíça), para o caderno *Dinheiro* da FOLHA(2/2/97), versando sobre as negociações que os Estados Unidos e o Brasil desenvolviam naquele encontro:

EUA endurecem retórica com o Brasil

O fato de que hoje se dá o retorno a uma concepção de Retórica bem mais próxima das fontes fica evidente em seus novos desdobramentos, representados pelas Neo-Retóricas, de que são exemplos as Teorias da Argumentação, fundadas nas lógicas não-formais (de Chaïm Perelman e Lucie Olbrecht-Tyteca, de Michel Meyer, A. Lempereur e outros) e nas lógicas naturais (de Jean-Blaise Grize e Georges Vignaux, além de outros), assim como a Retórica Geral do Grupo **μ** (Jean-Marie

Klinkenberg, J. Dubois, Philippe Minguet, Francis Edeline, F. Pire e H. Trinon), cuja atuação nos últimos vinte anos vai muito além de uma simples retórica das figuras. O Grupo vem estendendo o tratamento retórico a outras linguagens, que não as exclusivamente verbais (pictóricas, fílmicas etc.).

Assim, à atitude de descrença nos efeitos da Retórica segue-se a convicção de que é no mundo da opinião, da *doxa* que são tecidas as relações sociais, políticas e econômicas, uma vez que é a esta que se tem acesso e não ao que se chamaria "mundo da verdade". Postula-se uma retórica do **verossímil**, em que há espaço para o não-racional sob suas diversas formas: a da sensibilidade, da sedução e do fascínio, da crença e das paixões em geral. Foi em Aristóteles que se encontrou a possibilidade de uma dialética entre verdade e aparência de verdade, ou seja, o verossímil, podendo-se falar mais propriamente em representação da verdade, que emerge do senso comum e que se corporifica nos discursos do homem. De igual forma, ao mostrar a ligação da Retórica com a **persuasão**, desvinculando-a da noção de verdade, Aristóteles estabeleceu as bases dessa disciplina e que iriam persistir em seus desdobramentos modernos. A sua concepção de discurso convincente, como sendo aquele que consegue fazer o público sentir-se identificado com o seu produtor e a sua proposta, é aproximadamente a mesma adotada por Perelman e Tyteca em seu *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*[2]:

> *O objetivo de toda argumentação, já o dissemos, é provocar ou aumentar a **adesão** dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão,*

(2) *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica,* trad. M. Ermantina Galvão Pereira. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 50.

> *de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.*

O discurso persuasivo, aquele destinado a agir sobre os outros através do *logos* (palavra e razão), envolve a disposição que os ouvintes conferem aos que falam (*ethos*) e a reação a ser desencadeada nos que ouvem (*pathos*). Estes são os três elementos que irão figurar em todas as definições posteriores e que compreendem o instruir (*docere*), comover (*movere*) e o agradar (*delectare*). Partindo da noção de **juízo**, básica em Retórica, aquele a quem se fala também é juiz, daí o caráter interativo e dialógico em que se apóiam as Neo-Retóricas. Quando se fala, portanto, em Teoria da Argumentação, cabe um reexame das relações entre Retórica e Dialética, tal como estabelecidas na concepção aristotélica, o que tem sido uma preocupação constante nos trabalhos de Perelman e seus continuadores.

Chega-se, por esse caminho, às características básicas que sempre nortearam a retórica, desde as suas origens e que a pautam também em nossos dias, guardadas as diferentes condições e modos de existência. São elas:

I. Eficácia:

No discurso persuasivo são mobilizados todos os recursos retóricos para a produção de **efeitos de sentido**, isto é, com vistas a um determinado fim, havendo pois um caráter manipulador em seu funcionamento. De fato, são as projeções do sujeito da enunciação que irão determinar o desenrolar da argumentação, daí a importância das teorias enunciativas para todo e qualquer enfoque retórico. Há que observar, sobretu-

do, os traços enraizados na enunciação (as formas de discurso, o modo, os procedimentos de avaliação e outros índices).

Nesse sentido, todo discurso é uma **construção retórica**, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão. Conforme se depreende, essa concepção de base pode ser o ponto de partida para o estudo da estrutura discursiva do texto, do inventário dos tópicos e das escolhas estilísticas efetuadas. Assim vista, a Retórica é sempre uma *techne* que implica cultivo, aplicação e estratégia. Na tradição retórica latina, é Cícero no seu *De Oratore*, Livro Primeiro, que nos fornece indicações preciosas a esse respeito[3]:

> *Se, de fato, aquelas coisas que têm sido observadas no uso e no tratamento do discurso vêm notadas e assinaladas por pessoas hábeis e sagazes, e definidas com as palavras, explicadas nos seus gêneros, distribuídas nas suas partes – coisa que me parece seja possível fazer-se – não compreendo porque, embora não com o rigor de uma estrita definição, todavia ao menos no sentido lato, a retórica não deva ser considerada uma arte.*

Pode-se dizer que sob o **conceito de Retórica** reúnem-se dois ramos:

l. Estudo da produção literária, em que a preocupação é a idéia de ruptura, de inovação, de **desvio**. Portanto, o que lhe interessa é a oposição regra/desvio e o cultivo da **diferença**, cabendo discussões a esse respeito.

2. Estudo da produção persuasiva propriamente dita, da expressão eficaz, baseada no acordo implícito dos valores e no princípio da cooperação dos envolvidos no ato comunicativo. Dentro dessas con-

(3) CICERON, *De l'Orateur*, Libr. I, chap. 23.

dições, parte de uma apologia da **norma**, do senso comum, da partilha de princípios e expectativas. É, portanto, a noção de **identidade** que consolida o ato de adesão. São os estereótipos, os lugares-comuns que circulam em suas manifestações.

A Retórica se identifica com a teoria do discurso persuasivo, tanto para Aristóteles como para Perelman. Para este, argumentação e retórica são ligadas, pois não existe discurso sem auditório e não há argumentação sem retórica. Na realidade, porém, não se trata de exclusividade de uma ou outra dessas tendências, ocorrendo antes uma superposição. Assim, na *Retórica da Poesia*, por exemplo, o Grupo **µ** aponta os traços que fazem da poesia um instrumento bastante eficaz.

O fato de os mecanismos retóricos, por seu caráter estratégico, no sentido logístico mesmo do termo, produzirem efeitos de sentido, coloca a Retórica em conexão com a Semiótica, que se ocupa das práticas significativas, sejam elas verbais ou de outra natureza. Também a Retórica tem estendido os seus estudos a outras linguagens (fílmica, pictórica, plástica), conforme se pode constatar na farta produção do Grupo **µ**, da Universidade de Liège, que desde 1970 vem se ocupando da comunicação visual, com a preocupação de estudar a possibilidade de transferência, para esse domínio, dos conceitos retóricos de caráter lingüístico. É dessa data a sua *Retórica Geral*, traduzida em muitas línguas, inclusive em japonês e coreano, e que foi inicialmente denominada *Rhétorique généralisée*, exatamente por não privilegiar o verbal.

Em 1964, Roland Barthes lançava na revista *Communications* importante artigo intitulado "Rhétorique de l'image", posteriormente republicado em *L'Obvie et l'Obtus*, como parte de seu primeiro capítulo, intitulado "L'écriture du visible". Na França de nossos dias, são os trabalhos de Jean-Marie Floch, como *Identités Visuelles*, de 1994, que perfilham os novos caminhos, abertos com o envolvimento cada vez maior da publicidade e do *merchandising.*

As relações entre Semiótica e Retórica foram alvo de estudos do *Séminaire Intersémiotique de Paris* da École de Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), em seu semestre letivo de 1995/1996, do qual participamos durante estágio de estudos e pesquisas na Europa. O tema que se estabeleceu, dentro desse quadro de relações, como norteador do grupo participante, foi a questão da **tensividade** ("Vers une rhétorique tensive"). Reconheceu-se inicialmente que, apesar de a Semiótica ter-se mantido afastada da Retórica, as duas disciplinas têm-se voltado para o mesmo tipo de fenômenos. Assim é que o Seminário propôs-se, como objetivo central, examinar a pertinência e o valor operatório, no campo da retórica, de uma **hipótese tensiva**. A partir do momento em que se adota uma perspectiva essencialmente discursiva, o conjunto do campo retórico (lugares, tropos, figuras) aparece como o da regulação e da modalização das **tensões** entre grandezas, dimensões ou enunciações que estão em concorrência nas camadas profundas do discurso e que irão aceder à manifestação.

A questão básica é, pois, a da solicitação patêmica da figura, provocada por ocasião da enunciação em ato, isto é, no domínio do vivenciado ("eprouvé") do conflito, aberto em cada ponto do discurso.

Tal perspectiva já tem sido trilhada pelos desenvolvimentos de Paul Ricoeur, no caso da metáfora, e por M. Prandi, no que toca às formas do que ele chama *conflito conceptual*, na questão dos tropos. Entre os semioticistas, destacam-se os trabalhos de Claude Zilberberg, Jacques Fontanille, Denis Bertrand, Per Aage Brandt e outros.

Por sua parte, a Sociossemiótica tem procurado dar conta do **jogo de forças** que se realiza no discurso, da fala como **ato jurídico**, dos **papéis** de que se investem os interlocutores, da noção de **cenário** e de **espetacularidade** no quadro social. Nesse sentido, têm sido esclarecedores os estudos empreendidos por Eric Landowski no âmbito dessa disciplina, entre os quais destacamos *A sociedade Refletida*, obra em que o autor se volta para vários tipos de discurso (o jurídico, o político,

o publicitário e o jornalístico), preocupando-se com o seu funcionamento global e a eficácia social de tais atividades discursivas.

Conforme se pode perceber, a Retórica – enquanto teoria do discurso persuasivo – confina com várias disciplinas, delas recebendo subsídios, ao mesmo tempo em que fornece seu arsenal já milenar, a partir das experiências que o homem tem feito desde que percebeu a força de seu discurso sobre o outro.

II. Caráter utilitário:

O surgimento da Retórica na Grécia Antiga prende-se à luta reivindicatória de defesa de terras na Sicília, que haviam caído em poder de usurpadores. Esse caráter prático, aliado à eficácia, esteve sempre presente nas finalidades da Retórica e é o que modernamente a situa junto à Pragmática.

De fato, para se decidir **em que medida** um discurso visa persuadir e **como** o faz, há que levar em conta as características fundamentais da situação em que ele se dá e as relações de intersubjetividade dos interlocutores. Os efeitos perseguidos pelos discursos persuasivos são produtos não de um simples ato ilocutório, como também de elementos extraídos da força ilocucionária da situação. Cabe ainda lembrar que o ato de **informar** não existe em estado puro e serve antes a **convencer** e **persuadir** do que por si próprio. Assim é que discursos que se têm como informativos, tais como o científico e o jornalístico, são o exemplo disso, uma vez que existem em função de determinada finalidade prática a ser atingida. Por esse motivo, coloca-se em questão a tradicional divisão das modalidades dos gêneros jornalísticos em informativos, interpretativos e opinativos que, na realidade, serve apenas para balisar a práxis jornalística, quando não mesmo para despistar um leitor desavisado.

A linguagem é assim instrumento não só de informação, mas basicamente de **argumentação** e esta, por sua vez, se dá **na** comunicação e **pela** comunicação, razão pela qual a argumentação é sempre situada, dando-se basicamente num processo de diálogo, isto é, num contacto entre sujeitos.

Para Ducrot e Anscombre, a argumentação se inscreve na própria língua, dada a natureza argumentativa da linguagem. O explícito é lingüisticamente portador de uma conclusão, sugerida pelas variáveis argumentativas imanentes à frase. Os autores rejeitam a idéia de que uma frase se basta a si mesma por sua própria estrutura para lhe dar sentido, independentemente do contexto. Insistem no elo que há entre explícito e implícito como constitutivo da intelegibilidade e no fato de que o argumentativo não é um acréscimo ao explícito, mas está na **relação** entre ambos. Esclarecem também a questão do literal que, na realidade, é produzido em função de um sentido implícito, ponto esse bastante importante quando se examina a **figura** e sua natureza.

São fundamentais aos estudos retóricos alguns campos básicos, sobre os quais refletiremos, com vistas a um reexame e atualização e que serão apontados a seguir:

1. As partes componentes do sistema retórico
2. Os gêneros do discurso
3. A figura

1. Partes da Retórica:

Inicialmente, é preciso achar o que dizer; em seguida, ordenar o que se encontrou e proceder a um investimento no plano da expressão, de modo a ter adequação nas escolhas. Na realidade, o que se dá é que o pensamento, as idéias se forjam num trabalho conjunto com a

linguagem, resultando que aprender a exprimir-se é também aprender a pensar. No Livro Terceiro do *De Oratore*, Cícero expõe com muita felicidade essa relação de dupla implicação, que seu estilo inconfundível expressa à maravilha[4]:

> *De fato, abundância dos assuntos gera a abundância das palavras; e se existe nobreza nos assuntos de que se fala, surge da natureza do assunto certo esplendor natural das palavras(...). Assim, facilmente, na abundância dos assuntos, da própria natureza fluirão os ornamentos da oração, sem guia algum, desde que seja ela exercitada.*

As partes componentes do sistema retórico para os gregos eram quatro – a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio* e a *actio* – às quais os romanos acrescentaram mais uma, a *memoria.*

Inventio - É o estoque do material, de onde se tiram os argumentos, as provas e outros meios de persuasão relativos ao tema do discurso. A *topica* de que trata Aristóteles. O estudo dos **lugares** – elemento de prova de onde se tiram os argumentos – é parte essencial da *inventio.* Trata-se, portanto, de retórica do conteúdo.

Dispositio - É a maneira de dispor as diferentes partes do discurso, o qual deve ter os seguintes componentes: exórdio, proposição, partição, narração/descrição, argumentação (confirmação/refutação) e peroração. Trata-se da organização interna do discurso, de seu plano.

Elocutio - É o estilo ou as escolhas que podem ser feitas no plano de expressão para que haja adequação forma/con-

(4) CICERON, *De l'Orateur*, Libr. III, chap. 31.

teúdo. São conhecidas as virtudes apregoadas pela velha Retórica e que ainda continuam sendo preceitos do bem dizer, embora nem sempre os meios de comunicação os tenham em mente: correção, clareza, concisão, adequação, elegância. Nessa parte, há ainda que considerar a questão das modalidades de estilo, mencionando a conhecida teoria dos três estilos, de acordo com a adequação de elocução: simples, médio e sublime. A Retórica seria, portanto, uma **arte funcional**, por todos esses aspectos.

Actio - É a ação que atualiza o discurso, a sua execução e constitui o próprio alvo da Retórica. Nela se incluem os elementos suprassegmentais (ritmo, pausa, entonação, timbre de voz) e a gestualidade. Há, portanto, lugar para o não-verbal, que faz parte integrante do ato da comunicação.Tem-se que considerar a presença de um auditório, em relação ao qual o princípio básico é o de adequação, tendo-se como finalidade não apenas convencer pelos raciocínios, mas persuadir com base na emoção.

Memoria - É a retenção do material a ser transmitido, considerando-se sobretudo o discurso oral, em que um orador transmite mensagem a um auditório. Para Quintiliano, a memória era não somente um dom mas uma técnica que poderia também ser desenvolvida por processos mnemônicos, os famosos “truques” para a retenção do discurso. Constituem elementos essenciais para essa finalidade a própria estrutura do discurso, a sua coerência interna, o encadeamento lógico

> das partes, a euritmia de suas frases. Conforme se pode observar, as três partes fundamentais do sistema retórico são fundamentais para que se possa ter o discurso disponível na memória. Esta, longe de ser um entrave à criatividade, permite uma melhor posse do discurso, o que não elimina a improvisação e a capacidade de adaptação às eventuais refutações. A *memoria* permite não somente reter, mas também improvisar.

Pode-se dizer que ainda hoje esses passos propostos pela Retórica Antiga constituem procedimentos importantes para a consecução de um trabalho bem composto e de boa qualidade. Os recursos modernos da eletrônica não desterraram o trabalho da memória, como seríamos levados a pensar. Pelo contrário, voltam a recuperá-la e a valorizá-la. O elemento oral, que havia sido marginalizado pelo advento da era gutenberguiana, entroniza-se com toda a força através da mídia em geral (telefone, rádio, televisão, gravação eletro-magnética do som e da imagem). A comunicação oral pode permanecer, ser conservada, transmitida à distância, reproduzida, tal como a escrita. Já não é bem verdade que *verba volant scripta manent.* Além disso, nota-se na atualidade o enfraquecimento da oposição oral/escrito, uma vez que a realidade comunicativa atesta a presença de muitas atuações híbridas.

A Retórica retorna vigorosa, portanto, não só nas suas três primeiras partes (*inventio,dispositio e elocutio)*, desenvolvidas pela via lógica e pela análise lingüístico-estilística, mas também na *memoria* e na *actio*, enquanto forma de apresentar as palavras, de gesticular (a Kinésica), de fazer a interação com o espaço (a Proxêmica). Há todo um universo "performático" a considerar e que veio a restaurar igualmente os componentes emotivos, sensuais e de prazer da palavra, com a sua presentificação. Voltam também à tona os traços que esta-

vam recalcados e refreados e que os novos meios permitem expandir e revelar. A sedução, nesse contexto, tem plena possibilidade de exercício como instrumento de persuasão. Assim, a Psicanálise e a Semiótica das Paixões vêm bem ao encontro das preocupações plenas da Retórica – e é como um **sistema retórico** que cabe tomá-la – em sua atual revigoração.

2. Os gêneros do discurso:

Classificados segundo o objetivo e o contexto, os gêneros básicos de discurso remontam à antiga Retórica e hoje se atualizam sob formas bastante variadas, assumindo novos formatos. São eles: o discurso judiciário ou forense, o discurso deliberativo ou político e o discurso epidítico ou cerimonial. Os discursos podem apresentar lugares comuns (*Topoi*), o fundo lógico comum a todos os discursos inscritos numa mesma tradição cultural, e lugares próprios a cada um (*eidos)* e que passamos a destacar a seguir:

O **discurso judiciário** visa a destruir os argumentos contrários, tendo que combater a parte oposta, ou seja, a tese proposta e apresentar provas técnicas (criadas no discurso e dependentes da retórica), além das extra-técnicas preexistentes ao discurso (leis, testemunhas etc).

O **discurso deliberativo** trata de questões ligadas à coletividade, à *polis* em sua totalidade, quanto à sua administração e às decisões a serem tomadas em benefício público. Em sua *Arte Retórica*, Aristóteles atribui-lhe cinco questões básicas[5]:

(5) ARISTÓTELES, *Retórica*, Liv. I, cap. IV, seç. II.

1) recursos financeiros, 2) guerra e paz, 3) defesa do território, 4) importação e exportação e 5) legislação.

O **discurso epidítico** é o que procede ao elogio ou à censura e, por explorar todos os recursos literários, oscila entre o funcional e o estético. Ao cumprir uma função social e cívica, liga-se também a questões de ética pública.

Segue-se um quadro com a finalidade de cada tipo de discurso, o tempo afetado, a categoria envolvida, o tipo de auditório, os critérios de avaliação e o argumento-tipo:

	Finalidade	*Tempo*	*Categoria*	*Auditório*	*Avaliação*	*Argum. tipo*
Judiciário	Acusar/ defender	Passado	Ética	juiz/jurados	justo/ injusto	entimema (dedutivo)
Deliberativo	Aconselhar/ desaconselhar	Futuro	Epistêmica	assembléia	útil/ prejudicial	exemplo (indutivo)
Epidítico	Elogiar/ censurar	Presente	Estética	espectador	belo/feio	amplificação

Na realidade, embora esses gêneros sejam bem delineados, dentro da mesma argumentação podem ocorrer traços dos três tipos de discurso, numa relação de dominância e não de exclusão, tal como se pôde observar a partir da especificação dos lugares próprios de cada um, em que já se entrevêem determinadas imbricações. Os diversos tipos de discurso convivem, na tentativa de ganhar a adesão do público e o seu assentimento, ou seja, de convencê-lo da validade da causa proposta e persuadi-lo à sua aceitação.

Com a multiplicação dos meios de comunicação, ocorre também uma extrema diversidade de manifestações, que apontaremos a seguir, embora sejam os debates jurídicos e políticos que mais intensamente mantêm viva a tradição retórica. Eis algumas versões atuais de aplicação dos três tipos de discursos tratados pela velha retórica:

O discurso judiciário:

- Nos tribunais - utilizado pelo promotor e pelos advogados de defesa/acusação em seus julgamentos.
- Nos sermões - utilizado por chefes religiosos, acusando ou defendendo comportamentos ou atitudes de afiliados ou não à determinada crença religiosa.
- Em manifestos, cartas abertas e notas oficiais, denunciando ou inocentando pessoas e atos. Atente-se para documentos dessa natureza, publicados nos jornais e na imprensa televisiva, para corrigir boatos, desfazer equívocos ou rebater acusações. Trata-se, por este meio, de dar uma satisfação à comunidade, preservando ou alterando uma determinada imagem de si mesmo, indivíduo ou instituição.

O discurso deliberativo:

- Documentos técnicos com recomendações de consultores, pareceres e outros documentos desse gênero.
- Discursos políticos em geral, propondo ou desaconselhando a aprovação de projetos de lei, medidas provisórias e outras congêneres.
- Pronunciamentos aconselhando ou desaconselhando medidas diante de posições controvertidas, tais como adoção de um novo sistema de governo diante de um plebiscito, por exemplo; questões embaraçosas como a instituição da eutanásia, a legalização do aborto ou do comércio de drogas.

O discurso epidítico:

- Discursos comemorativos, em ocasiões solenes, geralmente de caráter emotivo, tais como despedidas, entrega de condecorações, cerimônias de formatura ou colação de grau, encerramentos de eventos, tomadas de posse para cargos e outras situações semelhantes.

- Discursos fúnebres, em que se exaltam as virtudes de um falecido estimado ou famoso por seus méritos.

Algumas das proposições da Retórica, no que toca à questão dos gêneros do discurso, podem hoje ser reexaminadas à luz da teoria dos atos de linguagem, o que não cabe entretanto, desenvolver nesse trabalho.

3. A Figura:

Constitui uma das questões basilares da Retórica e na Antigüidade foi alvo de estudos primorosos, tendo-se chegado a um inventário exaustivo e a classificações bastante detalhadas. Cultivadas nos trabalhos da Idade Média, bastante valorizadas no Renascimento, no século XVIII as figuras foram tema de estudo com Dumarsais em seu *Traité des Tropes* (1730) e no século XIX com P. Fontanier (1821-1827) em *Les Figures du Discours*, reeditado em 1968 com introdução de G. Genette.

O papel da figura nos estudos retóricos foi assumindo tão grande proporção que, em determinado período de sua história, a Retórica reduziu-se ao seu exclusivo estudo, sendo esta uma das razões do sentido restrito que passou a veicular e que a distanciou de sua acepção plena, apta a atender aos demais componentes envolvidos no discurso. Na realidade, foi contra esse tipo de retórica restrita que se voltaram os que se propuseram a reabilitar o sentido original da retórica. Roland Barthes, ao se pronunciar a respeito, considera que seria um contra-senso limitar a Retórica ao estudo dos tropos e termina sua exposição sobre a retórica antiga, mencionando o que ele considera o seu legítimo alcance[6]:

(6) Cf. BARTHES, R. "A Retórica Antiga". In: COHEN, J. *et alii. Pesquisas de retórica*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975, p. 221.

Por isso, reduzir a retórica à categoria de objeto total e puramente histórico, reivindicar com o nome de texto, de estilo, uma nova prática da linguagem e nunca se separar da ciência revolucionária representa um único e mesmo trabalho.

A quebra do equilíbrio primitivo da Retórica levou a diversas alterações, entre as quais ao privilégio concedido ao texto literário, especialmente na França. No mundo anglo-saxão, a Retórica permaneceu mais próxima de suas origens. Tais tendências dissociativas foram bastante prejudiciais a uma concepção integral de retórica, tal como concebida por Aristóteles e recuperada nos estudos atuais.

No reinado da figura, a metáfora foi sempre a rainha, constituindo um dos recursos mais importantes da *léxis* (*elocutio*), portanto do plano de expressão, seja da *léxis* retórica, seja da *léxis* poética. Aristóteles trata da metáfora tanto na *Arte Retórica* como na *Arte Poética*, mas a sua função difere de uma para outra, uma vez que na Retórica o seu valor é argumentativo, antes de mais nada. Portanto, a distinção não está no procedimento metafórico, que é basicamente o mesmo nos dois casos, mas na estratégia de sua utilização. Em ambas, a metáfora constitui sempre um processo de enriquecimento, em sua função estética de ornato ou de elemento argumentativo, enfim, em sua plenitude. Não se pode negar a eficácia do uso da metáfora nos mais variados tipos de discurso, não só naqueles tidos como explicitamente persuasivos (político, publicitário, jornalístico e outros) como também nas formas mais sutis do discurso literário.

Definida por Aristóteles como a capacidade de perceber semelhanças, a metáfora é hoje alvo de muitas investigações e seu valor heurístico vem sendo ressaltado em virtude da função mediadora que lhe é dado exercer. Os trabalhos de G. Lakoff, notadamente, sob a perspectiva de uma semântica cognitiva, colocam a metáfora no centro do sistema conceptual, como a possibilidade de assegurar a expressão de nossa experiência, de maneira sensível, isto é, “incorporada”, manifestando-a sob a forma de uma linguagem figurada.

Inúmeras tentativas foram feitas, dentro do âmbito da Retórica, com o intuito de classificar o inventário das figuras, cujo número se elevava a cerca de duzentos e cinqüenta tipos.

Fontanier, em 1830, na obra citada, fizera uma tentativa de classificação, chegando a distinguir sete classes, segundo o critério das partes afetadas: 1. figuras de significação ou *tropos*, em uma só palavra; 2. figuras de *expressão*, ainda recaindo sobre a significação, mas envolvendo várias palavras; 3. figuras de *dicção*, que trazem modificação material na forma das palavras; 4. figuras de *construção*, quando afetam a ordem das palavras ou a sua expansão/subtração; 5. figuras de *elocução*, que procedem da escolha no nível da expressão da idéia; 6. figuras de *estilo*, escolha de palavras para expressão de um juízo, relacionando pelo menos duas idéias; 7. Figuras de *pensamento*, torneios dados ao próprio pensamento, independentemente de sua expressão.

Em decorrência dos avanços trazidos pelas Ciências da Linguagem e disciplinas afins, tornou-se imperiosa, em nossos dias, a necessidade de revisão e adaptação da questão das figuras sob novas perspectivas. Nesse sentido, cabe destacar a contribuição de Lausberg e, sobretudo, a do Grupo μ, de Liège, que em sua *Retórica Geral* faz um reexame da figura e estabelece uma classificação mais abrangente, sob o nome de *metáboles*, que compreendem quatro classes, examinadas sob três operações gerais, quais sejam, de junção, supressão e permuta:

Metaplasmos - figuras formais, que agem sobre o aspecto sonoro ou gráfico das palavras e unidades menores.
Metataxes - figuras de sintaxe.
Metassememas - figuras de natureza semântica.
Metalogismos - figuras aproximadas às conhecidas como figuras de pensamento.

Tal como Hjelmslev, o Grupo μ considera o plano de expressão e o plano do conteúdo, tomando-os quanto à sua substância e à sua

forma. Pode-se, portanto, representá-los no seguinte quadro, de acordo com o elemento em que incidem:

	expressão	Conteúdo
vocábulo	Metaplasmo	Metassemema
Frase	Metataxe	Metalogismo

Barilli, renomado professor da Universidade de Bolonha, que percorre a história dos conhecimentos retóricos de suas origens às posições mais recentes, reconhece ser o empreendimento classificatório do Grupo **μ** "até hoje o mais válido e exaustivo"[7]. Pode-se dizer que, ao renovar a nomenclatura tradicional e chegar a uma esmerada taxonomia, os estudiosos de Liège forneceram um precioso instrumento de trabalho, aplicável aos vários tipos de discurso. Em sua *Retórica da Poesia*, o Grupo tira o máximo partido desse bem fundamentado sistema descritivo.

Perelman, coerentemente com a sua filosofia da retórica, considera as figuras segundo o fim a que se prestam na argumentação e as classifica em figuras de *presença*, figuras de *seleção* e figuras de *comunhão*. Embora o autor privilegie a *inventio* e a *dispositio*, que ele recuperou em sua teoria da argumentação, não despreza entretanto a *elocutio*, nem a isola das outras partes, mas a subordina aos princípios de adesão, de adequação, de conveniência e outros ligados às questões do auditório e da retórica como **prática social**. Enfim, Perelman não prescinde dos objetivos gerais da argumentação.

Quando se trata da figura, muito discutível é a questão do **grau zero** que equivaleria teoricamente à inexistência de desvio, mas que na realidade é uma construção artificial e não pode se confundir

(7) BARILLI, R. *Retórica*. Lisboa, Ed. Presença, 1985, p. 156.

com nenhum tipo de discurso, como muitas vezes se intenta fazer. O grau zero da retórica praticamente não se dá nem no discurso científico, que dele procura se aproximar, nem tampouco na chamada linguagem comum, que não é domínio exclusivo da denotação. Sobre o linguajar cotidiano, ficou conhecida a afirmação de Dumarsais, segundo a qual se fazem mais tropos num dia de mercado que numa solene tribuna.

A grande reformulação na maneira de abordar as figuras de retórica reside no fato de que passam a ser examinadas como **figuras de discurso** e não como figuras de palavras ou construções. São, portanto, figuras de texto, por desempenhar um papel na produção geral de sentido que nele se dá, isto é, participam de um procedimento discursivo de **construção de sentido**. A ruptura das regras combinatórias esperadas, criando uma impertinência semântica, possibilita a produção de novos sentidos e outras leituras criadas pelo novo recorte. É o que dá à figura margem para estabelecer um outro ponto de vista sobre o mundo, a exploração de uma outra "perspectiva", contando com a sua capacidade de reorganização cognitiva e sensorial. Ela tem o mérito de tornar sensível um conteúdo ausente e, com isto, de propiciar a criação de uma ilusão referencial. No funcionamento de um texto, a figura permite passar de uma **isotopia** a outra, no caso de um texto pluri-isotópico, compreendendo-se aqui isotopia como a reiteração de traços, qualquer que seja a sua natureza, ao longo do discurso.

Tratar a figura e, em última análise a metáfora, como elemento de **modulação** na construção do enunciado, significa considerar as **variações subjetivas** que se efetuam, tendo como fundo um **recorte social** mais amplo. É, pois, de caráter modelizador a proposta de uma outra visão das coisas, implementada pela metáfora e que resulta muitas vezes na quebra do estereótipo.

Fontanier, na já citada obra, distingue a metáfora de "invenção", aquela que é contextual e instantânea, da "metáfora de uso", já codificada por uma comunidade lingüística, fato de Língua e não de discur-

so. Nos tipos de discurso que dão acolhida aos lugares-comuns, a metáfora de uso tem a sua funcionalidade. Sabe-se que o estereótipo pode veicular a voz da coletividade e a lógica da consciência social, sendo um meio por onde a ideologia flui com facilidade. Nada mais manipulador do que a premeditação e criação desse princípio de consenso e unanimidade, quando estimulados artificialmente. Ao confirmar o já-sabido, impedem o papel de descoberta e de reorganização que está na base da metáfora de invenção.

Em Aristóteles, o verossímil depende, em última instância, da **opinião comum**, isto é, do público. Se observarmos hoje o discurso publicitário, veremos que ele lança mão de idéias consensuais para a coletividade e, ao inseri-las na argumentação, alcança os efeitos de espelhamento e identificação desejados, acabando por sugerir uma ação. Para a publicidade, o verossímil se apresenta não como o verdadeiro, mas como aquilo que se *parece* com ele, que lhe dá impressão de verdade, ou seja, através da ótica da ilusão, na tentativa de imitar a realidade.

Por outro lado, é na *lexis* poética que vamos encontrar o espaço extremo da transgressão, das metáforas arrojadas, emergentes da rede de relações criadas nas significações contextuais, isto é, "feitas sob medida" para aquele evento textual. Cabe lembrar que nas teorias atuais sobre a enunciação, esta é tratada como um "acontecimento" e a situação discursiva como uma "cena" montada, com seus procedimentos estratégicos. Pode-se dizer que o processo de metaforização envolve todo o discurso poético, lugar por excelência de escolhas estilisticamente marcadas, de exploração máxima das virtualidades do sistema.

Qualquer que seja, entretanto, a forma assumida pelo processo metafórico, prevista ou não pelo código, ele irá necessariamente trazer uma visão de mundo, que pode ir da estereotipia ao contra-senso, seja reiterando saberes partilhados, seja estabelecendo relações inéditas entre

as coisas. O que importa é, portanto, avaliar a sua **função argumentativa** dentro daquele determinado tipo de discurso, isto é, os efeitos produzidos. Nesse sentido, fica evidente a **função persuasiva** que a figura exerce sobre os elementos emotivos que constituem e fundamentam a estrutura dos sujeitos, ultrapassando o seu papel puramente informativo para cumprir uma finalidade de **incitamento** e de **sedução**.

A publicidade mostra, com grande êxito, que a figura não é de ordem puramente estética e que ela pode ser altamente persuasiva. Cabe ressaltar ainda que estudos sobre o discurso poético revelam o fato de que o estético e o persuasivo estão indissoluvelmente ligados[8].

Pontos de Contacto:

O que se pôde observar ao longo dessa exposição é o fato de que são mais numerosos os pontos comuns que os divergentes, se compararmos a velha Retórica com os seus desdobramentos atuais nas Neo-Retóricas, razão pela qual fica evidente a **continuidade** dos estudos retóricos. Não só são constantes as remissões aos autores do passado, como também se constata, por sua leitura, que as noções fundamentais das Neo-Retóricas já estavam presentes nos estudos da Antigüidade:

- A finalidade prática. O exercício da argumentação no cotidiano.
- A concepção de discurso convincente. Argumentação/Persuasão.
- O mundo da opinião, a doxa.O conjunto das opiniões partilhadas.
- A presença do não-racional. O sentir, as categorias pulsionais,

(8) Cf. GROUPE μ, *Retórica da Poesia* (1980), KLINKENBERG, J. M. *Le sens rhétorique. Essais de sémantique littéraire* (1990), MEYER, M. e LEMPEREUR, A. *Figures et Conflits Rhétoriques* (1990) e outros.

as paixões.

- A adequação ao público e suas características. O auditório contextualizado.
- A argumentação situada. Teorias do sujeito e procedimentos enunciativos.
- O bem público, o cidadão. O quadro social da argumentação.
- A existência de alguém que julga. Relações intersubjetivas. Lógica dos valores.
- O jogo de representações. Construção mútua dos sujeitos. Papéis sociais.
- Função persuasiva da figura. Papel relevante da metáfora.

Por todos os traços apontados, pode-se falar em **reflorescimento** da retórica, em sua **revitalização** ou qualquer outra metáfora do gênero que mostre esse elo com o passado. O novo espírito da retórica é o da **integração** e um dos seus objetivos é o de eliminar a fissura que se estabelecia entre as ciências humanas e as ciências dos discursos axiomáticos da demonstração, do âmbito da matemática e das ciências que nela se apóiam. Foi a filosofia do Direito que levou Perelman a observar que havia domínios que não poderiam ficar entregues ao arbítrio do subjetivo e para os quais poderiam ser desenvolvidas técnicas apropriadas. A partir dessas preocupações, surgiram obras suas como *Justice et Raison*, de 1963, mas só agora traduzida entre nós, *Logique juridique* (1976), entre outras.

A resposta a muitas dessas questões Perelman encontrou em Aristóteles. Entre os êxitos de sua Teoria da Argumentação, estaria o de repensar a **racionalidade**, propondo uma concepção alargada de **razão**, sem os limites anteriormente aceitos. Este ponto de partida levou-o à noção de escolha razoável, uma vez que para ele a razão é uma instância histórica e dialética, reguladora de nossas **crenças e convicções** e também da **liberdade** que temos em relação a elas. Esses princí-

pios o levariam a uma lógica dos valores. Tais ingredientes, próprios da Retórica como proposta de visão da realidade, são fundamentais a todo e qualquer exercício da liberdade, uma vez que só há lugar para argumentação onde houver liberdade. É quando se considera o **outro** apto a compreender e a reagir.

Dentro dessas condições, as teorias da Argumentação se desenvolvem sobre postulados democráticos e têm que necessariamente lidar com **valores**, **preferências** e **decisões**. Para tanto, devem também aceitar a existência de limitações e imperfeições, isto é, o fato de que por melhor que seja a argumentação e suas escolhas, ela não pretende ser a manifestação da verdade mas do **provável**, do **crível**, cabendo à comunidade (o auditório, universal ou particular, de que fala Perelman) decidir a esse respeito.

Tais concepções contribuíram bastante para o aperfeiçoamento da noção, tão mal conhecida, de **público** e, especialmente, de público-alvo. Entrelaçada a ela, vem também o par opositivo do público/ privado, que os processos comunicativos têm que forçosamente levar em consideração para não confundir os respectivos domínios. A teoria de Perelman, em virtude de tratar questões ligadas à razão prática e à teoria da ação e de discutir problemas ligados às negociações de distância entre sujeitos, encontrou boa acolhida nas ciências afins.

Hoje, já se pode avaliar um pouco mais esse conjunto de idéias peremalnianas. Alguns pontos nele ficam minimizados, tais como o uso da “má fé” e a argumentação fundada na violência e nas relações de força. Não é possível ignorar a ligação desta com o **poder**. Como se pode falar em argumentação situada, sem levantar esses traços tão marcantes na sociedade em que vivemos? É nesse quadro – **espaço público** e **espaço político** – domínio das questões simbólicas, que se dá o choque de lógicas diferentes: a do interesse e a dos valores. Com a abertura para outras sociedades, em nome de interesses econômicos e também de aspirações democráticas, com o desenvolvimento das rela-

ções entre os povos e o conseqüente alargamento da comunidade internacional, assiste-se a um processo que leva a ampliar o campo político e, simultaneamente, a desenvolver os argumentos trocados entre as partes. A diversidade dos universos envolvidos conduz, por sua vez, à consideração da **identidade/alteridade** que entram em jogo nesses intercâmbios. É pelo caminho da argumentação, enquanto consideração do outro, que se poderia chegar ao respeito mútuo e a ter-se na confiabilidade uma regra para intercâmbios fecundos. Quantos entraves, entretanto, interpõem-se à realização desse trajeto, que não é nada fácil e, às vezes, até mesmo doloroso.

Nos estudos da argumentação, além das lógicas não-formais ligadas ao trabalho de Perelman, forma-se um outro círculo em torno de Jean-Blaise Grize, da Universidade de Neuchâtel, ao qual se ligam Georges Vignaux, Borel e outros, voltados para as lógicas naturais. Seu projeto consiste em explicitar as operações supostas por toda construção de argumentação, realizada por um sujeito que **age** no seu discurso e que, por meio de operações sobre os significantes, cria representações e, ao mesmo tempo, sentido. Por seu turno, o analista deve chegar a uma representação próxima daquela constituída pelo discurso.

No prefácio à obra de Vignaux, intitulada *L'Argumentation*: *essai d'une logique discursive*, Jean-Blaise Grize confere especial importância ao que ele chama *teatralidade* no processo que se dá na Argumentação[9]:

> *Manter um discurso junto a alguém, fazê-lo para intervir em seu julgamento e em suas atitudes, em suma, para persuadi-lo,ou antes, para convencê-lo, equivale, de fato a propor-lhe uma representação. Esta lhe é destinada, o que significa que ela deve tocá-lo. Como o ouvinte está sempre situado,em sua pessoa, no mundo e nas relações com aquele que fala, os elementos universais*

(9) GRIZE, J. B., prefácio a VIGNAUX, G., *L'Argumentation. Essai d'une logique discursive*, Genève, Droz, 1976. p. VIII. (Tradução da autora desta matéria)

não serão os que agirão melhor e os raciocínios demonstrativos passarão freqüentemente ao segundo plano. Assim, a argumentação aproxima-se muito mais do teatro que da geometria. Ela cria um mundo muito mais próximo do de Calderón que do de Euclides.

A teoria da argumentação, em suas várias versões, constitui, portanto, um eixo importante da Retórica em sua **redefinição** moderna, em que entram também uma teoria da composição do discurso e uma teoria da elocução. O que há de comum entre essas diversas tendências está, sobretudo, em considerar o fato de que a enunciação supõe um locutor e um ouvinte e a intenção de **influenciar** o outro de alguma maneira. Os modelos interacionistas trazem também a sua contribuição, partindo do pressuposto de que todo ato discursivo deve ser compreendido em sua situação comunicacional. Nossas representações do mundo estão estreitamente ligadas aos modos de sua expressão e são o resultado da criação de **relações intersubjetivas** no discurso. Pode-se mesmo falar numa espécie de *apreensão enunciativa* do mundo. Ressalta-se, nesse sentido, o grupo de Genebra, representado por Jacques Moeschler (*Argumentation et Conversation. Eléments pour une analyse pragmatique du discours*, 1985), Anne Reboul, autores do *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique* (1994), Eddy Roulet, que coordenou a produção de *L'Articulation du discours en français contemporain* (1985). Roulet propôs um modelo hierárquico do discurso conversacional, representando por árvores as unidades de níveis diferentes que se dão na conversação (um ato principal e atos subordinados facultativos), ligadas por funções interativas. Há que destacar também, nesse sentido, os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni, da Université de Lyon II (*L'Implicite* 1986, *Les Interactions Verbales*, em três volumes, 1990) e os de autoria de Christian Plantin (*Essais sur l'argumentation*, 1990) ou por ele coordenados (*Lieux Communs, Topoï, stéréotypes, clichés*, 1993). Coordenou igualmente a recente tradução de *La nouvelle dialectique*, de F. A.

Eemeren e R. Grootendorst, pesquisadores da Universidade de Amsterdam no campo da argumentação.

Tendo perfilhado os pontos básicos da natureza e constituição da Retórica, em seus primórdios e apontado os desenvolvimentos que ocorreram em suas fases posteriores, chegamos à condição de poder, numa avaliação final, reunir os principais elementos decorrentes desse reexame:

1. O caráter da Retórica, ao mesmo tempo **prático** (arte da construção do discurso) e **teórico** (teoria e análise desses mesmos discursos) responsável pelo interesse que esta vem suscitando nas últimas décadas, impondo-se junto a várias disciplinas como o Direito, a Ética, a Política e a Psicanálise. Num mundo em que os conflitos e as controvérsias são inevitáveis, as negociações e a argumentação fazem parte do cotidiano das nações, das comunidades e das pessoas.

2. As possibilidades de **confronto** e **intercâmbio**, abertas pelas Neo-Retóricas, com outras disciplinas como a Pragmática Lingüística, a Semiótica Discursiva e a Teoria Geral do Texto e do Discurso, com a Análise Conversacional, para falar apenas das Ciências da Linguagem, uma vez que outros domínios já foram apontados no item anterior.

3. A contribuição aos **estudos da Linguagem**: das velhas retóricas às vertentes atuais, os estudos dos fatos de linguagem têm-se beneficiado muito das idéias e instrumentos de trabalho fornecidos pela Retórica. O que há de comum entre elas é o fato de se empenharem em **fazer uma descrição do ato discursivo**. Um balanço significativo dessa contribuição nos é dado por Osakabe, na conclusão de seu livro *Argumentação e Discurso Político*[10]:

(10) OSAKABE, H., *Argumentação e Discurso Político*. S. Paulo, Ed. Kairós, 1979, p. 191.

> *É nessa mesma perspectiva que se vê de forma clara a necessidade e a possibilidade de recuperação, para a Lingüística, da contribuição da Retórica,tal como a conceberam Aristóteles e Perelman. Não, evidentemente, no sentido de eliminar as preocupações e conquistas que a lingüística desenvolveu e cristalizou no transcorrer de sua história, desde Saussure, mas no sentido de romper essa mesma cristalização, em benefício de uma visão mais globalizante do fenômeno da linguagem. Isto é, no sentido de se oferecer como uma das alternativas para o conflito que se configura.*

É em razão da volta a esses estudos e às suas contribuições que hoje estamos bem mais próximos do conceito primitivo de Retórica e de seu sistema integrado de princípios. Muita coisa tem caminhado nessa direção, nos últimos anos. Barilli menciona a esse respeito, o capítulo de Todorov dedicado aos "Tropes et Figures" em *Littérature et Signification* onde "a nova função da Retórica é identificada com o 'fazer-nos tomar consciência do discurso'"**[11]**.

4. O caráter **globalizante** da Retórica, que conjuga as capacidades intelectivas às sensoriais e afetivas, atentando para uma função cognitiva e também transformativa, mediante os processos de argumentação e de persuasão. Trata-se de uma **ação**, conforme já expusemos, que se dá sobre o **entendimento** (a discussão de teses) e a **vontade**.

São esse dois pontos que a Nova Retórica procura tratar como indissociáveis, depois de terem sido polarizados nos séculos que a precederam. A bem dizer, tal dissociação não estava presente em Aristóteles.

A Retórica dilata a extensão de seu campo para toda manifestação discursiva que visa a adesão do ouvinte/leitor, podendo-se dizer que todo discurso que não aspira a uma validade impessoal depende

(11) BARILLI, R. *Retórica*. Lisboa, Ed. Presença, 1985, p. 158.

necessariamente da retórica. Como o grau zero da retórica é praticamente uma abstração, nenhum tipo fica isento de sua presença.

5. Intervenção **plurissignificativa** da Retórica, na medida em que reflete um *dizer* totalizante, que não se subordina ao domínio do demonstrável, do rigidamente formalizável, mas que tem suas regras próprias, permitindo conciliar conhecimento e afetividade, sedução e prazer (o *logos* e o *pathos*, intermediados pelo *ethos*, conceitos da antiga Retórica). Recorde-se, na *actio*, a importância para a produção de sentido, atribuída à corporalidade, aos gestos, à voz e à movimentação no espaço.

6. Concepção **ampla** e concepção **específica** de retórica: num sentido amplo, a retórica equivale a uma determinada definição da realidade e, num sentido específico, ao conjunto de recursos utilizados para propor essa visão. Ela não é, portanto, simplesmente uma *techne* a exigir cultivo e arte, mas uma visão de vida que implica tomada de posição, ação no mundo. Assim, fatos que ocupam importante espaço na atualidade, tais como a questão dos Direitos Humanos, em suas múltiplas formas e ocorrências, e fenômenos tais como a Publicidade, por si sós já deixam patentes a vitalidade da Retórica, enquanto proposta de caminhos e alternativas, para os quais se buscam os meios mais eficientes de convencimento e de expressão.

7. Competência retórica: Tendo a comunicação social assumido um papel cada vez mais marcante na esfera pública e no cotidiano das populações, intensificada pelos meios eletrônicos e pela crescente informatização, os novos modos de vida passaram a exigir o que se poderia chamar de "competência retórica" da parte de qualquer cidadão, em maior ou menor grau. O incremento da publicidade, aliada aos processos de industrialização e comercialização, viria acentuar esse

tipo de desempenho, tornando-o constitutivo da vida moderna. Não cabe aqui um julgamento sobre o lado positivo ou negativo que tudo isso comporta. O próprio Aristóteles já alertava para o mau uso a que a Retórica se prestava, o que faz parte dos **paradoxos** a que está submetida. O exemplo clássico está naqueles que a atacaram e que, ao fazê-lo, foram eles próprios bastante retóricos. Autores como Roland Barthes, Todorov e Genette referem-se aos desvios cometidos quanto ao estatuto e à natureza da Retórica e não às suas finalidades básicas, tal como definidas na concepção aristotélica.

8. Tensividade retórica: O ambiente da comunicação social se dá num clima de tensividade, em que ocorrem discordâncias devidas a conflitos conceptuais, aos choques semânticos e às diferentes propostas de visão de mundo.

Jürgen Habermas, da Escola de Frankfurt, fundamenta a questão do Direito e da Democracia sobre princípios de comunicação social básicos e que constituem a sua garantia, diante das novas configurações mundiais e dos confrontos gerados pelo multi-culturalismo, conforme tratou em curso ministrado em Paris, no Collège Internacional de Philosophie, em janeiro do corrente ano. A vontade e a necessidade de comunicar passam a ditar novos paradigmas, em que o jogo de influências é disputado passo a passo. Nessas circunstâncias, e com o advento da comunicação de massa, a Retórica foi assumindo a feição característica do homem do séc. XX.

Do individual ao coletivo, há que contar com o complexo pólo de emissão, no caso sobretudo da imprensa, e com a diversidade de condições da recepção.

Conforme se pode observar, o campo da Retórica alargou-se bastante de Aristóteles aos nossos dias, o que é uma prova da fecundidade de seu sistema e de suas propostas. Por sua vez, a exposi-

ção que ora faço é igualmente uma construção retórica, no sentido aqui definido, na medida em que procurei mostrar a Retórica como gostaria que meu público também a visse, conduzindo-o para uma determinada perspectiva do assunto. De fato, essas foram as propostas:

- Apontar a visão incompleta, ou mesmo distorcida, que dela muitas vezes se deu e de que se tem conhecimento histórico.
- Apresentar a sua versão atual, as novas formas assumidas.
- Despertar o interesse e entusiasmo pelas possibilidades que a Retórica, assim concebida, oferece aos usuários implicados nos diversos modos de comunicação.

Retórica: possibilidades abertas

As Neo-Retóricas não são normativas, seguindo a tradicional flexibilidade postulada por Aristóteles. O que se pode fazer é apontar as possibilidades que a Retórica oferece e os papéis que pode cumprir. Estão entre as funções mais importantes:

• Suscitar o comentário, a discussão e, portanto, a argumentação. Esta só existe onde não há consenso, uma vez que este resultaria na morte da opinião, e constitui conceito-chave tanto na velha retórica aristotélica como nas novas retóricas. Estimular a polêmica, portanto, partindo da controvérsia, e exigir assim um interlocutor também polêmico.

• Inocular a dúvida, levando à reflexão crítica. A exigência de um pensamento crítico conduz a atitudes também críticas e refletidas.Toma-se o discurso como uma rede de vozes, com hesitações, oscilações, idas e vindas muito sutis que exigem do falante/ouvinte uma competência discursiva bastante apurada. Há que contar com as superposições enunciativas, as ambivalências, os equívocos e os desli-

zes semânticos.

• Conhecer os modos de organização retórica, de acordo com os gêneros esperados em determinada cultura e nas diversas configurações discursivas. Não se pode esquecer o fato de que em nossas práticas discursivas há que considerar heranças retóricas. A partir das micro-estruturas formais do nível de superfície, pretende-se chegar aos demais níveis. Como aquisição de competência para fatos concretos, o conhecimento dos modos de organização retórica possibilita, entre outras coisas:

– planificar uma argumentação
– construir um debate
– participar de uma entrevista
– preparar um relato

• Examinar criticamente a argumentação e os apelos do outro, suas propostas e contrapropostas, explicações e justificativas. A Retórica fornece os meios para analisar o discurso argumentativo, mas também para defender-se dele. A leitura crítica dos textos requer o conhecimento das **estratégias** utilizadas para atender as aparências de "objetividade" e de outros simulacros discursivos, enfim, do conjunto de traços de operações da Enunciação. Desenvolve-se, assim, um método de leitura argumentativa (ou retórica) dos diversos tipos de discurso em circulação nos textos comunicativos.

• Enriquecer a visão de mundo pela diversidade de confrontos e colaborar para a construção de um pluralismo que leve à formação de juízos de valor, a princípios que fundamentam uma lógica dos valores.

• Estabelecer o diálogo na busca do verossímil, que resultaria do encontro das falas, assumindo, portanto, um valor heurístico. A construção do sentido se faz mediante a partilha de saberes e das vivências em questão.

• Estruturar, através da argumentação, toda **troca comunicativa**.

Desenvolvem-se, em nossos dias, novos processos de argumentação, adaptados ao extraordinário desenvolvimento das técnicas de comunicação. Tem-se que contar com a coersão da mídia sobre as estruturas argumentativas, com o seu impacto nas lógicas argumentativas, tais como a questão do Direito, a concepção do sujeito e seu lugar simbólico, as dimensões subjetivas dos intercâmbios. Ocorre ainda a ampliação dos espaços discursivos: o maior número de atores políticos, econômicos, sociais e culturais – que fazem parte do **espaço público** – já é, por si só, um fator que modifica os modelos discursivos e o uso das figuras retóricas, razão pela qual se deve retomá-los à luz dessas mudanças.

• Levar ao posicionamento diante das **situações de conflito** e, conseqüentemente, à tomada de medidas e busca de soluções.

Estes papéis todos dão o perfil da Retórica, tal como ela é recolocada em nossos dias, após reexame de sua natureza e funções no passado. Para tanto, foram constituídos os capítulos que compõem a presente obra coletiva e que irão desenvolver temas de vital importância para os estudos retóricos.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d. *Rhétorique*. Paris, Les Belles Lettres, 1967. *Poétique*. Paris, Les Belles Lettres, 1979.

BARILLI, R. *Retórica*, trad. Graça Marinho Dias. Lisboa, Ed. Presença, 1985.

BARROS, D. L. P. e FIORIN, J. L. (orgs.) *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo, EDUSP, 1994.

BARTHES, R. *O Óbvio e o Obtuso.* Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1990.

________. "A Retórica Antiga". In: COHEN, J. *et alii*. *Pesquisas de Retórica,* Petrópolis, Vozes, 1975, p. 147-221.

BURKE, K. *A Rhetoric of Motives*. Berkeley, University of California Press, 1960.

CARRILHO, M. M. (org.) *Retórica e Comunicação*. Lisboa, Ed. ASA, 1994.

CICERON. *De l'Orateur*. Paris, Les Belles Lettres, 1957.

COHEN, J. *et alii. Recherches Rhétoriques*. Paris, Seuil, 1970 (*Communications*, 16). (Trad. port. *Pesquisas de Retórica*. Petrópolis, Vozes, 1975).

DUCROT, O. *Provar e Dizer. Leis lógicas e leis argumentativas*. S. Paulo, Global, 1981.

________. *O Dizer e o Dito.* Campinas, Pontes, 1987.

DUCROT, O. e ANSCOMBRE, J. C. *L'Argumentation dans la langue.* 2a ed. Bruxelles, Mardaga, 1988.

EEMEREN, F. A. e GROOTENDORST, R. *La nouvelle dialectique*, coord. trad. C. Plantin, Paris, Ed. Kimé, 1996.

FONTANIER, P. *Les Figures du Discours*, Introd. de Gérard Genette. Paris, Flammarion, 1968.

FLOCH, J. M. *Identités Visuelles.* Paris, PUF, 1994.

GENETTE, G. *Figures*. Paris, Seuil, 1966, v. I, 1969, v. II e 1972, v. III. (Trad. port.: v. I, Ivone F. Mantoanelli, *Figuras*. S. Paulo, Perspectiva, 1972).

GRIZE, J. B. *Logique et Langage.* Paris, Ophrys, 1990.

GRUPO **μ**. *Rhétorique Générale*. Paris, Larousse, 1970. (Trad. port.: *Retórica Geral*. S. Paulo, Cultrix, 1974).

________. *Rhétorique de la Poésie*. Bruxelles, Ed. Complexe, 1977. (Trad. port.: *Retórica da Poesia*. S. Paulo, Cultrix/EDUSP, 1980).

________. *Traité du Signe Visuel*. *Pour une Rhétorique de l'Image*. Paris, Seuil, 1992. (Trad. em esp. Ed. Cátedra, 1993, col. Signo e imagen).

GUIMARÃES, E. *Texto e Argumentação*: *um estudo de conjunções do Português*. Campinas, Pontes, 1987.

GUIRAUD, P. *La Stylistique*. 8a ed., Paris, PUF, 1973 (Trad. port.: *A Estilística*. S. Paulo, Livr. Mestre Jou, 1970).

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 (Cap. IV "Opinião").

KERBRAT-ORECCHIONI, Cath. *L'Implicite*. Paris, A. Colin, 1986.

________. *Les Interactions Verbales*. Paris, A. Colin, 1990, 3v.

KLINKENBERG, J. M. *Le Sens Rhétorique*. *Essais de sémantique Littéraire.* Bruxelles, Ed. Les Eperonniers, 1990.

_________. *Sept leçons de Sémiotique et de Rhétorique*.Toronto, Ed. du Gref, 1996.

KOCH, I. V. *Argumentação e Linguagem*. S. Paulo, Cortês, 1984.

LAKOFF, G. "The Contemporary Theory of Metaphor". In: ORTONY, J. (ed) *Metaphor and Thought*. 2a ed. Cambridge, CUP, 1993.

_________.& JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago, The University Press of Chicago, 1980.

LANDOWSKI, E. *La Société réfléchie*: *essai de socio-sémiotique*. Paris, Seuil, 1989. (Trad. port.: *A Sociedade Refletida: ensaio de sociossemiótica.* EDUC/Pontes,1992).

LAUSBERG, H. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

LOPES, E. *Metáfora: da Retórica à Semiótica* S. Paulo, Atual, 1986.

MAINGUENEAU, D. *Les Analyses du Discours en France*. LANGAGES 17. Paris, Larousse, 1995.

MEYER, M. *Logique, Langage et Argumentation*. Paris, Hachette, 1982 (Trad. port. *Lógia, Linguagem e Argumentação*. Lisboa, Teorema, s/d.).

________e LEMPEREUR, A. *Figures et conflits rhétoriques*. Bruxelles, Ed. de l' Université de Bruxelles, 1990.

MOESCHLER, J. e REBOUL, A. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris, Seuil, 1994.

MOLINIEUX, G. *Dictionnaire de Rhétorique*. Paris, Libr. Générale de France, 1992.

_________. *Eléments de stylistique française*. Paris, PUF, 1986.

MORIER, H. *Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique.* 3a ed. Paris, PUF, 1981

MOSCA, L. S. *A Subjetividade no Editorial*: *uma análise retórico-argumentativa da adjetivação*. S. Paulo, Universidade de São Paulo, 1990 (Tese de Doutorado).

________. "Jornal e Credibilidade". *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*. Conferências e Mesas-redondas. Salvador, ABRALIN/ FINEP/UFBA,1996, p. 286-292 (Mesa-redonda: Validade e Eficácia do Discurso).

ORLANDI, E. *As formas do Silêncio*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.

OSAKABE, H. *Argumentação e Discurso Político*. S. Paulo, Kairós, 1979.

PERELMAN, Ch. *L'Empire rhétorique*: *rhétorique et argumentation*. Paris, Vrin, 1977. (Trad. port. *O Império Retórico*: *Retórica e Argumentação.* Porto, Ed. ASA, 1993).

________. *Rhétoriques*. Bruxelles, Ed. de l'Univ. de Bruxelles, 1989. (Trad. port. *Retóricas*. São Paulo, Martins Fontes, 1997).

________. e TYTECA, L.O. *Traité de l'Argumentation*: *la nouvelle rhétorique*. 4a ed Bruxelles, Ed. de l' Univ. de Bruxelles, 1983 (Trad. port. *Tratado da Argumentação*: *a Nova Retórica*. S. Paulo, Martins Fontes, 1996).

PLANTIN, C. *Essai sur l'argumentation*. Paris, Editions Kimé, 1990.

________. (dir) *Lieux communs, topoï, stéréotypes, clichés*. Paris, Editions Kimé, 1993.

REBOUL, O. *La Rhétorique*. 3a ed. Paris, PUF, 1990.

________. *Introduction à la Rhétorique*. 2a ed. Paris, PUF, 1994.

RICHARDS, I. A. *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford, Oxford Univ. Press, reimp. 1981.

RICOEUR, P. *La métaphore vive.* Paris, Seuil, 1975.

_________. *O Discurso da Ação*. Lisboa, Ed. 70, 1988.

ROBRIEUX, J. J. *Eléments de rhétorique et d'argumentation*. Paris, Dunod, 1993.

TODOROV, T. "Tropes et figures". In *Littérature et Signification*. Paris, Larousse, 1 967.

________. *Poétique de la prose*. Paris, Seuil, 1971. (Coll. "Poétique").

TRINGALI, D. *Introdução à Retórica*. *A Retórica como Crítica Literária*. S. Paulo, Livr. Duas Cidades, 1988.

VOGT, C. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas, Hucitec/FUNCAMP, 1980.

VIGNAUX, G. *L'Argumentation*: *Essai d'une logique discursive*. Génève, Droz, 1976.

_________. *Le discours acteur du monde*: *énonciation,argumentation et cognition*. Paris, Ophrys, 1988.

Procedimentos Retóricos na Literatura Sânscrita Clássica

Carlos Alberto da Fonseca*

A proposta desta exposição é abordar alguns dos procedimentos retóricos vigentes na literatura sânscrita clássica. É necessário, entretanto, remarcar o desdobramento, nesse período, de alguns comportamentos observados nos períodos anteriores.[1]

Com relação ao período védico (sécs. XX-X a.C.), e aí enraizada, deve-se observar a profunda consciência, por parte dos poetas, do "poder de significação" (*çakti*) da palavra poética, por eles propositadamente manipulada de modo a produzir efeitos e sentido não buscados no uso cotidiano da palavra como mero instrumento de comunicação comum entre as pessoas. Falassem esses poetas, na sua vida cotidiana, nos seus atos de comunicação de todo dia e toda hora, uma variante diastrática qualquer da norma culta ou uma variante diatópica qualquer dos muitos dialetos regionais, ou as duas formas em momentos e situações diferentes, o que se percebe é que essa norma culta – a que chamamos "sânscrito" (*saRskBta*) – era sabidamente uma forma por eles considerada *vikBta* "modificada"/"desviada" que cumpria, assim,

(*) Professor Doutor da Área de Língua e Literatura Sânscrita do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

(1) A questão da periodização literária da Índia antiga ainda é tema de muita controvérsia, tendo os estudiosos dos fatos da Literatura aceito quase sem esforço analítico adequado de seu objeto as propostas dos estudiosos dos fatos da História. Costuma-se aceitar, por exemplo, quase sem objeção, que o período clássico da literatura sânscrita coincida com a ascensão e a queda dos Gupta (sécs. IV-VII d.C.). Inegavelmente, foi esse o período em que os modelos ditos clássicos viveram seu momento de maior prestígio. No entanto, isto não justifica o fato de serem deixados fora desse esquema tanto a obra dramática de BhTsa (séc. II a.C.) quanto toda a produção literária sânscrita posterior ao século VII, particularmente aquela que foi elaborada até o século XV (quando começa a surgir a literatura vernacular em línguas modernas), que seguem todas as propostas e todos os modelos válidos e praticados durante os séculos dos Gupta.

uma função diferenciada com relação à linguagem da prática comum. Fazer poesia, ou literatura em geral, fosse ela de tendência artística ou científica, por parte da elite cultural bramânica dominante em todos os períodos históricos da Índia antiga, era uma atividade que deveria ter como suporte um nível lingüístico de prestígio – um nível lingüístico adjetivado de "ornado, enfeitado, rebuscado, feito com arte, completamente produzido/acabado, bem temperado, de bom gosto, refinado": o tal Sânscrito, em suma.

Neste sentido, seria interessante lembrar que, na passagem do termo original designativo dessa norma lingüística para as línguas e os tempos do mundo ocidental e moderno, perdeu ele o significado que possuía para os indianos antigos, ficando apenas com o significado dicionarizado de "língua falada na Índia antiga". Deve-se ter sempre em mente que tudo o que se elaborou nesse registro lingüístico na Índia (antiga e mesmo moderna e contemporânea) apresenta, necessariamente, um caráter estetizante – ou, no caso da literatura referencial relativa a qualquer área do saber humano, um caráter ideologizante, no mínimo classista. Assim, um texto (em) sânscrito [entendido aqui com qualquer um de seus dois significados] é sempre uma formalização lingüística destinada a propiciar determinados efeitos de sentido – ou estéticos, ou ideológicos –, sendo para tanto mobilizados todos os recursos disponíveis e catalogados e analisados pela estilística indiana. Será sempre a expressão em Sânscrito o objeto de reflexão por parte dos estilistas e críticos literários indianos antigos. Quando começar a ser produzida uma literatura em Prácritos, os dialetos regionais, a partir do século VII d.C., o pensamento estético a respeito dessa produção tomará como modelo a reflexão elaborada com base nos modelos pensados para a literatura em Sânscrito.

Isto posto, cumpre lembrar, ainda, e amarrando essas notas ao período épico-bramânico (situado entre o período védico e o período clássico), a flagrante preferência, ou decidida opção, dos literatos in-

dianos pela oralidade, ou melhor, pela quase recusa da escrita como suporte do literário, tanto no momento da composição da obra quanto nos mecanismos de sua fixação para transmissão, mas também no instante de sua fruição. A solidão da escritura e da leitura existiu na antigüidade indiana, mas não foi esse o melhor modo de fixação e de contato com o texto (literário ou não): os indianos preferiram decididamente, também com relação ao poético, o confronto corporal, ao mesmo tempo instantâneo e reverberativo – criativo e fruitivo ao mesmo tempo que racional e emocional. Não que os indianos não tivessem conhecido a escrita: há algumas alusões a ela já nos poemas védicos, e os poemas épicos refletem sua problematização. No *MahTbhTrata*, por exemplo, na relação ali instaurada entre o narrador VyTsa e o escriba GaJeça, perpassa uma autêntica discussão sobre os estatutos do criador-literário-senhor-da-memória-e-de-suas-intenções-expressas-verbalmente e do escriba-enquanto-fixador-por-escrito-do-que-foi-falado-por-outro; no *RTmTyaJa*, por sua vez, os príncipes-bardos Kuça e Lava, filhos do herói RTma, referem-se a parte do poema que já teria sido escrita/grafada por VTlmVki. Mas foi, sem dúvida, a oralidade, o registro oral dos textos, a forma preferida pelos indianos.

Se, nos poemas do período védico, são com bastante freqüência referidas as justas poéticas, competições em que os poetas deveriam demonstrar todas as suas habilidades no trato com a "palavra criadora" (*brahman*), no período clássico elas se tornaram, além de uma competição, um programa/evento social dos mais praticados e privilegiados, várias vezes referido, por exemplo, no *KTmasXtra* ("Os fios do desejo"), que, para além de uma *ars amatoria* indiana, se constitui numa magnífica exposição do comportamento da (como querem alguns estudiosos) "burguesia" dominante no período clássico. Ou, ainda, dramatizado no *Bhojaprabandha* ("Os feitos de Bhoja"), de BallTla, do século XVI, crônica arbitrariamente romanceada da vida na corte do marajá Bhoja, grande mecenas do século XI, que convidava para sa-

raus atemporais em seu palácio os maiores literatos sânscritos de todos os tempos que ali mediam seus talentos, entre os quais KTlidTsa (séc. V), DaJHin e MTgha (séc. VII) e BhavabhXti (séc. VIII), além do próprio marajá. Um exemplo desses rengas em terras de Bhoja: dois pânditas, pensando no prêmio em ouro oferecido pelo marajá, compuseram dois versos:[2]

bhojamaR dehi rTjendra	*Dá-nos de mordiscar, grande rei:*
ghBtaçTkasam anvitam/	*coisinha de ervas e amanteigada!*

– num segundo completados por KTlidTsa:

mahiLaR ca çaraccandra	*E um búfalo, Lua-de-Outono, e peixes,*
candrikT dhavalaR dadhi//	*e manteiga branca e coalhada!*

A intenção do poeta, quanto ao conteúdo, é zombar da frugalidade do apetite dos pânditas – mas, mais do que no conteúdo, é no plano sonoro que o poeta logra imitar os gestos mastigatórios apressados, esfaimados talvez, dos brâmanes magérrimos, com a seqüência de fonemas palatais / **c**/ e **/ç**/ e da cacuminal **/L**/[3] e das nasais / **n**/ e / **m**/.

Numa outra ocasião, um tecelão de outras águas assim se dirige àquele marajá, exibindo suas habilidades:

kTvyaR karomi nahi cTrutaraR karomi
yatnTtkaromi nahi sidhyati kiR karomi /
bhXpTlamaulimaJi rañjitapadapVFhaR
çrVsThasaZka kavayTmi vayTmi yTmi //

(2) Salvo referência expressa, todas as traduções foram feitas pelo autor destas notas.
(3) Devem soar, respectivamente: /tch/, /ch/; a cacuminal é um /ch/ com a ponta da língua tocando o palato mole; o R representa a nasalização da vogal que o precede, como na pronúncia de /*samba*/, mas sem fechamento da vogal.

– aqui ainda mal traduzido por:

Faço um poema. Não é o mais belo que faço.
Faço com esforço. Estou fadado ao fracasso?
Ó majestade, jóia à testa dos maiores paços!
O tapete de cores de vossos pés poetizo, teço, e passo!

Magnífica a imagem do tapete como poema. Mas notar, nos dois primeiros versos, o uso reiterado do fonema / **k**/ , que, como uma navete, vai laçando os fios de um bordado e reaparece no último verso desenhando uma franja iniciada pelo verbo *kavayTmi* ("faço um poema") que vai se esgarçando, ou sendo deixado para trás, em *vayTmi* ("teço") e *yTmi* ("chego ao fim").

É por essa convivência estreita com a palavra e suas potencialidades que se deve começar, lembrando aqui um famoso dístico do *MahTbhTLya* de Patañjali (séc. II a.C.), comentarista de parte da "gramática" de PTJini, dístico que esclarece em sua concisão e na analogia que opera toda a disposição do falante – poeta ou não – para trabalhar com a palavra:

ghaFena kTryaR kariLyankumbhakTrakulaR gatvTha kuru ghaFaR kTryamTJena kariLyamiti /
na tadvacchabdTnprayuyukLamTJe vaiyTkaraJakulaR gatvTha kuru çabdTnprayokLya iti //

Quando se quer um pote de barro, vai-se à casa do oleiro e se diz: 'Faze-me um pote, tenho um uso para ele'. Mas, quando se quer uma palavra, não se vai à casa do gramático nem se diz: 'Faze-me algumas palavras, estou precisando delas'.

Aliás, não vai em outra direção o significado analítico/ morfológico da palavra *kTvya*, que, no período clássico, nomeia toda e qualquer produção literária: formada a partir de uma raiz KW "produzir

sons", o que fala da habilidade do poeta em elaborar suas obras a partir do caos, instalado em algum lugar da massa amorfa de seu pensamento, de fonemas e imagens mentais (e em estreita proximidade com a questão da oralidade: "som" é para ser "ouvido"). Verdadeira fé-de-ofício que ainda ecoou em poema de Rabindranath Tagore, poeta bengali ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1913, que afirmou:

> *Mergulho fundo no oceano das formas,*
> *à procura daquilo que não tem forma.*

É mesmo por aí que se deve pensar a Retórica na Índia antiga – mais como um conjunto de "procedimentos retóricos" contextualizados do que como uma Retórica *à la* romana – valendo lembrar aqui um falso problema que se levanta quando uma afirmação tão categórica quanto a de Louis Renou – segundo a qual "il faut éviter le terme impropre de rhétorique"[4] para designar o que na Índia é "poética" – é confrontada com os termos que o mesmo estudioso anota para designar esse campo, todos eles listados, além de outros, no verbete "Rhetoric" do *English-Sanskrit Dictionary* de Monier Monier-Williams. "Retórica" para um, "Poética" para outro, são ambas *alaRkTraçTstra* ("Código de ornamentos"), *sThityaçTstra* ("Código de composição literária"), *vTZmayavidyT* ("Ciência do que é feito com palavras"), *parTrthTnumaJa* ("Percepção do para-objeto"), *pravacanavidyT* ("Ciência da fala interessada"), *kriyTkalpa* ("Reelaboração do cotidiano"), etc. Nenhum desses termos, entretanto, é abrangente; cada um deles objetiva, na verdade, um aspecto do trabalho poético, quais sejam, respectivamente: o conhecimento e a análise das "figuras de linguagem" (*alaRkTra*, lit. "suficiência", "enfeite"), o conhecimento da estruturação dos textos, o conhecimento das potencialidades gramati-

(4) RENOU, *L'Inde classique II*, § 1569.

cais e lingüísticas da palavra-na-frase, a compreensão de que o texto literário cria uma outra realidade, o conhecimento de que o literato tem algum propósito em mente quando elabora sua obra, a compreensão de que ainda assim o autor fala de coisas próximas do ser humano.

Mas o que pretende o autor com sua obra, qual sua intenção primeira, anterior ao didatismo, a uma lição filosófica ou de qualquer outro teor? quando começaram os indianos a sistematizar as idéias que o próprio ato de fazer poesia ia ensejando e que iam sendo testadas em cada nova criação?

Parece que a resposta poderia ser encontrada numa visão conjunta, bastante plausível, do desenvolvimento paralelo e simultâneo, tanto da temática lingüístico-gramatical ao longo dos períodos históricos da Índia antiga, quanto da necessidade da reflexão sobre o fazer poético, ou do impulso para ela, bem como a integração desse desenvolvimento de gramáticas de conteúdo e de expressão com a própria transformação social que se operava de um momento para outro.

No período védico, por exemplo, quando os poemas do *Agveda* falam do deslumbramento do homem diante das forças da natureza (Chuva, Fogo, Sol, Trovão, Raio, Rios, Floresta etc.), dos sentimentos (Cólera, Fraternidade etc.) e das produções culturais (Linguagem, Armas, Soma etc.), os textos apresentam elementos retórico-poéticos em sua construção – mas não se teoriza sobre eles. Parece até que esse questionamento não merece ser destacado racionalmente, porque nada nessa poesia é racional: o momento é de obediência e louvação às forças que criam a vida, o momento é de viver a vida, não de questionar os fios que a tecem.

Diferente, no entanto, vai ser a postura dos homens sânscritos durante o período épico-bramânico, quando, questionando eles, no plano ontológico, o lugar do individual (*Ttman*) no coletivo (*brahman*) e refletindo eles, no plano filosófico-político-religioso, a adequação de seu comportamento (o *dharma* – discussão tematizada nos dois poe-

mas épicos sânscritos elaborados nesse período, o *MahTbhTrata* e o *RTmTyaJa*), tudo isso com o surgimento de sistemas de pensamento heterodoxos tais como o Budismo, o Jinismo, os Materialistas, os Lógicos etc., aqueles fios começam a ser analisados. Não seria por outra razão que o "gramático" PTJini e o "etimólogo"-semanticista YTska, ambos do século V a.C., já tivessem se ocupado em suas obras eminentemente lingüístico-gramaticais de uma primeira conceituação da figura de linguagem chamada *upamT* "comparação", que é justamente o procedimento lingüístico que aproxima duas realidades, dois significados. E, também, que nesse mesmo período surgissem as primeiras formalizações da métrica, ou seja, da explicitação das modalidades de expressão rítmica e melódica do "texto desviante".

E, depois disso, no período clássico, o homem se sobrepondo às forças da natureza, aos sentimentos e às produções culturais – domínio esse possibilitado pelo novo quadro social e ideológico, pelas multiplicadas oportunidades de formas e conteúdos de expressão literária da individualidade, pela reincidente vivência pelo homem de todos os nichos socioculturais por ele mesmo fabricados: pela exteriorização, em suma, das forças antes interiorizadas. É então que florescem todos os gêneros literários: a poesia em todas as suas formas e todos os conteúdos possíveis (lírica, erótica, religiosa, filosófica, didática, gnômica, descritiva, histórica, épica etc.), a prosa (romance, conto, fábula), o teatro e seus pelo menos 50 gêneros diferentes, as formas mistas de prosa e verso. E um sem-número de obras sobre métrica (*chandas*), figuras de som (*çabdTlaRkTra*), figuras de sentido (*arthTlaRkTra*), figuras de som e de sentido (*çabdTrthT-laRkTra*), as teorias das "qualidades" (*guJa*) e dos "defeitos" (*doLa*), a teoria da "sugestão" (*dhvani*), a teoria dos *rVti* ou *mTrga* (modo de "encaminhamento" da percepção da realidade pelo modo de construção da frase), a teoria da *vBtti* (modelagem da frase) e sua sucedânea teoria da *vakrokti* (modelagem "enganchada" da frase), a teoria dos *rasa* (a "emoção", o "gosto" do

texto literário), e tantas outras, numa retomada e numa ressistematização continuadas que chegam ao século XVI, numa lista exaustiva de autores, títulos e assuntos, sempre incompleta. Como se a consciência da multipossibilidade determinasse o discurso que examina todos os discursos. Como se o homem finalmente demonstrasse o domínio, cada vez mais conscientizado, dos mecanismos da **SEMIOSE**, da significação daquilo que sua própria voz produz e dos modos de produzir com mais eficácia aquilo que sua voz quer fazer significar, pouco importando se o produto for ou não posto por escrito.

Dentre toda essa riqueza, vejam-se alguns elementos teóricos e alguns efeitos de procedimentos retóricos/poéticos b uscados pelos poetas do período clássico.

Por exemplo, a compreensão perspicaz de 21 possibilidades de expressão da beleza de uma mulher com imagens baseadas numa relação estabelecida entre um comparante (o rosto) e um comparado (a Lua):[5]

I. figuras fundadas numa relação lógica de similaridade/analogia:

A. **relação entre dois segmentos referenciais**:

a) ***formalizada no plano discursivo***:

1. *upamT* ('uma identidade numa diferença';[6] "comparação"): "Teu rosto é como a Lua";
2. *pratVpa* (uma "comparação" com os elementos em lugares trocados; "inversão"): "A Lua é como teu rosto";
3. *ananvaya* ('comparação do objeto com o próprio objeto';[7] "autocomparação"): "Teu rosto só é semelhante ao teu rosto";

(5) Lista e exemplos em RENOU, *op. cit.*, § 1556; classificação das figuras em PORCHER, *Figures de style*, *passim*.

(6) /sTdharmyam upamTbhede/ Definição dada por MammaFa em seu *KTvyaprakTça* [KP] 10.125. *Apud* PORCHER, *op. cit.*, p. 23.

(7) *Idem, ibidem*, p. 24.

4. *vyatireka* (‘superioridade do outro [termo, o comparado] sobre o comparante’;[8] “contraste”): “Teu rosto brilha sempre, mas a Lua brilha à noite”;

b) ***formalizada no plano simbólico***:

5. *rXpaka* (‘identidade entre comparante e comparado’, um se sobrepondo ao outro;[9] “metáfora”): “A Lua do teu rosto”;
6. *bhrTntimant* (‘apreensão de um outro objeto a partir da visão [do objeto descrito] como semelhante a esse [outro objeto]’ com sobreposição desse outro objeto;[10] “oscilação”): “Acreditando ser a Lua, o *çakora* voa para teu rosto”;
7. *apahnuti* (‘negação do objeto descrito e afirmação de um outro’ com sobreposição do primeiro;[11] “contestação”): “É o teu rosto e não a Lua”;
8. *utprekLT* (‘representação do objeto descrito por um outro semelhante a ele’ com absorção completa;[12] “convencimento”): “É, com efeito, a Lua”;
9. *saRdeha* (igual à anterior, mas sem absorção; “dúvida”): “É teu rosto ou é a Lua?”;
10. *atiçayokti* (‘quando há determinação de uma identidade do objeto descrito com um outro após absorção [do primeiro pelo segundo]’;[13] “excesso”): “É uma segunda Lua o teu rosto”;
11. *aprastutapraçaRsT* (a menção de um objeto fora do contexto permite compreender o objeto do contexto;[14] “louvação não-expressa”): “A Lua é pálida diante do teu rosto”;

(8) /upamTnTd yad anyasya vyatirekaN sa eva saN/ KP 10.159. *Idem, ibidem*, p. 59.
(9) /tad rXpakam abhedo ya upamTnopameyayoN/ KP 10.139. *Idem, ibidem*, p. 69.
(10) /bhrTntimTn anyasaRvit tattulyadarçane/ KP 10.200. *Idem, ibidem*, p. 87.
(11) /prakBtTR yan niLidhyTnyat sTdhyate sT tu apahnutiN/ KP 10.146. *Idem, ibidem*, p. 91.
(12) /saRbhTvanam athotprekLT prakBtasya samena yat/ KP 10.137. *Idem, ibidem*, p. 98.
(13) /nigVryTdhyavasTnaR tu prakBtasya pareJa yat/ KP 10.153. *Idem, ibidem*, p. 110.
(14) *Idem, ibidem*, p. 176.

12. *samTsokti* (quando a presença de dois determinantes de duplo sentido permite sugerir um determinado diferente daquele que está expresso no enunciado; existem dois determinantes amalgamados com a menção de apenas um determinado;[15] "atribuição composta"): "Teu rosto gaiamente marcado por olhos negros e ornado da luz do sorriso";

B. ***relação entre duas proposições***:

13. *dBLFTnta* ('[em duas proposições] a inter-relação de todos [= comparante, comparado, propriedade comum] os elementos';[16] "exemplo"): "A Lua no céu, teu rosto na terra";
14. *prativastXpamT* ('quando há menção, em duas proposições, a uma propriedade comum em duas formas diferentes';[17] "comparação correlativa"): "A Lua reina no céu, teu rosto reina na terra";
15. *upameyopamT* (comparação do comparado com o comparante e do comparante com o comparado;[18] "comparação retributiva"): "A Lua é como teu rosto, teu rosto como a Lua";

C. ***relação entre dois predicados***:

16. *nidarçana* ('afirmação de uma relação que não existe [realmente] entre os objetos e que leva a uma comparação';[19] "ilustração"): "Teu rosto tem a beleza da Lua";

II. figuras determinadas por critérios lingüísticos (figuras de sintaxe):

(15) *Idem*, *ibidem*, p. 344, 361.
(16) /(vTkyadvaye) dBLFTntaNpunareteLTR sarveLTR pratibimbam / KP 10.155. *Idem*, *ibidem*, p. 130.
(17) /prativastXpamT tu sT/sTmTnyasya dvir ekasya yatra vTkyadvaye sthitiN/ KP 10.154. *Idem*, *ibidem*, p. 139.
(18) *Idem*, *ibidem*, p. 24.
(19) /abhavanvastusaRbandha upamTparikalpako nidarçanT/ KP 10.150. *Idem*, *ibidem*, p. 151.

17. *dVpaka* (‘quando há menção, uma única vez, de uma propriedade que pertence a objetos do contexto e de fora do contexto, e quando há [menção única] de um agente para várias ações’;[20] “iluminação”): “Teu rosto, assim como a Lua, se alegra à noite”;
18. *tulyayogitT* (‘menção, uma única vez, de uma propriedade comum a objetos da mesma classe’;[21] “equalização”): “A Lua e o lótus são vencidos por teu rosto”;
19. *smaraJa* (o comparante é mencionado em decorrência de uma circunstância temporal que antecedeu a menção; “lembrança”): “Tendo visto a Lua, lembrei-me de teu rosto”;
20. *ullekha* (comparante e comparado são indicados como participantes de um mesmo nível de percepção; “indicação”): “Eis a Lua, eis teu rosto”;
21. *pariJTma* (o comparante é mencionado como agente de uma ação que lhe é imprópria no mundo real; “evolução”): “Pelo teu rosto de Lua o calor da paixão é refrescado”.

Tudo, nesse modo desviante de falar da realidade do sujeito, nesse modo de expor sua visão de seu mundo em integração, tudo começa com a “emoção estética”, o *rasa*, sistematizado pela primeira vez num *Tratado sobre as Artes da Representação*, o *NTFyaçTstra* de BhTrata, talvez do século II d.C., no qual se encontra um verdadeiro “programa de construção do objeto” (no caso, um texto e um espetáculo teatrais) de fortes tinturas semióticas. É, aliás, o *rasa* que diferencia o que é literário do que é meramente referencial, não-literário, acadêmico, preocupado apenas com a descrição de um objeto de saber.

Nesse modo integrado de visão do mundo, o conceito de *rasa* como “emoção estética” veio da cozinha indiana: no mundo não-lite-

(20) /sakBd vBttis tu dharmasya prakBtTprakBtTtmanTm/ saiva kriyTsu bahvVLu kTrakasyeti dVpakam/ KP 10. 156. *Idem, ibidem*, p. 278.
(21) /niyatTnTR sakBd dharmaNsT punas tulyayogitT/ KP 10. 158. *Idem, ibidem*, p. 285.

rário, a palavra *rasa* designa o "gosto", o "tempero" dos alimentos. Assim, capturar o *rasa* de uma obra literária é sentir seu gosto, degustá-la: fruir uma obra de arte literária é uma "degustação da emoção pela mente" (*manorasaromaka*), ou uma "degustação do gosto pelo coração". Essa operação implica, sempre, uma racionalização dos sentimentos, uma percepção do emotivo pelo mental: em outras palavras, uma reflexão sobre as coisas do coração: aprecia-se adequadamente uma obra de arte literária quando ela "bate" nas experiências racionalizadas pelo sujeito, algo diferente da catarse proposta pelo teatro grego.

Convencionalmente, as "emoções estéticas" são oito, aumentadas ao longo do tempo por mais três, devendo o literato trabalhar em nível dominante com uma delas em sua obra, podendo no entanto escolher alguma(s) outras(s) em nível secundário. Esse catálogo poderia parecer pequeno demais para a construção da expressão da muito variada gama de sentimentos e emoções experimentados pelos seres humanos, mas as nuances emotivas conseguidas com a utilização equilibrada de emoções dominantes e secundárias aumenta consideravelmente as possibilidades propostas: tal como na preparação de um prato, um "tempero" se mistura a outros produzindo matizes diferenciados. Também, tal como na cozinha, existem impedimentos: o nojo, por exemplo, não é compatível, nessa tradição, com o erotismo; nem o cômico combina com o patético e o terror.

Um *rasa*, entretanto, não se oferece de imediato ao fruidor da obra: ele é sempre uma construção. Um *rasa* será sempre a somatória/ combinação de "elementos" (*bhTva*), a saber: um "elemento permanente" [ou sentimento (*sthayibhTva*)], um "elemento determinante de suporte" [ou personagem (*Tlambanavibh. Tva*)], um "elemento determinante de estímulo" [ou condicionador (*uddVpanavibhTva*)], um "elemento conseqüente" [ou uma manifestação externa involuntária (*anubhTva*)] e um "elemento acessório" [(*vyabhicTribhTva*), que acompanha os conseqüentes, podendo ou não ser utilizado].

Um exemplo prático: um personagem masculino deseja uma personagem feminina (em uma de cinco situações amorosas possíveis: em reunião, ainda não reunidos, ou separados por rusga, por viagem ou por morte); ambos manifestam, ao longo de seqüências dramatizadas, física e exteriormente esse desejo (neste caso há oito conseqüentes: transpiração, paralisia, tremor, lágrima, empalidecimento, arrepio, desmaio e gagueira); são estimulados pela noite de luar, pela primavera ou pelo inverno, pela noite, pelas fofocas ou pelos incentivos de outras pessoas, etc (os condicionadores); podem ficar abatidos, tristes, indolentes, arrogantes, com remorso, inveja, doentes, etc. (os acessórios).

Os "sentimentos", elementos permanentes, são a idéia central em torno da qual se desenvolve o *rasa*, e compõem uma lista fechada, ao passo que os outros elementos constituem listas mais ou menos abertas. Os sentimentos de desejo [sexual] (*rati*), alegria (*hTsa*), sofrimento (*çoka*), cólera (*krodha*), coragem (*utsTha*), medo (*bhaya*), nojo (*jugupsT*), espanto (*vismaya*), paz-de-espírito (*çTma*), amor de pais pelos filhos (*vatsalatT*) e amizade (*priya*) são, respectivamente, a base das "emoções estéticas" *çBZgTra-rasa* (o erótico), *hTsya-* (o cômico), *karuJa-* (o patético), *raudra-* (o colérico), *vVra-* (o heróico), *bhayTnaka-* (o terrórico), *bVbhatsa-* (o nójico), *adbhXta-* (o maravilhoso), *çTnta-* (o pacífico), *vTtsalya-* (o patérnico) e o *priya-* (o fraterno).

A partir da escolha do *rasa* com que pretende trabalhar, o literato se vê presa de uma série de decorrências: numa seqüência de determinações implicadas vêm as *personagens* (se o *rasa* é o erótico, deve haver necessariamente um homem e uma ou mais mulheres ardendo nos cascos do desejo), o *assunto* (se o personagem é um herói, deve haver necessariamente uma batalha, marcial ou moral), o *gênero* (uma farsa, um drama romântico, uma comédia romântica, etc., entre pelo menos 50 possibilidades: gestos heróicos não permitem uma farsa), *música / dança / canto* na medida que o gênero comandar, um *mood* solene, ligeiro ou debochado de representação, o uso de *objetos de cena*,

cuidados com o *figurino* e a *maquilagem*, *efeitos especiais*, *direção* realista ou convencionalizada, etc.

O espetáculo teatral é, assim, concebido como a soma de todas as artes: agrega linguagem verbal, linguagem corporal, música, dança, canto, simbolização pelos cenários, pelo figurino e pela maquilagem. Tem como objetivo colocar no palco uma "imitação do comportamento dos seres",[22] o palco é o lugar de demonstração de todas as artes e ciências,[23] ali se desenrola a natureza do mundo com todas as suas oposições.[24]

Tudo o que vai culminar com um espetáculo teatral, no entanto, começa com a articulação de um texto verbal, mesmo que o ator improvise absolutamente tudo no palco ou mesmo que o espetáculo seja construído pela técnica da dança. E, desta vez, o modelo vem da floresta, ou do jardim: um texto cresce, ou é formalizado, à semelhança de uma árvore. Deve ter cinco partes, chamadas *saRdhi* "nexo", articuladas entre si, estabelecendo em moldes mais detalhados nossa seqüência começo-meio-fim. Cada um dos nexos, entretanto, é formado, por sua vez, da articulação de um "assunto" (*arthaprakBti* "matéria de base") e de um "comportamento" (*avasthT* "posicionamento"). Assim, no primeiro nexo, o da "apresentação" (*mukha-saRdhi*), articulam-se um "impulso" (*Trambha*) e uma "semente" (*bVja*); no segundo, o da "continuação" (*pratimukha-*), um "esforço" (*prayatna*) e um "broto" (*bindu*); no terceiro, o da "complicação" (*garbha-*), uma "esperança de sucesso" (*prTptyTçT*) e um "galho" (*patTkT* [num outro

(22) BHARATA, *op.cit.* [BNÇ 1.112], p. 9: / nTnTbhTvopasaRpannaRnTnTva-sthTntarTtmakam / *lokavBttTnukara JaR* nTyam etan mayTkBtam / "imitation of the conduct of the people full of emotional fervour while depicting different situations is the main item in the type of drama evolved by me."

(23) *Idem, ibidem* [BNÇ 1.116]: "no wise utterance, no means to achieve learning, no art or craft and no useful device is omitted or ignored in it".

(24) *Idem, ibidem* [BNÇ 1.118]; "imitation of everything taking place in the world of seven continents is an invariable feature of the dramatic art".

sentido, também literal, o texto "dá bandeira"]); no quarto, o da "crise" (*vimarça-*), uma "certeza de sucesso" (*niyatTpti*) e uma "flor" (*prakarV*); finalmente, no quinto, o do "desvelamento" (*nirvahaJa-*), uma "obtenção do fruto" (*phalTgama*) e um "fruto" (*kTrya*). Esquematicamente:

avasthT (comportamento)	*arthaprakBti* (assunto)	*saRdhi* (nexo)
Trambha (impulso)	*bVja* (semente)	*mukha-* (apresentação)
prayatna (esforço)	*bindu* (broto)	*pratimukha-* (continuação)
prTptyTçT (esperança)	*patTkT* (galho)	*garbha-* (complicação)
niyatTpti (certeza)	*prakarV* (flor)	*vimarça-* (crise)
phalTgama (obtenção)	*kTrya* (fruto)	*nirvahaJa-* (desvelamento)

E há, para cada nexo, um número de *aZga* "elemento (narrativo)" em número particular, 64 no total, e as noções de tempo e espaço determinando a divisão em atos e prelúdios e em cenas de vários tipos, além das 23 chamadas *antarasaRdhi* "entrejuntas" [que são situações narrativas funcionais (sonho, chegada de uma carta, revelação de um segredo, erro de nome, voz que vem do céu, etc.)], os 36 *lakLaJa* "torneios" lingüísticos [formas textuais cristalizadas que se inserem nos diálogos da peça, como conselho, reprimendas, agradecimento, bênção, etc.], os 33 *nTFyTlaRkTra* "enfeites do drama" [demonstrações emotivas verbalizadas como susto, ofensa, pedido de socorro, suspiros, etc.] e o uso privilegiado de três figuras de sentido [comparação (*upamT*), metáfora (*rXpaka*), *dVpaka* ("iluminação")] e do *yamaka* "parelha", misto de figura de som e sentido, semelhante à paronomásia. E um longo e pormenorizado etc.

Para dizer alguma coisa sobre a metáfora, é ela definida no *KTvyaprakTça* "Luzes da Poesia", de MammaFa, séc. XI, como "uma identidade entre comparante e comparado". Sempre considerados a

partir do enunciado que os formaliza, na figura chamada *rXpaka* o comparante e o comparado são expressos conjuntamente e "não é negada essa identidade [entre os dois termos] em virtude de uma grande similaridade entre os dois [objetos]".[25] Assim definida, a metáfora se opõe a dois outros tipos fundamentais de figuras de similaridade, quais sejam a *upamT* "comparação" e a *atiçayokti* "excesso". Enquanto a comparação deve ser estruturada com base em quatro constituintes (comparante, comparado, propriedade comum e marcador lingüístico), a metáfora, por sua vez, coloca em relação direta apenas um comparante e um comparado, fazendo desaparecer a diferença, como afirma DaJHin em seu *KTvyTdarça* 2.66.[26] O que não contradiz a afirmação de MammaFa: DaJHin sublinha o fato de a metáfora obliterar as funções lógicas ao assimilar diretamente dois objetos. Ao afirmar que "a diferença [entre os dois objetos] não é negada", MammaFa coloca em causa o "excesso", que, fundado numa "absorção/eliminação", formula apenas o comparante – diferentemente da metáfora, que expressa os dois objetos conjuntamente.

A reflexão dos teóricos indianos organizou-se ao redor de três considerações maiores: **a**) o modo de formação gramatical, ou lingüística (em composto nominal ou não); **b**) a hierarquia das metáforas quando multipresentes e concatenadas; e **c**) a construção da relação entre comparante e comparado quando há sobreposição (a metáfora dita *paraRparita* "em que há reciprocidade").

Quanto à formação lingüístico-gramatical, a metáfora pode estar presente num composto nominal (é então dita *samasta*) ou não ser formalizada segundo essa estrutura (sendo então dita *asamasta*). A metáfora *samasta* parece ser a forma por excelência dessa figura. Não é a simples composição/justaposição de dois termos que constitui a me-

(25) /atisTmyTd anapahnutabhedayor abhedaN/ KP 10.139. *Apud* PORCHER, *op. cit.*, p. 69.
(26) /upamaiva tirobhXtabhedT/ *Idem, ibidem, loc. cit.*

táfora: é a subordinação morfológica e sintática do primeiro (o comparado, o objeto posto) que funda o processo de identificação. O comparante (o objeto sobreposto) torna-se gramaticalmente autônomo, exercendo uma função na frase. Uma metáfora desse tipo "pode ser interpretada, com efeito, num primeiro momento, como um composto que contém uma metáfora" (os ditos compostos nominais "*karmadhTraya* comparativos"). Um exemplo freqüentemente citado: *mukhendu*, composto dos termos *mukha* "rosto" e *indu* "Lua", entre os quais se estabelece uma identificação: "um rosto /que é/ / como/ uma Lua" > "um rosto-Lua". Em seu *KTvyTdarça* 2.68, DaJHin fornece um exemplo de metáfora *asamasta* que inclui o exemplo que acaba de ser citado: no verso / *smitaR mukhendor jyotsnT* / "o sorriso (*smitam*) do [teu] rosto-Lua (*mukhendor*) é um raio-de-luar (*jyotsnT*)".

Com relação à hierarquia entre metáforas múltiplas, MammaFa afirma que elas são, nessa situação, de dois tipos: metáforas "subordinadas" (*sTZga*), "que comportam anexos", e metáforas "não-subordinadas" (*niraZga*), "sem anexos", ou *çuddha* "puras". Os teóricos observam, ainda, que a metáfora *sTZga* pode ser realizada de dois modos: ela é *samastavastuviLaya* ("tem por domínio todos os objetos"; quando o posto/comparado e o sobreposto/comparante são explicitados), ou é *ekadeçavivarti* (quando alguma sobreposição é mencionada expressamente, enquanto outra é compreendida pelo sentido). Um exemplo de MammaFa (em Prácrito) que inclui os dois tipos:

> *jassa raJanteurae kare kuJantassa maJHalaggalaaR /*
> *rasasaRmuhV vi sahasT paraRmuhV hoi riuseJT //*

> Quando, no harém que é o campo de batalha, [o rei] coloca a mão no fio de sua espada [desembainhando-a], o exército inimigo, entretanto cheio de paixão, repentinamente vira o rosto.

Apenas um *rXpaka* está diretamente expresso: o do harém (que é o) campo de batalha. Dois outros podem ser deduzidos do sentido geral da frase: o fio da espada é a amada do rei, o exército inimigo é uma rival. O rei que desembainha a espada é assimilado a um rei que introduz uma nova esposa no harém: sua rival (comparante subentendido do exército inimigo) vira o rosto. Mas esses dois comparantes (a nova esposa, a rival), que são os objetos sobrepostos, não estão expressos. É a coerência do enunciado que impõe ao espírito as duas outras metáforas, elas próprias subordinadas à primeira identificação. Percebe-se, assim, que a análise do fenômeno metafórico não diz respeito apenas à palavra isolada: os teóricos indianos a inscrevem no contexto de todo o discurso, contexto que exige, no exemplo citado, que se superponha a representação da amada sobre a do exército. Essa análise considera a necessidade fundamental dos dois pólos da figura. Longe de considerar apenas o comparante (e de pensar em termos de *substituição*, como a retórica ocidental), ela insiste nessa *interação* fundamental do comparante e do comparado, interação que mostra precisamente a identidade na diferença. Segundo MammaFa, ainda, esses dois tipos de metáfora se distinguem do seguinte modo: na metáfora *samastavastuviLaya*, os objetos sobrepostos são "diretamente entendidos na audição" (*çrautT TropitT*), ao passo que na metáfora *ekadeçavivarti* alguns são diretamente expressos, enquanto outros são "provenientes do sentido" *(TrthT aropitT)*, indiretamente compreendidos.[27]

Com relação à construção da relação entre comparante e comparado quando há sobreposição ("a metáfora em sobreposição", *paraRparitarXpaka*), examine-se o exemplo sânscrito seguinte, fornecido pelo mesmo MammaFa:

TlTnaR jayakuñjarasya dBLadTR setur vipadvTridheN /
rTjan rTjati vTravairivanitTvaidhavyadas te bhujaN //

(27)KP 10.140-141. *Idem, ibidem,* p. 74-75.

> Ó rei, teu braço que providencia a viuvez às esposas dos heróis inimigos brilha, ele que é um poste para prender o elefante que é a vitória, uma ponte de pedra sobre o oceano da adversidade.

A estrofe oferece uma série de “metáforas em sobreposição”: com efeito, o *rXpaka* que assimila o braço ao poste só pode ser compreendido com referência ao *rXpaka* que assimila a vitória a um elefante. Como afirma o próprio MammaFa, “a sobreposição do elefante sobre a vitória é a causa da sobreposição do poste sobre o braço”. Esse primeiro *rXpaka* funda, assim, o segundo, que, sem ele, não teria sentido. O mesmo raciocínio vale no caso da segunda sobreposição, a da ponte de pedra sobre o braço: ela só se justifica na presença de um primeiro *rXpaka* que superpõe o oceano à adversidade. Mas, note-se, trata-se de um *rXpaka* “construído”: o braço e o poste não oferecem nenhuma similaridade evidente. Sua aproximação deve ser fundada numa propriedade comum constituída precisamente por um primeiro *rXpaka*. Se se fizer um esquema dessas superposições:

braço,	*poste* para	*o elefante* que é a	*vitória*
comparado 1	**comparante 1**	**comparante 2**	**comparado 2**

poder-se-á perceber que uma relação entre os comparados l e 2 foi construída a partir de uma relação preexistente entre os comparantes l e 2: o braço está para a vitória assim como o poste está para o elefante. Esse era o objeto da celebração empreendida pelo poeta: é preciso estabelecer uma relação entre o braço do rei e a vitória. Os comparados 1 e 2 estão na mesma relação que os comparantes 1 e 2. Deduz-se a primeira equação a partir da segunda, graças à metáfora elefante-vitória.

Essa “metáfora em sobreposição” apresenta traços comuns com a metáfora aristotélica “por analogia”, ou metáfora proporcional. Lem-

bremos que Aristóteles evoca o caso de metáforas como "a tarde da vida"[28], que explica do seguinte modo: "existe entre a velhice e a vida a mesma relação que entre a tarde e o dia; o poeta dirá, com relação à tarde, que ela é a velhice do dia, e, da velhice, que ela é a tarde da vida". Nessa relação de analogia o segundo termo está para o primeiro assim como o quarto está para o terceiro. Eis porque o poeta pode empregar o quarto pelo segundo e o segundo pelo quarto.

O que isso tem em comum com a metáfora *paraRparita*? Tal como na metáfora por analogia, estamos em presença de quatro termos e, portanto, de uma dupla relação. Esquematizando as duas operações:

1	**2**
velhice -	vida
tarde	dia
3	**4**

1	**2**
elefante -	poste
vitória	braço
3	**4**

Na "metáfora em sobreposição", a relação analógica está completamente explicitada. Pela superposição do elefante sobre a vitória, depois a do poste sobre o braço, pode-se concluir que a relação do braço com a vitória é a mesma do poste com o elefante: o braço do rei pode domar/prender a vitória. Aristóteles estabelece uma homologia (B:A::D:C) e pode então permutar dois termos (essa permutação pode ser realizada nos dois eixos). No *paraRparitarXpaka*, a homologia é expressa discursivamente e leva a uma comparação entre os termos; existe relação de similaridade entre o elefante e a vitória, depois entre o poste e o braço. Da relação entre os comparantes deduzimos aquela

(28) Cf. ARISTOTE, *Poétique* 1457b, p. 62.

que existe entre os comparados. Não há reciprocidade possível, porque a relação entre comparantes e comparados não é reversível. O processo das duas operações não é exatamente o mesmo. Nos dois casos, entretanto, a relação metafórica é construída com a ajuda de um raciocínio, em vez de ser uma simples aproximação proveniente da apercepção, da visão de uma similaridade entre dois objetos.[29]

Vejam-se agora alguns exemplos para mostrar a questão da habilidade dos poetas sânscritos no trabalho com a camada sonora do texto. A teoria do *çabdacitra* "peculiaridades do som" prevê a "aliteração" (*anuprTsa*, lit. "eco") e a "paronomásia" (*yamaka*, lit. "parelha").

No caso da aliteração, ela pode ser conseguida com a repetição de fonemas (*varJTnuprTsa*) ou de palavras (*padTnuprTsa*). Quanto à repetição de fonemas, ela pode estar formalizada na repetição de um único fonema (*vBttyanuprTsa*) ou de dois ou mais (*chekTnuprTsa*). As ilustrações que seguem provêm do poema *ÇiçupTlavTdha* ("A morte de ÇiçupTla"), de MTgha, século VII, no qual o autor conta um incidente da longa e aventurosa vida do deus KBLJa: no canto 19, que descreve uma batalha entre KBLJa e um seu inimigo, MTgha resolveu concretizar sonoramente todos os ruídos da batalha por meio da elaboração de estrofes dos tipos:[30]

a) ***ekTkLara***, empregando a aliteração de apenas uma consoante:

> *dTdado duddaduddTdV dTdTdo dudadVdadoN /*
> *duddTdaR dadade dudde dadTdadadado 'dadaN //*

> O doador de dons, o doador de dores aos inimigos, o propiciador de pureza, cujo braço destrói os doadores de dor, o destruidor de demônios, propiciador de morte ao miserável e ao generoso, ergueu sua arma contra o inimigo.

(29) Base dos comentários sobre a "metáfora" extr. de PORCHER, *op. cit.*, p. 69-77.
(30) Cf. BASHAM, *The Wonder that was India*, p. 423-424.

b) ***dvyakLara***, valendo-se da aliteração de duas consoantes:

krXrTrikTrV kor ekakTrakaN kTrikTkaraN /
korakTkTrakarakaN karVraN karkaro 'rkaruk //

O destruidor de cruéis inimigos, o criador único do mundo, propiciador dos ferimentos dos vencidos, com mãos de botão de lótus, o domador de elefantes, feroz na batalha, brilhou como o sol.

Com relação à paronomásia, pode-se dizer que ela consiste na repetição de uma mesma seqüência de fonemas em determinados lugares do verso e da estrofe, pouco importando se a seqüência repetida implica ou não uma homonímia, ou se as "palavras" resultaram iguais tanto por uma questão de hábitos de solução eufônica de arestas sonoras quanto por "ilusões morfológicas" (questões de delimitação do signo). A estrofe abaixo, suficiente para exemplificar a complexidade do procedimento, provém do *KTvyTdarça*, de DaJHin:[31]

sTlaR sTlambakalikT-
sTlaR sTlaR na vVkLituR/
nTlVnTlVnabakulT-
nTlV nTlVkinVr api//

Ela é incapaz de olhar para aquele algodoeiro de flores pendentes, e também de suportar a visão de abelhas aninhando-se nas *bakula*, nem para suas amigas que lhe dizem mentiras!

Nesse exemplo, o primeiro *yamaka* surge no início do verso 1, em que a estrutura sonora *sTlam* "algodoeiro" – que é aí uma aglutinação eufônica de *sT* "ela" com *alam* "incapaz" – se repete imediatamente, mas aí a estrutura *sTlam* é parte de *sTlambakalikT*, um composto que

(31) *Apud* JHA, *Figurative poetry in Sanskrit literature*, p. 50.

resultou de *sTlamba* "pendente" + *kalikT* "botão"; a mesma estrutura repete-se no verso 2, mas aí suas duas ocorrências representam uma mesma palavra independente, muito embora a primeira delas ainda faça parte do composto que termina o verso 1. No verso 3, a seqüência *nTlV* se repete como palavras independentes dentro de um mesmo composto e, no verso 4, a estrutura retorna, desta vez como palavra completamente independente e como parte de um composto. Um outro exemplo, que se aproxima de uma aliteração, apresenta paronomásias no início, no meio e no fim dos versos com a repetição da seqüência *kTla*:[32]

kTlakTlagalakTlakTlamukhakTlakTla
kTlakTlaghanakTlakTlapanakTla kTla/
kTlakTlasitakTlakTlalanikTlakTla
kTlakTlagatu kTlakTla kalikTlakTla//

Ó tu de pele escura como a garganta escura de Çiva, ou de Yama, ou da noite; ó falador como a estação das chuvas, as nuvens escuras, ó KBLJa, destruidor do destruidor supremo, a morte da era terrível: possam as ninfas de negros cabelos longos sobre os ombros se encantarem contigo!

Existem também os *yamaka* que ultrapassam o verso. Um exemplo (chamado *çlokTbhyTsayamaka*, "paronomásia que vigora num dístico") é o da estrofe cuja estrutura sonora dos dois primeiros versos está repetida nos dois últimos, mas o recorte morfológico das palavras que os compõem e/ou a homonímia implicada produzem um conteúdo diferente:[33]

vinTyakena bhavatT vBttopacitabThunT
svamitroddhTriJTbhitT pBthvVyamatulTçritT/

(32) *Idem, ibidem,* p. 52.
(33) *Idem, ibidem,* p. 56.

vinTyakena bhavatT vBttopacitabThunT
svamitroddhTriJTbhitT pBthvVyamatulTçritT//

Ó rei, por causa de vossos braços musculosos e intrépidos, inigualáveis no destruir os fortes inimigos, a terra foi pacificada.

Um outro tipo configura aquela estrofe em que o segundo verso é exatamente igual ao primeiro, mas invertido: exatamente igual, mas de trás para a frente (chamado *pratilomaçlokTrdhayamaka* “paronomásia de meio dístico invertido”) – uma figura que alguns teóricos chamam de ***gatapratyTgata*** “indo-e-vindo”:[34]

nTdino madanTdhV svT na me kTcana kTmitT/
tTmikT na ca kTmena svTdhVnTdamanodinT//

Eu, que mergulhei na meditação em Brahman, não tenho as flechas do Desejo como um dos prazeres terrenos, nem qualquer pensamento mau reveste a paz que sobrevém todo o tempo.

Uma variação desse último tipo, uma construção chamada *sarvatobhadra*, que é uma complexa mistura de palíndromos com acrósticos que podem ser lidos em todas as direções:[35]

sakTranTnTrakTsa-
kTyasTdadasTyakT/
rasThavT vThasTra-
nTdavTdadavTdanT//

(34) *Idem, ibidem*, p. 57. Separando-se as sílabas, para melhor percepção da estrutura: nT-di-no-ma-da-nT-dhV-svT-na-me-kT-ca-na-kT-mi-tT / tT-mi-kT-na-ca-kT-me-na-svT-dhV-nT-da-ma-no-di-nT/ /

(35) *Apud* BASHAM, *op. cit.*, p. 424.

> Estava ansioso para a batalha seu exército, cujas flechas destruíram os corpos das hostes dos bravos inimigos. Suas trombetas rivalizaram com os gritos de esplêndidos cavalos e elefantes.

sa	kT	ra	nT	nT	ra	kT	sa
kT	ya	sT	da	da	sT	ya	kT
ra	sT	ha	vT	vT	ha	sT	ra
nT	da	vT	da	da	vT	da	nT

Alguns exemplos de uma chamada *citrakTvya* "poesia figurativa", muito praticada a partir do século XII:

a) ***turaZgapadabandha*** "desenho do lance do cavalo" (como no jogo do xadrez: em cada "casa" o poeta vai consignando uma sílaba; preenchidos os 32 espaços, o texto resultante deve fazer sentido):[36]

bTlT sukTlabTlTkTkTntilTlakalTlitT/
sasvTsutavatVsTrTdarpikT vratagardhitT//

> A jovem – agradada dos balbucios e pela graça do negro elefantinho, satisfeita com os movimentos suaves e cuidadosos – continua com o treinamento.

bT **1**	lT **30**	su **9**	kT **20**	la **3**	vT **24**	lT **11**	kT **26**
kT **16**	nti **19**	lT **2**	la **29**	ka **10**	lT **27**	li **4**	tT **23**
sa **31**	svT **8**	su **17**	ta **14**	va **21**	tV **6**	sT **25**	rT **12**
da **18**	rpi **15**	kT **32**	vra **7**	ta **28**	ga **13**	rdhi **22**	tT **5**

(36) *Apud* JHA, *op. cit.*, p. 60.

b) ***ardhabhrama,*** “meia-marcha” (veja-se as seqüências horizontais e verticais 1-2-3-4, 2-5-6-7, 3-6-8-9, 4-7-9-10, a-b-c-d, e-f-g-c, h-i-f-b, j-h-e-a; ocupados os lugares, as palavras resultantes devem fazer sentido):[37]

sa satvaratidenityaR saHarTmarLanTçini /
tvarTdhikakasaRnTde ramakatvam akarLati //

Ele, eternamente vigilante, destrói a impaciência, domina o desejo na ocasião e na espera.

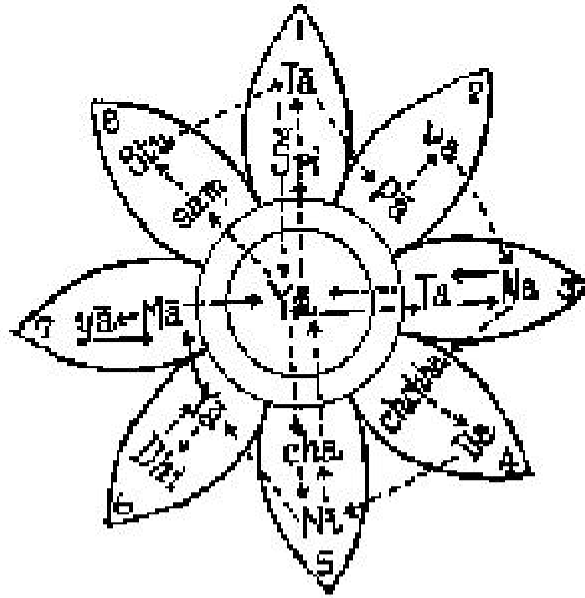
sa **1**	sa **2**	tva **3**	ra **4**	ti **a**	de **b**	ni **c**	tyaR **d**
sa **2**	Ha **5**	rT **6**	ma **7**	rLa **e**	nT **f**	çi **g**	ni **c**
tva **3**	rT **6**	dhi **8**	ka **9**	ka **h**	saR **i**	nT **f**	de **b**
ra **4**	ma **7**	ka **9**	tva **10**	ma **j**	ka **h**	rLa **e**	ti **a**

c) ***padmabandha,*** “desenho do lótus” (o poeta vai consignando uma sílaba para cada ponto predeterminado do desenho da flor do lótus; as palavras resultantes devem fazer sentido):[38]

yTçritT pTvanatayT yTtanacchadanVcayT /
yTcanVyT dhiyT mTyT yTmTyTsaRstutTçriyT//

Ocupada com o rearranjo dos longos cabelos, o pensamento ansioso, sua beleza silenciosamente celebrada por mim.

(37) *Idem, ibidem*, p. 57.
(38) *Idem, ibidem*, p. 62; o esquema está na p. 197.



Para terminar, uma pequena jóia "haikaica" de um anônimo do séc. XII:[39]

mukham indur yathT prTJiN	Rosto como a Lua,
pallavena samaN priye /	mãos lótus em botão,
vTcaN sudhT ivoLFhas te	voz de mel, lábios de rosa:
bimbatulyo mano 'çmavat //	uma pedra seu coração.

Note-se, neste caso, que o poema foi todo estruturado com base em possibilidades de expressão do "marcador lingüístico" (partículas comparativas *yathT*, *sama*, *iva* e *tulya* e sufixo de valor comparativo *-vat*) das relações entre comparantes (rosto, mão, voz, lábio, coração) e comparados (Lua, botão, mel, um fruto chamado *bimba*, pedra), e sempre sem enunciação da propriedade comum.

(39) *Apud* BÖHTLINGK, *Indische Sprüche*, poema 4881.

Referências Bibliográficas

ARISTOTE. *Poétique*. Paris, Les Belles Lettres, 1969.

BASHAM, A. L. *The Wonder that was India. A Survey of the culture of the Indian sub-continent before the coming of the Muslims*. New York, The Macmillan Co., 1954.

BHARATA. *The* NTFya _Tstra. Translated into English by a board of Scholars. Delhi, Sri Satguru, s/d. R Tga NBtya Series, 2.

BÖHTLINGK, Otto. *Indische Sprüche*. St Petersburg, Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften, 1870-1873.

JHA, Kalanath. *Figurative Poetry in Sanskrit Literature*. Delhi, Motilal Banarsidass, 1975.

MONIER-WILLIAMS, Monier. *A Sanskrit-English Dictionary Etymologically and Philologically arranged with special reference to cognate Indo-European languages*. Oxford, Clarendon Press, 1974 [1899].

PORCHER, Marie-Claude. *Figures de style en sanskrit. Théories des* alaRkara`Tstra. *Analyse de poèmes de VeZkaFTdhvarin*. Paris, Institut de Civilisation Indienne, 1978. Publications de l'ICI, fasc. 45.

RENOU, Louis. *et alii. Dictionnaire Sanskrit-Français*. 3a ed. Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient/Adrien-Maisonneuve, 1972 [1932].

Procedimentos Retóricos na Poesia Sânscrita Védica

MÁRIO FERREIRA*

Em texto integrante desta coletânea (p. 55-83), Carlos Alberto da Fonseca traça um painel da retórica na Índia clássica, no qual procura demonstrar que as várias fases do percurso literário indiano – do período védico ao épico-bramânico e deste ao clássico – apresentam elementos discursivos recorrentes, afetos à consciência e ao emprego extremado do "'poder de significação' (como propõe ele traduzir o conceito de *çakti*) da palavra poética".

O presente texto, circunscrevendo-se ao período védico, tem por objetivo apontar alguns dos procedimentos retóricos enfeixados na poesia desenvolvida nessa fase literária, mormente aquela constante do *AgvedasaRhitT*. Enfocando-se a temática da construção poética no vedismo, procura-se demonstrar que *a configuração retórica da poesia védica se reveste de caráter exemplar, constituindo ela o modelo primordial – manifesto ou latente – da poética clássica*, cujos elementos básicos o texto de Fonseca sumaria. No que segue, com vistas à análise do tema proposto, abordam-se dois tópicos, a saber: 1. o contexto da enunciação do texto ritualístico; e 2. as características recorrentes da produção retórica da poesia sânscrita.

1. O texto ritualístico: contexto de enunciação

É já consensual, entre os estudiosos da literatura indiana de expressão sânscrita, a idéia de que o *Veda* – vasta coletânea de textos

(*) Professor Doutor da Área de Língua e Literatura Sânscrita do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

ritualísticos composta provavelmente ao redor do século XII a.C. –, em especial no livro denominado *AgvedasaRhitT* [*RV*], título que se pode traduzir por “Coleção (de textos) [*saRhitT*] do saber revelado [*veda*] (expresso na forma de) estrofes [*Bg* < *Bc*]”, apresenta forte orientação poética e metalingüística, entendendo-se tais termos na acepção que Jakobson (s/d.: 122-130) lhes dá, ou seja, como funções da linguagem radicadas predominantemente ou na mensagem ou no código. Não obstante tal consenso, é divergente o peso que se costuma atribuir às duas funções na coletânea em estudo. Para alguns autores, a função poética é nuclear e determinante no *Veda*, constituindo ela o vetor básico por meio do qual se deve aferir o sentido da obra. Assim, Dharmapala (1973, p. 5), projetando sobre a obra um conceito que se refere à poesia do período clássico, e estabelecendo desse modo uma forte correlação intertextual entre duas fases literárias, afirma: “O *RV* é, antes de mais nada, um *kTvya*” – ou seja, um texto de extrema sofisticação verbal, em que a expressão é motivada pelo conteúdo. Nesta mesma perspectiva, Renou, pontuando o “espírito essencialmente poético” (1958: V) dos autores do *Veda*, assinala (1955, p. 26), no que concerne à recorrência na obra dos torneios metalingüísticos:

> *A composição [do* RV*], a técnica poética torna-se um fim em si mesma. (...) Neste sentido, (...) poder-se-ia sustentar que todo o RV é uma alegoria de si mesmo.*

Em perspectiva diversa, defendem outros autores (assim, Bergaigne [1878, *passim*] e J. Gonda [1963, *passim*]), que, não obstante ser um fato o refinamento da relação expressão/conteúdo, importa remarcar no texto védico a função ritualística por ele cumprida – função na qual têm maior relevância, para empregar também os termos de Jakobson (s/d.: 122-130), os fatores de contexto (pois que o rito sempre se realiza em situações predeterminadas paradigmaticamente, relativas ao objetivo visado e à forma de obtê-lo), de destinatário (visto

que o rito implica por definição a manipulação de divindades) e de contato (visto que o rito supõe uma conexão entre remetente/sacerdote e destinatário/divindade). Apesar das diferenças teóricas, presentes nas duas posições referidas, não parece descabido procurar conciliá-las – não, no espírito da máxima latina *in medio stat virtus* (o que equivaleria a postular que os textos do *Veda* são ao mesmo tempo ritualísticos *e* poéticos/metalingüísticos), mas estabelecendo-se uma regência recíproca entre as funções (no sentido de que uma função, para se presentificar, implica necessariamente a outra). Esta conciliação é o ponto de partida deste texto – e ela se pode enunciar nos seguintes termos: enquadrando-se embora o *Veda* na tipologia dos textos ritualísticos, e dados os valores que na cultura Trya, e na cultura indo-européia por extensão, se projetam sobre a linguagem (a esse respeito, v. Eliade [1983, p. 13]), a forma de operar o rito implica, nos textos da *saRhitT* védica, manobras recorrentes de manipulação da mensagem e do código, as quais alçam a linguagem à posição de matriz temática da enunciação ritualística. Para empregar uma fórmula-resumo: no *Veda*, a linguagem, dobrada sobre si mesma, torna-se rito. Ou, na regência oposta: no *Veda*, o rito, ao se desdobrar, transforma-se em linguagem. Entendida nestes termos – e em consonância com os postulados da retórica moderna –, a formalização do enunciado da poesia védica não se estabelece como problemática afeta aos limites das figuras e torneios de linguagem que se moldam na superfície do texto ritualístico; ela assume uma dimensão lingüística que diz respeito às condições de enunciação do discurso do rito e que envolve, portanto, necessariamente, na relação enunciador/enunciatário, estratégias de emprego da linguagem – entre as quais se alinham a argumentação e a persuasão.

Tentemos explicitar os dados do contexto em que o rito védico se enunciava.

Na Índia antiga, conforme podemos documentá-lo mediante os textos do *Veda* e dos textos exegéticos dos *BrThmaJTs* e dos *KalpTs*, o

rito era, ao mesmo tempo, obra assalariada (visto que decorria de um contrato de reciprocidade envolvendo pagamento), secreta (pois que cumprida em local preparado de antemão, normalmente a céu aberto, ao qual só tinham acesso os ritualistas contratados) e onipresente (pois que obrigatoriamente associada a praticamente todos os atos da vida cotidiana). Enfatizemos o caráter onipresente do rito. Na sociedade védica – e referindo apenas alguns poucos contextos – os ritos pautavam, por vínculo de necessidade obrigatória: os ciclos de desenvolvimento da vida humana (havendo, assim, cerimônias que se cumpriam desde a gestação de uma criança, passando por todas as etapas de desenvolvimento [infância, "segundo nascimento", casamento, paternidade] até sua morte); os ciclos da temporalidade (aos quais se correlacionavam os ritos realizados em época fixas, por ocasião do início do ano, das estações e dos pequenos e grandes arcos das revoluções lunares e solares); os ciclos das atividades cotidianas (vinculados aos ritos da semeadura e colheita da terra; da edificação das moradas; do mapeamento do traçado de uma cidade); e os ciclos de reordenação cósmica (vinculados a cerimônias executadas em épocas determinadas dos ciclos temporais, tendo por objetivo reafirmar a ordem que, no início da criação, se tinha inscrito nesta). Por sobre o vínculo evento-rito, tal como se pode atestá-lo na literatura exegética do *Veda*, projetava-se uma relação de causa e efeito: o rito acompanha, temporalmente, o evento – na maior parte das vezes, ele o antecede (assim, por exemplo, o nascimento de uma criança era precedido por três ritos, realizados no curso do terceiro, do quarto e do nono mês de gestação; assim também, o rito diário de acendimento do fogo antecedia o nascimento do sol); mas a temporalidade traduz uma causalidade: é o rito que determina o evento; este se cumpre porque o rito, ao se realizar, exerce um efeito de coerção sobre os acontecimentos. A propósito, no *ÇatapaFhabrThmaJa* (ed. J. Eggeling [1978: II, 3, 1, 5]), lê-se: "Havendo a defecção do rito (diário do) fogo, o sol deixará de nascer, ao

cabo de três meses". Noutros termos, o universo se manifesta de acordo com uma ordem (sânscrito *Bta*), a qual se integrou, no princípio da criação, à dinâmica dos eventos cósmicos múltiplos; é o rito, porém, que é a fonte da ordem, seja porque a cosmogênese, na concepção védica, sempre se realiza de modo ritualístico, seja porque cabe a ele reproduzir, reafirmando-o, o ordenamento que se supõe ser inerente aos eventos.

Consta, acima, que o rito era sempre obra secreta, porque realizada em espaço proibido, interdito aos não-iniciados. Com efeito, o trabalho ritualístico constituía, na Índia védica, prerrogativa de membros da casta bramânica, os brâmanes (do sânscrito *brahmaJa*, lit. "aquele que detém o *brahman*" (= o "poder" oriundo do rito). Eram estes treinados, aos longo de vários anos, nas diversas disciplinas necessárias para o cumprimento do rito – as quais implicavam, entre outros requisitos, a memorização de extensas porções de textos relativos à tradição à qual pertenciam os ritualistas, ao conhecimento da adequação dos ritos aos eventos e, sobretudo, o conhecimento das artes retóricas, graças às quais se tornava possível evocar e presentificar a forma dos deuses. Resumindo um conjunto complexo de procedimentos, pode-se dizer que os ritos védicos abarcavam atos preliminares, relativos à preparação, seja do ritualista (que ficava recluso durante os dias que antecediam a realização da cerimônica), seja do espaço sagrado no qual se cumpria o rito; e atos executivos, relativos à culminação do objetivo do trabalho litúrgico, envolvendo, no mais das vezes, a manipulação de poderes divinos, cuja intervenção era provocada com vistas à utilização da força de que se investiam tais poderes. Saliente-se que, na teologia védica, os deuses, não obstante poderosos – e, portanto, dotados de força superior à dos homens –, podem ser manipulados, desde que o rito concentre, por meio das fórmulas adequadas, a linguagem-força que desencadeia a ação desejada dos poderes visados. Conforme afirmam, a este respeito, Castagnola e Padovani (1972, p. 65), em enunciado que bem resume a concepção védica do rito:

> *O sacrifício, gesto ou palavra ritual, é eficaz por si só: é infalível, tem valor mágico. Não alimenta, não invoca, não exalta a divindade; mas constrange-a, cria-a, porque o mundo – deuses, homens, coisas e eventos – depende de um sacrifício, o ser depende do ato.*

Os atos executivos são predominantemente lingüísticos. Implicam um emprego particular da linguagem, em conformidade com padrões míticos, os quais são necessários e substanciais para a consecução do trabalho litúrgico. Com isto, pode-se esboçar o contexto de produção do rito. Ele envolve a repetição de paradigmas (pois que o rito é sempre a repetição de um modelo exemplar); uma relação enunciador-enunciatário (a saber, entre ritualista e divindade); e um código lingüístico, composto de fórmulas, padrões e recorrências que desdobram e manifestam as potencialidades da estrutura do rito. No item que se segue, sumariam-se as características básicas desse código retórico.

2. Características retóricas recorrentes na poesia védica

À semelhança do processo que culmina na presentificação do rito, o mecanismo de desdobramento na poesia védica do código retórico *representa um movimento de translação da esfera do profano para a esfera do sagrado* (para a conceituação dos termos, v. Eliade [s/d.: *passim*]). Trata-se, em todas as estratégias de emprego da linguagem aí presente, de opor à fala leiga (a que o homem comum está circunscrito) a fala iniciática (que é prerrogativa do brâmane adestrado). A fala leiga é a fala da história, vinculada às demandas do existir. A fala iniciática, veículo das causas do existir, é atemporal (como em *RV*[1], X, 130, em que se postula que os metros poéticos geram os deuses criado-

(1) Citado sempre de acordo com a edição de Aufrecht (1955).

res) ou congenial à criação (como em *RV*, X, 71, em que se afirma que, na origem, a linguagem se integrou às coisas, revelando-lhes as características essenciais). A oposição entre as falas leiga/iniciática, profana/sagrada, configura-se por meio de procedimentos diversos, relativos seja ao plano da expressão, seja ao plano do conteúdo.

No plano da expressão, há três procedimentos que são recorrentes e que marcam, de modo decisivo, a face fônica da fala. O primeiro é o recurso ao *saRdhi* – conjunto de regras eufônicas que se aplicam, no nível sintagmático, ao encontro entre sílabas iniciais e finais das palavras e, no nível morfológico, ao encontro das partículas constitutivas dos vocábulos, e que visam a imprimir, na linguagem, a marca da ordem. Eis um exemplo. Em *RV*, X, 127, 1, consta a seguinte estrofe: *rTtrV vyakhyadTyatV purutrT devyakLabhiN/ viçvT adhi çriyo 'dhita* ("A noite, divina, ao chegar, a tudo domina, com seus olhos; posta está com suas jóias"). Esta é a forma de presentificação eufônica – vale dizer, marcada pela aplicação das regras do *saRdhi* – da estrofe, morfologicamente correta, mas anterior ao momento da enunciação: *rTtrV vi akhyat T 'yatV purutrT devV akLa-bhiN/ viçvaN adhi çriyaN adhita//*. Ressalte-se que as modificações fônicas aí constantes – e nas regras gerais do *saRdhi* – não constituem fenômeno de acomodação articulatória (assim, a modificação *viçvT* < *viçvaN*, devido à presença de vogal sonora na palavra seqüente (*adhi*). As alterações são eufônicas – e exercem uma função não meramente fonética. Em verdade, está em jogo aqui a questão da representação, no discurso, da ordem do mundo. Como afirmam Fonseca e Ferreira (1988, p. 117):

> *(...) as variadas regras de* saRdhi *(...) configuram (...) tentativas de representar na harmonização do discurso a harmonização percebida pelo falante na organização da realidade. (...) a realidade (...) tem a sua gramática: dotada de algumas matrizes originais e imutáveis, ela se re-produz em re-ocorrências; da mesma forma, a linguagem que a surpreende organiza-se no jogo do arquétipo (o sistema) com a sua presentificação (a fala). Assim*

> *como as coisas do mundo estão encadeadas entre si, deslizando na ronda dos acontecimentos, também a fala, em perpétuo movimento, presta contas, em discurso, da apropriação das coisas do mundo. A realidade existe em duas instâncias: categorizada em si mesma e codificada na trama perceptiva do falante. A instância da frase é diferente: nela pulsa a realidade, mas re-existindo, relançando discursivamente o sujeito – e a realidade nele cifrada – no mundo das coisas.*

Exercendo função análoga à do *saRdhi*, a metrificação da fala constitui outro elemento recorrente do plano de expressão da poesia védica. Não há espaço aqui para apontar a complexidade do emprego dos metros, os quais envolvem fórmulas sofisticadas de alternância de módulos rítmicos. Basta dizer que, no *RV*, se contam 60 formas possíveis de metrificação da fala (para a descrição dos modelos, v. Griffith [1976, p. 655-656]). Importa ressaltar que, na poesia védica, a metrificação da linguagem não constitui uma *fôrma* – auxiliar e acessória – de modelagem, na qual se inscreve a fala: a pauta métrica *é* a *forma* da linguagem – e é esta forma que permite, em princípio (como se pode entender em *RV*, X, 130, citado acima), a criação ritualística dos entes. Noutros termos, assim como as coisas do mundo – tal o sol, a lua, os rios, as chuvas – obedecem a um ritmo de manifestação, as fórmulas métricas fazem pulsar, na alternância das quantidades e qualidades vocálicas, o mesmo ciclo de recorrências.

O terceiro elemento de expressão, que se soma aos dois anteriores, refere-se às estratégias de motivação da relação som/sentido – relação cujo entendimento e manejo indiciam, no *Veda*, o saber da face atemporal da linguagem. Não há espaço, aqui, também, para alinhar as estratégias referidas, relativas aos jogos de aliteração, assonância e simbolização fônica. Eis, à guisa de exemplo, o texto completo de um poema védico (*RV*, I, 1) – apresentado na versão original e numa tradução atenta à forma do plano de expressão (*apud* Ferreira [1981, p. 241-242]) –, em que se apresentam alguns de tais recursos:

agnim VDe purohitaR yajñasya devamBtvijam/ hotTram ratnadhTtamam//
agniN purvebhir BLibhir iHyo nutanair uta/ sa devTn eha vakLati//
agninT rayim açnavat poLam eva dive dive/ yaçasam viravattamam//
agne yam yajñam adhvaraR viçvataN pari bhXr asi/ sa ide deveLu gachati//
agnir hotT kavikratuN satyaç citraçravastamaN/ devo devebhir T gamat//
yad aZga dTçuLe tvam agne bhadram kariLyasi/ tavet tat satyam aZgiraN//
upa tvTgne dive dive doLTvastar dhiyT vayam/ namo bharanta emasi//
rajantam adhvaranam gopam Btasya dVdivim/ vardhamTnaR sve dame//
sa naN piteva sXnave ‘gne sXpTyano bhava/ sacasvT naN svastaye//

O fogo eu rogo, celeste, preposto, cultor,
dadivoso, vertente.
O fogo, remoto mote de perenes cantos tramado,
os deuses para cá recorra.
Pelo fogo, sol a sol, o florente dom devore,
magnífico, fecundo.
Ó fogo, a reta oferta, entrepresa, circunjazes,
aos deuses ei-la remetida.
O fogo: sacro, sagaz, verídico, arquiluzente,
retorne, o deus, com os deuses.
Ao devoto que te afaga, ó fogo, os bens não derrogas,
essa a verdade, ó fúlgido.
De ti, ó fogo, noctífago, com devoção, sol a sol,
nos achegamos, reverentes.
Regente das ofertas, pastor da regra, rebrilhante,
a brotar, autógeno.
Como o pai ao filho, ó fogo, abre-nos o coração,
dá guarida ao nosso dom.

No que respeita ao plano do conteúdo, são múltiplas as estratégias a que recorrem os poemas védicos, no sentido de manifestar a translação profano–sagrado. O procedimento básico, conforme consta acima, consiste na ênfase conferida às funções poética e meta-lingüística – com o que a linguagem se torna tema estrutural dos textos. Pode-se rastrear tal estratégia, analisando-se, na *saRhitT,* seja as espe-

culações efetivadas sobre os valores consignados à *vTc* – à "linguagem", em sentido amplo –, seja a utilização dos torneios metafóricos, os quais "dobram" a linguagem sobre si mesma, à maneira de um "universo curvo que se fecha e se basta no seu círculo de ressonâncias", para empregar uma imagem de Bosi (1977: 26), a propósito do discurso poético. A noção dessa recursividade, encontramo-la explicitada em *RV*, VII, 100, 10: *yad vTc vadanty avicetanTni rTLFBdevTnTm niLasTda mandrT/ catasra XrjaR duduhe payTRsi (...)//* ("Quando, palrante, a palavra, rainha dos deuses, benéfica, foi deposta, ordenhou-se ela a si mesma, vertendo leite, revigorante, nos quatro mundos."); e também em *RV* , X, 64, 2, em que se faz referência aos *kratXyanti kratavaN* – ou seja, "os pensamentos poéticos que se pensam a si mesmos". Quanto à construção da *vTc*, observa-se, mormente no *RV*, o delineamento de amplo leque conceitual, centrado no tema da linguagem, o qual engloba um campo léxico composto de traços diversos de semantização. Neste sentido, na rede semântica dos poemas védicos, a *vTc* é, ao mesmo tempo, *dhTra*, "fluxo de água"; *çloka*, "som"; *iHa*, "fogo"; *menT*, "fêmea"; *sXryT*, "esposa do sol"; *mTyu*, "a que bale"; *nanT*, "mãe"; *kaça*, "rédea"; *nau*, "nau"; *valgu*, "a bela" (para o conhecimento dum campo léxico pertinente à linguagem, v. *NighaJFu* (ed. Sarup [1967, p. 3]). Diversos são também os passos em que, sob a superfície dos "significados convencionais" (*nitya*), se fala da linguagem por meio de "significados secretos" (*guhya*). Assim, *RV*, X, 5, 1: *ekaN samudro dharuJo rayVJTm asmad dhBdo bhXrijanmT vi çaste/ siLakty Xdhar niJyor upastha utsaya madhye nihitam padaR veN//* ("Ele, e somente ele, é o oceano, dador de tesouros; mil vezes renascido, contempla nossos corações. Oculta-se no seio do casal secreto. O pássaro repousa no meio da fonte.") – em que se fala, em verdade, da linguagem (o "oceano", fonte de riquezas/palavras, as quais se escondem (= tema da linguagem como código interdito), na fala dos dois ritualistas (o "casal secreto"), no instante em que o sol (o "pássaro") desponta na aurora (o "meio da fonte").

A recorrência da metaforização da linguagem não raro conduz o texto ao limite da inteligibilidade, podendo o poema apresentar-se como um "tecido de enigmas"(*brahmodya*) – assim, X, 61, em que se enunciam respostas para perguntas não formuladas – ou como texto com severas lacunas – de que é exemplo a estrofe de *RV*, II, 38, 4: *punaNsam avyad vitataR vayantV madhyT kartor ny adhTc chTkma dhVraN/ ut saRhTyTsthTd vy BtXnB adardhar aramatiN savitT devT TgTt//* (que assim se pode traduzir, inserindo entre colchetes as palavras defectivas, as quais, como se pode observar, constituem os sujeitos das sentenças, não mencionados anteriormente, e os complementos oracionais básicos: "[A noite,] tecendo, desdobrou novamente [a obra que havia sido estendida durante o dia]. No seio da obra, [SavitB { = o Sol como ritualista},] o hábil [artesão] dispôs [o objeto de seu] saber. Levantou-se, retomando [suas forças], separou o tempo do rito; o deus SavitB, [açulando] o pensamento, manifesta-se.").

Recurso análogo ao da dispersão do significado é o emprego dos anagramas – conforme assim os batizou Saussure (v. Starobinsky [1971, p. 28-29]), em referência aos feixes de fonemas, extraídos do nome da divindade-alvo, que se dispersam no corpo da cadeia sonora e que só se podem recuperar conhecendo-se o *mote* do rito. No poema *RV*, I, 1, reproduzido acima, tem-se um exemplo do emprego do anagrama do mote do texto – o deus Agni, cujo nome se recupera na reiteração dos fonemas [a], [g], [n], [i] (na tradução, [f], [o], [g]).

No conjunto, tais estratégias de conteúdo (aqui sumariamente referidas) conduzem, em suma, ao fechamento do significado num circuito contínuo de auto-referência. Este universo – autônomo e autobastante – assim se estrutura, porque é tal forma, oriunda da junção conteúdo + expressão, o mecanismo que constitui o instrumento de manipulação das divindades – alvo precípuo do rito. Noutros termos, *a linguagem, dobrada em auto-referência, por enunciar-se nesta forma, coage a esfera divina, forçando-a a agir em benefício da culminação da*

tarefa litúrgica. O poder do texto poético, manifesto no rito, relativamente à manipulação dos "atos dos deuses", encontra-se explicitada em *RV*, X, 130:

> *Um tecido feito de muitos fios, tal é o sacrifício. Os brâmanes, aqui reunidos, entretecendo os atos dos deuses, do rito a urdidura determinam. Sentados à frente do tear, montado, dizem: "Um ponto para cá, um ponto para lá!"*
> *É o homem aquele que estende o fio, aquele que, esticando o fio, o firmamento fixa. Aqui estão os bastões. Aqui está a roca, que o canto produz.*
> *Qual é o modelo a imitar, de que aqui se faz a reprodução, qual é a relação entre ontem e hoje? Que manteiga se utilizou? Em qual recipiente? Qual a regra do rito inaugural? Que hino foi cantado, durante o primeiro sacrifício?*
> *O metro* gTyatrV *gerou Agni, o metro* uLJiN, SavitB, *o metro* anuLFubh, *Soma, o mote de muitos hinos, e o metro* bBhati *concedeu a palavra a* BBhaspati.
> *VaruJa e Mitra coligaram-se ao metro* virTj, *e o* triLFubh *criou Indra. O metro* jagatV, *manejado pelos brâmanes, engendrou todos os deuses.*
> *Diante desse modelo se curvam os brâmanes, por imitação de nossos pais, à semelhança do primeiro rito. Vejo aqui, com o pensamento, os primeiros brâmanes, no primeiro rito.*
> *Dos cantos e dos metros, os entes brotraram. Os sete deuses ao rito se conformam. Tal é o sacrifício: quando os brâmanes se põem no caminho dos primeiros brâmanes, tecem eles um tecido feito de muitos fios.*

Trata-se, portanto, em suma, com relação aos procedimentos retóricos da poesia védica, como se propôs antes, duma confluência de recursos, à qual a retórica contemporânea está atenta: as estratégias estilísticas transformam-se em estratégias de persuasão e manipulação; a forma de manejo do código implica a projeção situacional da enunciação; a metalinguagem torna-se a face complementar da função conativa.

Poesia arcaica, manifesta em contexto antípoda ao da produção textual contemporânea, o texto védico, em sua configuração, revela-se, na perspectiva da produção literária, sedutoramente moderno.

Rastrear as estratégias retóricas nele inscritas constitui trabalho que pode contribuir para alargar o conhecimento da enunciação da linguagem.

Referências Bibliográficas

AUFRECHT, T. *Die Hymnen des Rig Veda.* Wiesbaden, Harrassowitz, 1955.
BERGAIGNE, A. *La réligion védique d'aprés les hymnes du Rig-Veda.* Paris, F. Vieweg, 1878.
BOSI, A. *O ser e o tempo da poesia.* São Paulo, Cultrix, 1977.
DHARMAPALA, G. *Linguistic Atom*. Delhi, Motilal Banarsidass, 1973.
EGGELING, J. (ed.) *The Çatapatha-BrThmaJa*. Delhi, Motilal Banarsidass, 1978.
ELIADE, M. *História das crenças e das idéias religiosas*. Rio de Janeiro, Zahar, tomo I, vol. 2, 1983.
ELIADE, M. *O sagrado e o profano.* Lisboa, Edições "Livros do Brasil", s/d.
FERREIRA, M. "Agni/Fogo, nos confins da língua", *in Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum.* São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1981.
FONSECA, C. A. e FERREIRA, M. *Introdução ao sânscrito clássico*. São Paulo, F.F.L.C.H./USP, 1988.
GONDA, J. *The vision of the vedic poets*. Haia, Mouton, 1963.
GRIFFITH, R. T. H. (trad.) *The Hymns of the Agveda*. Delhi, Motilal Banarsidass, 1976.
JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação.* São Paulo, Cultrix, s/d.
PADOVANI, U. e CASTAGNOLA, L. *História da filosofia.* São Paulo, Melhoramentos, 1972.
RENOU, L. *Etudes védiques et paninéennes.* Paris, Editions E. de Boccard, tomo 1, 1955.
RENOU, L. *Etudes sur le vocabulaire du AgVeda.* Pondichéry, Institut Français d'Indologie, 1958.
SARUP, L. (ed.) *The Nighantu and the Nirukta.* Delhi, Motilal Banarsidass, 1967.
STAROBINSKY, J. *As palavras sob as palavras.* São Paulo, Perspectiva, 1971.

Assiste-se, nas últimas décadas, a um amplo movimento de restauração e de renovação da Retórica. O interesse que os estudos retóricos despertam, em nossos dias, levou ao reexame da retórica em seus primórdios e à compreensão de sua natureza integral, por muito tempo reduzida às questões do plano de expressão – a *elocução* – e, sobretudo, às *figuras*. Propõem-se hoje novas abordagens da atividade retórica do homem, em seu sentido pleno.

A presente obra situa-se em consonância com os postulados da retórica moderna, fundados nos conceitos de *razoabilidade*, de *adesão*, de *persuasão*, de *auditório*, assim como nos de *negociação* e de *diálogo*. O direito à palavra e o respeito à alteridade constituem o fundamento básico de uma teoria da argumentação. A clara valorização das circunstâncias e condições de enunciação e a aptidão para lidar com *preferências, valores e decisões* (a razão prática) atribuem às Novas Retóricas um papel bastante significativo, o que evidencia a sua importância mais direta para o Direito, a Ética, a Política, a Psicanálise, a Publicidade, entre as muitas disciplinas.

Prefaciada por Jean-Marie Klinkenberg, professor da Universidade de Liège (Bélgica) e, membro do grupo µ. *Retóricas de Ontem e de Hoje* aborda os seguintes temas:
Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos - Lineide do Lago Salvador Mosca; *A Retórica na Índia Antiga* - Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira; *A Retórica na Grécia Antiga* - Ísis Borges B. da Fonseca; *A Retórica na Tradição Latina* - Ariovaldo Peterlini; *Figuras de Retórica e Argumentação* - Elisa Guimarães; *Pragmática Lingüística: delimitação e objetivos* - Helena Hathsue N. Brandão; *Argumentação e Discurso* - Maria Adélia Ferreira Mauro

A Retórica na Grécia
O Gênero Judiciário

Ísis Borges B. da Fonseca*

Abordando-se o tema da *Retórica na Grécia*, habitualmente se inicia pela afirmação de que os gregos mostram, através das obras literárias mais antigas que nos legaram, uma tendência natural para a eloqüência. Esse fato é de fácil comprovação nos poemas épicos, nos líricos, nas tragédias e assim por diante. Tentativas de persuasão e até mesmo discursos inteiros manifestam a naturalidade com que eles se serviam desses recursos e constituem mais uma prova de que a literatura escrita já trazia consigo uma longa tradição.

Vale citar exemplos em que o orador deixa evidente o intuito de persuadir os ouvintes. Assim, nos dramas gregos, aparecem discursos que lembram cenas de tribunais, como se pode verificar no julgamento de Polimestor, rei da Trácia, na *Hécuba* de Eurípides (v.1129-1251). Tendo ele recebido grande tesouro e o encargo de conservar sob sua proteção Polidoro, o filho mais jovem de Hécuba, matou-o, apoderando-se, então, da riqueza da vítima, quando Tróia foi incendiada. Por um estratagema, Hécuba atraiu-o para o local em que se achava e, com o auxílio de suas servas, cegou-o e matou os filhos dele. Em consequência, cabe a um juiz pronunciar-se sobre esses terríveis acontecimentos. É Agamémnon que, após ouvir as duas partes, condena Polimestor pela ambição e pelos atos vergonhosos de ter matado seu hóspede. Diz ele:

> *Em vossa pátria, matar um hóspede é talvez sem importância; mas entre nós, gregos, esse ato é vergonhoso. Como, então, escapar à censura, absolvendo-te? Não poderia (v. 1247-1251).*

(*) Professora Doutora da Área de Língua e Literatura Grega do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

Após essa referência a uma tragédia do último quartel do século V a. C., em que sobreleva o tópico da *justiça*, característico do gênero judiciário, é de interesse mencionar o exemplo do discurso de Nestor, no canto IX da *Ilíada* (v. 53-78), em que o orador se apresenta não como juiz, mas como conselheiro e isso qualifica tal discurso como *deliberativo*, se se consideram os estudos posteriores da retórica.

Antes de analisá-lo, não se pode deixar de citar o valioso comentário de M. Delaunois, em sua obra *Le plan rhétorique dans l'éloquence grecque d'Homère à Démosthène* (p.15), sobre as características da arte oratória nas obras que marcam o início da Literatura grega: *Ilíada e Odisséia.* Diz ele que a eloqüência nos poemas homéricos nada tem de sistemático. O poeta serve-se, sem dúvida, das leis psicológicas da persuasão, mas não distingue nem gêneros, nem planos. Os oradores falam de acordo com seu temperamento e com as circunstâncias. Mas, entre as personagens de Homero, há certas tendências oratórias que, fixadas e acentuadas em seguida nas escolas de retórica, darão como resultado discursos lógicos.

No discurso de Nestor acima referido, destaca-se a "bela e simples lógica homérica, sem rigor, nem complicação".

A divisão em três partes é claramente assim definida por Delaunois:

I- *Introdução*

Insuficiência dos conselhos de Diomedes (53-60).

1- Louvor do valor de Diomedes (53-56).

2- Mas tu não disseste tudo, pois és jovem, se bem que cheio de bom senso (56b-59)

3- Cabe a mim, o mais velho, acabar, e Agamémnon não desprezará minha opinião (60-62).

II- Os conselhos de Nestor (63-77).

1- Verificação. Ninguém deseja a guerra (63-64).

2- *Conselhos propriamente ditos* (65-77).
a- Respeitemos a noite e preparemos a refeição (66-66a).
b- Estabelecimento do acampamento dos jovens (66b-68a).
c- Que Agamémnon comande, e que ofereça uma refeição, o que convém à sua função (68b-73).
d- Depois, deliberação necessária, pois que o inimigo está perto (74-77).
III- *É a noite decisiva para a nossa perda ou a nossa vitória* (78).

Esses dois exemplos citados já evidenciam suficientemente que a eloqüência era um dom natural dos gregos que exploram, de acordo com certas tendências oratórias, os recursos para obtenção da persuasão.

Foi na Sicília que, pela primeira vez, apareceu um tratado metódico sobre a arte da palavra, por volta de 465 a. C.. Trata-se da *Teoria Retórica* de Córax e Tísias, que atesta a preocupação de seus autores com a premente necessidade de fornecer a seus concidadãos os meios de defesa de seus direitos, no momento histórico da passagem da tirania para a democracia, quando numerosos processos surgiram diante dos tribunais.

Foram os sofistas que levaram de Siracusa para Atenas essa Teoria Retórica. Empenhados em cultivar o discurso retórico, os sofistas logo sentiram a grande importância do estudo da gramática, dos sinônimos, das frases bem elaboradas, das figuras retóricas etc. Exercitavam-se em sustentar opiniões diferentes entre si, tendo sempre como norma a comparação de argumentos verossimilhantes.

O que na realidade distingue a pesquisa socrática da dos sofistas está firmado no fato de que a primeira, com o objetivo de constituir uma ciência moral, tenta chegar a proposições morais de uma verdade

universal, absolutamente aceitas por todos, enquanto a pesquisa sofista, apesar de revelar interesse também por questões morais, filosóficas e políticas, tem como fim precípuo o ensino da retórica. É assim que, servindo-se de argumentos ilusórios, enganosos, emprega todo o seu esforço em criar a persuasão, sem o cuidado de ostentar uma convicção racional sobre o fundamento das coisas. Esse comportamento dos sofistas não tem sempre a mesma origem, como se pode notar no caso de Protágoras, que não visa apenas ao sucesso imediato, mas é conduzido basicamente por certa descrença, resultado de madura meditação. O início da retórica na Grécia antiga é marcado pela figura desse sofista.

Embora os conceitos retóricos de Protágoras estivessem ligados ao mundo pitagórico, ele elaborou-os de maneira independente e, em grande parte, divergente do pitagorismo. Sua aversão à matemática e à música já servem para atestá-lo. Deve-se assinalar entre os pitagóricos, na Magna Grécia, a presença de uma teoria que alcançou grande sucesso no mundo antigo, a do *kairós* retórico. O uso oportuno e ajustado da palavra era para eles uma força ativa no âmbito da educação e da sociedade, mas para Protágoras, o *kairós* devia ser considerado mais num plano semântico-expressivo que moralista. A mais importante doutrina herdada da Magna Grécia por Protágoras foi a das *antíteses.* Daí a afirmação de que em torno de cada questão há dois discursos reciprocamente opostos. Os famosos *dissói lógoi* desenvolveram a técnica da contradição a ponto de poder ser considerada como o aspecto mais significativo da retórica sofística.

Górgias logo tomará a persuasão psicológica, irracional, da *psychagogia* como base da eloquência, não vendo nesta uma ciência demonstrativa como fora estabelecida pela retórica do verossímil: a retórica científica de Córax e Tísias, do tipo caracteristicamente probatório, de procura de provas (“písteis”), que depois será desen-

volvida na teoria da arte retórica de Aristóteles. Trata-se de uma *arte*, de aspecto técnico, com normas estabelecidas cientificamente. A retórica *psychagógica* baseia-se na sedução que a palavra, se habilmente usada, exerce sobre a alma do ouvinte; procurando despertar nele as reações psicológicas, difere da teoria científica do verossímil que objetiva convencer o ouvinte com a precisão do raciocínio.

Górgias preocupou-se em imprimir à arte da persuasão o cuidado tanto com a forma quanto com o conteúdo. Dava grande valor à teoria do *kairós* e associava-lhe o conceito de "conveniência", isto é, a coerência das palavras com o conteúdo[1]. Os sofistas objetivavam impressionar o público, exibindo com grande orgulho a sua habilidade em "tornar forte a causa fraca", afirmação que não podia ser considerada estranha, uma vez que tinha apoio na opinião de Protágoras sobre a relatividade das coisas humanas, quando assegurava que o homem é a medida de todas as coisas, o que exclui a objetividade absoluta.

Vale citar sobre essa questão o comentário de J. Humbert e H. Berguin em sua obra *Histoire illustrée de la Littérature Grecque*[2]:

> *Se o homem, com efeito, não pode conhecer a natureza das coisas, mas somente os julgamentos que faz sobre elas, a causa 'forte' não é em si mesma nem mais verdadeira, nem mais falsa que a causa 'fraca'; ela é simplesmente aquela que, seguindo o curso ordinário dos julgamentos humanos, seria destinada a parecer verdadeira; se uma argumentação apropriada derruba a seu respeito os julgamentos de valores habituais ao espírito, ela se torna falsa e a outra, verdadeira, sem que haja aí nenhum prejuízo levado a uma realidade que recebe seus atributos apenas de um ato de nossa inteligência. O relativismo especulativo induz ao ceticismo moral.*

(1) PLATÃO. *Górgias*, 503 e.
(2) J. HUMBERT et H. BERGUIN. *Histoire illustrée de la Littérature Grecque*, 1947, p. 231.

Os sofistas exigem alto pagamento por suas lições. Em suas conferências públicas apresentavam como programa de ensino: o discurso ordenado, o mito, a explicação dos poetas.

A crítica de idéias, sobretudo morais, sem dúvida recebeu dos sofistas uma colaboração que imprimiu um caráter original ao fim do século V e à primeira metade do século IV. Eles entraram em desafio com os críticos dos velhos atenienses, de Platão com seus *Diálogos*, e, entre outros autores, vale lembrar Aristófanes que, nas *Nuvens*, faz de Sócrates um representante da sofística e relata o debate entre o *Discurso Justo e o Injusto*, em que os sofistas são tidos como corruptores que induzem a uma verdadeira perversão intelectual e moral. Ensinando a fazer triunfar as causas injustas, se o Discurso fraco vence, concede a vitória à Injustiça.

São várias as obras de tais autores em que se manifesta a intenção de dar ao termo *sofista* um sentido pejorativo. Mas, mesmo assim, esses cultores da retórica continuaram a obter sucesso em suas atividades até fins do século IV a. C..

Após ter assinalado o papel relevante dos sofistas no domínio da retórica, é de interesse citar a opinião de George Kennedy em sua obra *The Art of Persuasion in Greece*, com relação aos sinais do despertar da consciência retórica na Grécia[3]. Em primeiro lugar, ele coloca o novo racionalismo das provas e argumentos.

Os oradores do século V, diz ele, mostram grande empenho em tirar proveito do argumento do verossímil, antes mesmo da chegada de Górgias a Atenas, em 427, como se pode observar, entre outras obras, no *Édipo Rei* (583-615), talvez de 429, em que Creonte, baseado na probabilidade, procura provar que nenhum motivo o levaria a pretender substituir Édipo, pois frui atualmente de todos os benefícios, sem as preocupações que lhe traria o poder.

(3) GEORGE KENNEDY. *The Art of Persuasion in Greece,* 1963, p. 30-35.

Reconhece-se como valiosa a aplicação do argumento da verossimilhança e foi através do uso do entimema, isto é, do silogismo retórico, e também do exemplo que Aristóteles desenvolveu o estudo de tal argumento de maneira ampla.

Kennedy aponta como outro sinal do nascimento da consciência retórica na Grécia o novo interesse em dividir os discursos em partes, atendendo-se à função especial da cada uma. Aos poucos se aperfeiçoou o simples modelo de começo, meio e fim, como se exigia para que houvesse uma unidade artística. Distinguia-se assim, a narrativa da argumentação,e acrescentava-se ainda o epílogo, que objetivava sobretudo resumir os pontos mais importantes abordados e tentar obter a persuasão através das emoções.

Como terceiro sinal do despertar da consciência retórica na Grécia, Kennedy considera os estilos na nova prosa, destacando aquele que revela a preferência pelo emprego da antítese, em que se observa o contraste equilibrado de palavras ou idéias.

Muitos sofistas viam em tal confronto de opostos o processo básico do raciocínio.

O estudo cuidadoso do estilo evidentemente gera a preocupação maior com o uso da palavra, claro objetivo da nova ciência da *filologia* e nisso está o quarto sinal da consciência retórica na Grécia, segundo Kennedy. Sofistas, como Protágoras, compilaram uma "Orthoépeia" que parece ter sido uma lista de palavras "apropriadas", distintas das metáforas. Esses estudos, contribuindo para a evolução do estilo, revelam o grande interesse no aperfeiçoamento da nova prosa.

Com referência ao mencionado novo *racionalismo das provas e argumentos*, o primeiro dos quatro sinais citados por Kennedy, não se pode deixar de assinalar que a retórica, diferentemente da lógica, utiliza silogismos que, embora convincentes, são refutáveis, podendo mesmo levar a teses contrárias entre si. Esses silogismos retóricos, ditos entimemas, podem ser verdadeiros ou falsos, como ocorre com os da

Lógica. Aristóteles, no proêmio do Livro I de sua *Arte Retórica*, refere-se à possibilidade de se ter uma técnica da retórica, de um método rigoroso não diferente do que seguem as ciências lógicas, políticas e naturais.

Excluindo-se o 2º capítulo do Livro I da *Retórica* aristotélica, é bem evidente a diferença entre as concepções sobre a arte oratória do Autor, expressas no Livro I, em relação ao que se segue após o proêmio do Livro II, onde se destaca o estudo das paixões, desfazendo a caracterização da retórica como puramente dialética. Assim, enquanto a citada "Retórica do Livro I" tinha como fundamento apenas a demonstração, no Livro II Aristóteles valoriza da mesma maneira a função da sedução da alma. A retórica deve ser, portanto, *demonstrativa e emocional*.

Unidas a demonstração e a psicagogia na Retórica, confirma-se o que se lê no Livro I, quando Aristóteles sustenta que não é tarefa da retórica *persuadir*, mas sim discernir em relação a cada questão os argumentos persuasivos[4]. A persuasão demonstrativa e a psicagógica, portanto, não se contradizem, mas completam-se uma à outra.

Não se pode deixar de assinalar que, apesar de os mestres da retórica sofística percorrerem as cidades gregas, foi apenas em Atenas que tiveram seus discípulos imediatos ou indiretos, e somente nessa cidade se verifica o desenvolvimento da grande eloqüência.

Atenas, cidade ultra-democrática, valorizava sobremaneira aquele que tinha habilidade no uso da palavra, pois vivendo o cidadão num local em que se sucediam os processos com grande freqüência, devia saber defender-se no tribunal e, quanto aos magistrados, tinham oportunidade de adquirir maior prestígio, se se mostravam bons oradores.

(4) ARISTÓTELES. *Retórica,* I, 1, 1355 b, 10-11.

A eloqüência desenvolveu-se em Atenas sob suas três formas: judiciária, deliberativa e epidítica.

Após os comentários apresentados sobre a retórica na Grécia, é imprescindível a apreciação de um discurso que mostre a aplicação das normas seguidas comumente pelos oradores e, para isso, a *Arte Retórica* de Aristóteles, que bem definiu tais regras, servirá de apoio às nossas observações.

Considerando que o móvel da elaboração da *Teoria Retórica* de Córax e Tísias foi questão da acusação e defesa do cidadão diante dos tribunais, após a mudança do regime político, da tirania para a democracia, na Sicília, o *gênero judiciário* está na origem do desenvolvimento dessa arte de fornecimento de *normas teóricas* para fortalecer e bem direcionar uma argumentação com o objetivo de persuadir os juízes.

Em Atenas, o representante desse gênero na arte oratória do período clássico (V e IV a. C.) foi Lísias. Sua obra abrange 25 discursos, que fornecem ao jurista informações preciosas, únicas às vezes em certas questões de processo ou de direito; ao historiador, oferecem o registro inestimável de particularidades da vida social e de costumes de Atenas.

Marcel Bizos comenta[5]:

> *Os méritos literários de Lísias são muito grandes, tendo levado à perfeição as qualidades exigidas por um logógrafo, próximas das de um autor dramático. Distingue-se em dissimular sua personalidade atrás de seus eventuais clientes e em lhes criar uma fisionomia original e viva, conforme sua situação e sua idade. Conta suas aventuras em narrações pitorescas, que freqüentemente têm o ar de um drama ou de uma comédia. Seus argumentos hábeis quase sempre simples são mais accessíveis a um juri popular e apresentam-se com um caráter de verossimilhança. Fazia seu cliente falar numa linguagem clara, fácil, natural – que é considerada como o mais puro ático.*

(5) MARCEL BIZOS. *Lysias*, 1955, vol. I, p. 10.

O discurso *Sobre o assassinato de Eratóstenes* comprova a opinião de Marcel Bizos sobre Lísias e constitui um dos mais interessantes exemplos dos seus discursos do gênero judiciário, não só pelo seu valor retórico, mas também por constituir um registro de fatos que revelam aspectos da vida social da época, deixando por vezes surpreso o leitor, sobretudo pelo comportamento de uma esposa em pleno século IV a. C..

Considerando-se as partes que compõem esse discurso, claramente se destacam o *proêmio* (§§ 1-5), a *narração* (§§ 6-7) a *argumentação* (§§ 27-46) e o *epílogo* (§§ 47-50).

Para um comentário retórico da obra em foco, é indispensável uma breve exposição de seu conteúdo, para a apresentação de reflexões mais pormenorizadas sobre o *proêmio* e o *epílogo*, reservando-se as partes mais extensas – *narração e argumentação* – apenas para referências aos recursos de maior relevo dentro da Retórica.

Lísias elaborou o referido discurso para seu cliente Eufileto, acusado do assassinato do amante de sua esposa.

Em se tratando de obra do *gênero judiciário*, evidentemente o principal tópico é o da *justiça* (*tò díkaion*) e dele se vale Lísias desde o início do proêmio, o que se vê quando Eufileto solicita aos juízes imparcialidade e objetividade no julgamento, sendo suficiente para isso que se coloquem em sua situação, isto é, na de um réu acusado injustamente. Procura obter a *benevolência* dos ouvintes e provocar até mesmo sua *cólera*, frisando que vai tratar de um assunto que fere a opinião comum e, dessa maneira, supõe que ninguém poderá admitir que o autor de tão grave delito receba pena leve, pois há, nessas circunstâncias, em toda a Grécia, igualdade de apreciação e de aplicação conseqüente de penas.

Com referência à *benevolência*, é bem de ver o que diz Aristóteles quando trata das três causas que dão origem à *confiança* que os oradores inspiram, com exceção naturalmente das demonstrações. Cita a

prudência, a virtude e a benevolência. Servindo-se delas, suas opiniões são tidas como justas, como expressão do que se afigura bom a todos e voltadas para a melhor determinação. O orador, pois, obtém a confiança do ouvinte, mostrando-se uma pessoa de bom caráter. Lísias para isso não descuidaria do tópico do *ethos*. Como as *paixões* são as causas que introduzem mudanças em nossos juízos e são seguidas de pena e de prazer, já se vê, nesse passo do proêmio, a intenção de despertar a *cólera* nos juízes, salientando o orador a gravidade do delito e, em consequência, a pena natural imposta aos responsáveis no caso.

A função tripla do proêmio, citada comumente na teoria retórica, consiste em tornar o ouvinte, além de benevolente, em situação de compreender, isto é, de seguir a exposição dos fatos, e em obter a sua atenção.

É o que se nota na seqüência deste proêmio, quando Eufileto indica de modo sumário o assunto[6]:

> *Considero, senhores, que devo provar que Eratóstenes seduzia a minha mulher, desmoralizava-a e desonrava os meus filhos, e que a mim mesmo injuriou entrando em minha casa ...*

Segundo Aristóteles, esse procedimento é aconselhável a fim de que o espírito possa seguir mais facilmente a exposição, e não fique em suspenso, pois tudo que não foi determinado antes fica vago[7].

É também recurso de obtenção de maior atenção por parte dos ouvintes a *amplificação* de que se serve Eufileto, quando deixa claro que a solução de seu caso não importa só a ele, mas a todos os presentes e, de maneira geral, ao Estado. É o que se deduz de suas palavras sobre a necessidade de punição severa de tão grave delito de que foi

(6) LYSIAS. *Sobre o assassinato de Eratóstenes*, Paris: Les Belles Lettres, 1955, §4.
(7) Cf. ARISTÓTELES. *Retórica*, 1415 a, 12-15.

vítima, ele que conta com o apoio devido das leis, não tendo tido em vista absolutamente qualquer vantagem pecuniária, e ainda acentuando que nenhuma causa de inimizade o teria movido à vingança contra Eratóstenes.

Acusado pela família de Eratóstenes, Eufileto passa de réu a vítima e manifesta toda a segurança em expor a questão do processo, pois sua força provém da verdade dessa narrativa, elemento que, invocado, impressiona os ouvintes, por revelar o seu bom caráter. O orador recorre, pois, mais uma vez ao *ethos*, prova subjetiva de grande peso no proêmio do discurso.

No que concerne, portanto, a esse proêmio de cinco parágrafos, deve-se assinalar a bela utilização dos dois elementos básicos na retórica aristotélica do Livro II – o *ethos* e o *pathos* – pois a função psicagógica da "sedução da alma" se manifesta tão importante quanto a da demonstração. Daí a grande diferença da retórica do L. II com a do L. I, em que o Autor só admite a demonstração, isto é, a argumentação apodítica. Note-se que *pathos*, na realidade, envolve todas as manifestações da irracionalidade emocional.

Quanto à *narração* (§§ 6-27) do discurso em estudo, impressiona o leitor desde o início o grau de *simplicidade* do orador que se expõe humildemente a todos os ouvintes, falando-lhes de seu comportamento em relação à esposa nos primeiros tempos de casados, época em que a vigiava sem perturbá-la, mas evitando dar-lhe liberdade excessiva, situação que perdurou até ao nascimento do primeiro filho, quando passou a depositar nela toda a confiança.

Sua atitude apresenta interessante informação sobre os costumes daquela época e, no contexto, vê-se a intenção do orador em captar a *simpatia* dos ouvintes, valendo-se da *sinceridade manifesta* para atrair a *confiança*, fator valioso que viria assegurar-lhe maior atenção no que viesse a dizer posteriormente.

Conjugam-se neste ponto o *ethos* e o *pathos,* constituindo fatores importantes na preparação do auditório, no objetivo claro por parte do orador de torná-lo favorável à sua exposição.

Na seqüência da *narração*, são apresentadas várias informações a respeito dos costumes da Grécia, sobretudo relacionadas com a vida doméstica, como se pode verificar na referência ao falecimento de sua mãe, cujo enterro propiciou o nascimento do interesse por sua esposa da parte de Eratóstenes, cidadão que tinha como profissão seduzir mulheres casadas. A figura da *escrava* aparece como elo que favorecia o início e o prosseguimento da união ilícita.

A narrativa dos encontros noturnos com o auxílio da escrava, enquanto o esposo dormia no primeiro andar da casa, amplificada com o fato de que as mulheres, atendendo à própria solicitação do marido traído, passaram a ocupar o andar térreo, é de uma simplicidade que atinge o tom da comédia. Mas essa *simplicidade* constitui um importante elemento na captação de *simpatia e confiança dos ouvintes,* como prova da *sinceridade* do réu que, humildemente, não se recusa a expor a verdade dos fatos. E essa humilhação se acentua quando fala do fim de sua felicidade na vida conjugal, marcado pelo momento em que foi abordado por uma velha, enviada por outra amante de Eratóstenes furiosamente enciumada, e é informado da traição de sua esposa, com a observação de que a escrava de sua família poderá pô-lo a par de todos os fatos que envolvem a sua esposa e o amante.

Eufileto não titubeia e recorre ao auxílio da escrava para obter o *flagrante* como prova. Narra minuciosamente como tudo se passou e como chegou a obter essa prova, auxiliado apenas pelo acaso, refutando a alegação de seus acusadores de que tinha forçado Eratóstenes a entrar em sua casa.

Terminada aqui a *narrativa,* a 2ª parte do discurso judiciário (§§ 6-27), inicia-se a *argumentação* (§§ 28-46), com apoio nas *provas obje-*

tivas indispensáveis no gênero judiciário. Leis e testemunhas são invocadas pelo orador. O ponto central no processo é a questão do flagrante delito, e Eufileto tem a seu favor a lei de Sólon que permitia ao marido ultrajado matar o culpado surpreendido em flagrante, e ainda a lei de Sólon que deixa ao esposo traído a liberdade de tratar à sua vontade o amante. De fato, nem sempre a morte era a punição, e o ofendido podia aceitar certas propostas de acordo para solução do problema.

Neste discurso, essa tentativa de acordo é feita por Eratóstenes, que é espancado por Eufileto na presença dos que o acompanham, mas recusada pelo marido ultrajado que não aceita o dinheiro oferecido.

O orador, para assegurar a retidão de sua conduta pela fiel obediência às *leis*, pede ao escriba que leia o que está gravado na estela do Areópago a quem cabia o julgamento das questões de assassinato, lei que proibia *formalmente declarar assassino quem se vingasse* ao surpreender um homem em flagrante delito de adultério com sua esposa. A justiça dessa lei era tão firmemente reconhecida que se aplicava não só às esposas legítimas, mas também às concubinas.

Mas o orador não se detém nesse ponto tão importante do processo.

Lança mão de um recurso retórico essencial em certos momentos do discurso – o *tópico da grandeza* – e estende-se no tema, numa oportuna *amplificação*, que vem agravar o caráter de acusação que lhe é imputada, trazendo à lembrança dos ouvintes a diferença, claramente exposta pelo legislador, entre os que praticavam tal delito *com violência* e os que se serviam da *sedução* para realizar seu intento. A lei condenava os primeiros a multas e os últimos à morte. Explica o orador: os que agem pela força atraem o ódio das vítimas, enquanto os sedutores corrompem suas almas e se tornam os senhores da casa, tra-

zendo ainda o sério problema de tornar duvidosa a paternidade dos filhos.

Com o auxílio, pois, da *amplificação*, Eufileto tornou ainda mais grave o delito do adultério cometido por Eratóstenes, claramente definido na figura de um sedutor.

O tópico da *grandeza*, aqui tão habilmente empregado, é neste discurso o mais explorado entre os lugares-comuns citados por Aristóteles. Com referência à prática do delito, os outros lugares, o da *possibilidade* e o da *existência*, não tiveram aplicação, uma vez que o réu não negou a ocorrência do fato, não cabendo, portanto, a determinação de possibilidade ou impossibilidade do delito.

Aristóteles lamenta que os *lugares-comuns*, que estão ao alcance de todos, sejam tão poucos, enquanto os *específicos* são numerosíssimos, porquanto derivam de ciências determinadas, especiais.

No discurso em foco, o réu tira toda a sua força de argumentação de sua obediência às leis, insistindo sobre o fato de que a impunidade nos casos de adultério servirá de estímulo para tais práticas.

Aristóteles acha conveniente dizer, quando a lei escrita favorece nossa causa, que a expressão "de acordo com a melhor consciência"[8] não tem por fim o julgamento contrário à lei, mas a não ocorrência de perjúrio, se o juiz desconhece o que diz a lei[9].

Sem dúvida, desprezadas as leis, ficará apenas o temor do voto dos juízes que tudo decidem. E, nessa situação, vale a pena lembrar o que Aristóteles recomenda que se observe:

> *ninguém prefere o bem absoluto, mas o que é um bem para si. Não há nenhuma diferença entre não haver lei e não se servir dela.*[10]

(8) *Op. cit.*, 1375 b, 16-17. A fórmula "julgar de acordo com a melhor consciência" está expressa no juramento dos juízes.
(9) *Op. cit.*, 1375 b, 16-18.
(10) *Op. cit.*, 1375 b, 19-20.

E Aristóteles acrescenta, logo a seguir, que é expressamente proibido pelas leis mais louvadas o procurar ser mais sábio que as leis.

É de interesse destacar que, na *argumentação,* Eufileto se serve de vários entimemas para demonstrar a ocorrência casual do flagrante. Constituem a prova *técnica objetiva* de maior valia nesta parte do discurso, enquanto o outro tipo de tais provas, o *exemplo*, quase não foi utilizado.

Eufileto começa por afirmar que seria culpado se tivesse mandado buscar o amante de sua esposa, apenas por ter ouvido as palavras da velha que lhe comunicou a traição, sem procurar obter a comprovação dos atos do sedutor.

Como não foi esse o seu procedimento, conclui-se que não pode ser considerado culpado.

Nos entimemas que se seguem, o emprego de interrogações dá grande vivacidade à argumentação. Assim, depois de citar que, na noite do assassinato, tinha jantado em sua casa com um amigo, acrescenta:

> *teria eu deixado meu convidado partir, ficando só e sem recursos, ao invés de detê-lo para ajudar-me na vingança contra o adúltero?*[11]

Conclui-se que, se Eufileto não se preocupou com testemunhas, é porque não tinha intenção deliberada de praticar o crime. Outro exemplo:

> *Se tivesse previsto o fato, não teria preparado os servidores e mandado chamar os meus amigos ...?*[12]

Outra fonte de argumentação, o *lugar-comum* que se refere à *existência ou inexistência*, evidencia-se no momento em que nega ter havido anteriormente qualquer motivo de hostilidade entre os dois, men-

(11) LYSIAS, *op. cit*, §41.
(12) *Op. cit.*, §42.

cionando uma série de causas que comumente criam a inimizade entre homens, todas elas ausentes em se tratando de dois desconhecidos. Assim colocada a questão, a proposição interrogativa que se segue ganha a maior força:

> *Por que eu correria tal risco, se não tivesse recebido dele a mais grave das ofensas?*[13]

Reforça ainda sua atitude correta, com outra interrogação:

> *Depois, cometia esse crime após ter convocado eu próprio testemunhas, sendo-me permitido, se desejasse matá-lo injustamente, que ninguém compartilhasse desses acontecimentos?*[14]

Com essa indagação Eufileto conclui sua argumentação e dá início à última parte de seu discurso: o *epílogo* (§§ 47-50).

O orador, que no proêmio procurou ganhar a simpatia dos juízes, apelando para seus sentimentos de eqüidade diante da gravidade da injúria que o movera à prática do crime, conhecedor da força da prova subjetiva, do *pathos*, sobretudo no epílogo, vai dar relevo ao *interesse coletivo*, deixando em segundo plano o *pessoal*. Essa atitude, além de provocar emoções, impressionará os ouvintes pela evidência da boa formação ética do orador que, como verdadeiro democrata ateniense, não poderia deixar de mostrar seu maior interesse pela causa pública e não pela particular.

Vê-se nesse passo a habilidade do autor do discurso que utiliza no momento oportuno o tópico *tò symphéron*, "o que é útil", apontado por Aristóteles como o principal nos discursos do gênero deliberativo, e de valia, como se nota aqui, em qualquer dos gêneros.

(13) *Op. cit.*, §45.
(14) *Op. cit.*, §46.

Além das provas subjetivas referidas, *pathos* e *ethos*, o orador lança mão de umas das provas objetivas de menor utilização neste discurso: *o exemplo*, figura de indução retórica que em Aristóteles fica em segundo plano, embora tenha sido motivo de preocupação para os seus predecessores. No *exemplo*, tem-se uma relação entre o *particular conhecido* e o *particular menos conhecido.*

É exatamente o que se observa quando Eufileto chama a atenção dos juízes sobre a importância da decisão justa a ser tomada neste processo, pois assim desencorajará outros que tenham tendências para tais práticas.

A *amplificação* que se segue realça a importância do *exemplo*, quando o orador acrescenta que, se ocorresse a impunidade, isto é, a não punição do adúltero, seria melhor suprimir as *leis* que vigoram atualmente, substituindo-as por outras em que o esposo traído fosse punido e o sedutor premiado com a falta do castigo devido. Essas novas leis, pelo menos, não enganariam os cidadãos que, em situação de vítimas, poderiam, se surpreendessem um amante com sua esposa, vingar-se por suas próprias mãos, ou se submeterem a processos que poderiam trazer maior prejuízo para o esposo que para o sedutor.

O último parágrafo do discurso é breve, mas de muito valor, pois sempre apoiado na *lei*, o réu toma-a como fator a garantir-lhe a decisão favorável dos juízes atenienses, porquanto, se não fosse a sua confiança no respeito às leis vigentes por parte de seus concidadãos, não se exporia a perder sua vida, ou, em caso de esquivar-se do julgamento, a ser condenado ao exílio perpétuo e à confiscação de seus bens.

No que concerne, pois, ao epílogo, é patente a retomada do elemento de apoio mais forte na argumentação de Eufileto, num predomínio relevante: a *lei vigente*. De fato, insistindo na importância dessa prova *extratécnica*, o orador envolve-a dos recursos mais recomendados na *Arte retórica* de Aristóteles, no que se refere à última parte do discurso: dispõe o ouvinte a seu favor e contra o adversário,

valendo-se das *provas subjetivas (ethos* e *pathos)* e serve-se ainda da *prova técnica objetiva (o exemplo).* Com o tópico da *amplificação,* é claro seu objetivo de agravar a ocorrência de impunidade em casos de adultério.

Como se pode ver pela análise desse discurso, não é sem razão que Lísias é citado pela crítica como mestre de eloqüência exemplar na composição de discursos do *gênero judiciário*, valorizando sobremaneira a sua profissão de *logógrafo* e prestando serviço inestimável a cidadãos atenienses despreparados para se apresentarem diante dos tribunais.

Referências Bibliográficas

ARISTOTE. *Rhétorique*, I-II. Paris, Les Belles Lettres, 1967.
BIZOS, Marcel. *Lysias.* Paris, Les Belles Lettres, 1955, I, p. 10.
DELAUNOIS, M. *Le plan rhétorique dans l'éloquence grecque d'Homère à émosthène,* Belgique, Acad. Royale. Classe de Lettres, Mémoire, Sér. 2, 12, 2, 1959.
HUMBERT, J. et BERGUIN, H. *Histoire illustrée de la Littérature Grecque.* Paris, Didier, 1947, p. 231.
KENNEDY, G. *The Art of Persuasion in Greece.* London, Routledge and Kegan, 1963.
LYSIAS. *Sobre o assassinato de Eratóstenes.* Paris, Les Belles Lettres, 1955.

A Retórica na Tradição Latina

Ariovaldo Augusto Peterlini*

Desde que o homem se deu conta do poder da palavra e das idéias como meios capazes de influenciar o pensamento e as ações de outro homem, a *retórica* começou a existir. Já Ulisses, no *Filoctetes* de Sófocles, declara ter chegado, pela experiência, a entender que a língua leva vantagem à ação.

OD. ’Esqloà patrÕj pa‹, kaÙtÕj ín nšoj pot•
glîssan m•n -rgÕn, ce‹ra d’ e•con ™rg£tin :
nàn d’ e„j œlegcon ™xiën Ðrî broto‹j
t¾n glîssan, oÙcˆ t¥rga, p£nq/ ºgoumšnhn.
(Sophocle, *Philoctète*, 96-99)

Ó filho de nobre pai, eu também, sendo jovem, antigamente, mantinha, de um lado, a língua inativa e, de outro, as mãos laboriosas. Agora, chegando à experiência, vejo que entre os mortais a língua, não a ação, tudo conduz.

Levando a mira em convencer apenas, a retórica foi usada, ao longo da história em qualquer direção moral, como mero instrumento de persuasão, quer na fase de simples eloqüência natural, quer sistematizada pela normas requintadas da retórica clássica. Alusão ao emprego enganador da “retórica”, encontramos na *Medéia* de Eurípides, que contra a fala de Jasão, que tentava envolvê-la em falaciosas justificativas de sua traição, lança seu grito de revolta e censura:

(*) Professor Doutor da Área de Língua e Literatura Latina do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

‘Emoˆ g¦r Östij ¥dikoj ín sofÕj lšgein
pšfuke, ple…sthn zhm…an Ñflisk£nein :
glèssV g¦r aÙcîn t¥dik’ eâ peristele‹n,
tolm´ panourge‹n :

(Euripide, *Médée*, 580-583)

> Para mim, na verdade, quem, sendo injusto, tem o dom de falar astutamente, é merecedor do maior castigo. Vangloriando-se de dissimular habilmente com a linguagem as injustiças, comete com audácia todos os crimes.

A eloqüência, é claro, precedeu a retórica. Antes que Córax e Tísias, após a queda da tirania na Sicília (séc. V a.C.), quando os processos dominados pelos tiranos voltaram aos tribunais regulares, tivessem elaborado suas primeiras normas da arte de persuadir, embora sem intenções literárias, antes disso já numerosos e grandes oradores tinham existido e movimentado a história do homem. (Cicéron, *Brutus*, XII, 46)

Verum ego hanc uim intellego esse in praeceptis omnibus, non ut ea secuti oratores eloquentiae laudem sint adepti, sed, quae sua sponte homines eloquentes facerent, ea quosdam obseruasse atque id egisse; sic esse non eloquentiam ex artificio, sed artificium ex eloquentia natum.. (Cicéron, De l’orateur, *I, XXXII)*

> Mas creio que nesses preceitos (dos retores) existe uma força, não tal que por havê-la seguido os oradores tenham alcançado a glória da eloqüência,mas acho que alguns observaram e praticaram o que homens eloqüentes faziam por instinto. Não foi assim a eloqüência que nasceu da retórica, mas a retórica, da eloqüência.

Desta forma, bem antes de Córax e Tísias, os discursos da Ilíada e da Odisséia serviram de modelo aos jovens, não só enquanto não

existiam os textos teóricos da retórica como também, por longo tempo, depois deles. E numerosos e grandes oradores houve também antes do início da retórica, como Sólon, Pisístrato, Temístocles, Péricles, Górgias de Leôncio e seu mais célebre discípulo, Isócrates, e muitos outros. Mas alguns elementos teóricos começam a revelar-se aqui e ali já nesses oradores. Cícero lembra que os conhecidos *communes loci* estão ligados a Protágoras; que Górgias deixou por escrito como qualidade essencial do orador a capacidade de valorizar ou depreciar a mesma coisa; que Lísias declara existir um método para aprender a falar, e que o próprio Isócrates acabou por compor tratados sobre a oratória. (Cicéron, *Brutus*, XII, 46-48)

Todavia, enquanto na Grécia os jovens, já no século IV a.C., freqüentavam as escolas dos sofistas, onde se adestravam em política, moral e retórica; enquanto aproximadamente por 339 a.C. Aristóteles nos legava sua *Arte Retórica (Tšknh ‘Rhtorik»)*, os romanos ainda em 92 a.C. fechavam escolas de retores, embora já as houvesse em Roma fazia algum tempo em língua grega e, depois de 95 a.C., também em latim. Mas é claro que os romanos acabariam por adotar a retórica, esse "poder"extraordinário sobre as pessoas, essa faculdade, no dizer de Aristóteles, capaz de descobrir todos os possíveis meios persuasivos sobre qualquer assunto:

> ”Estw d¾ ·htorik¾ dÚnamij perˆ ›kaston
> toà qewrÁsai tÕ ™ndecÒmenon piqanÒn.
> ....
> ¹ d• ·htorik¾ perˆ toà doqšntoj æj e„pe‹n
> doke‹ dÚnasqai qewre‹n tÕ piqanÒn...
>
> (Aristote, *Rhétorique*, I, 2, 25-26 *e 31-32)*

> Seja, pois, a retórica a faculdade de examinar em cada caso o que possa ser persuasivo.
> ....
> mas a retórica, por assim dizer, parece ser capaz de descobrir especulativamente aquilo que persuade...

Se os romanos demoraram a interessar-se pela teoria da arte de falar, jamais desconheceram a força sedutora e poderosa da palavra, cujo fascínio, grandeza e prestígio Cícero celebra numa passagem do *De oratore*:

> *Neque uero mihi quicquam, inquit, praestabilius uidetur quam posse dicendo tenere hominum coetus, mentis adlicere, uoluntates impellere quo uelit, unde autem uelit deducere. Haec una res in omni libero populo maximeque in pacatis tranquillisque ciuitatibus praecipue semper floruit semperque dominata est. 31. Quid enim est aut tam admirabile quam ex infinita multitudine hominum exsistere unum, qui id quod omnibus natura sit datum uel solus uel cum perpaucis facere possit, aut tam jucundum cognitu atque auditu quam sapientibus sententiis grauibusque uerbis ornata oratio et polita, aut tam potens tamque magnificum quam populi motus, iudicum religiones, senatus grauitatem unius oratione conuerti ?*
>
> (Cicéron, *De l'orateur*, I, VIII, 30-31)

> Certamente, disse (Crasso), nada me parece melhor do que conseguir, falando, prender as assembléias dos homens, seduzir as mentes, impulsionar as vontades para onde se queira, fazê-las sair de onde se deseje. Isso foi o que sempre e acima de tudo floresceu e dominou em todo povo livre e principalmente nas cidades pacíficas. O que existe de tão admirável como erguer-se, de uma imensa multidão, um homem que pode fazer, sozinho ou quase só, aquilo que a todos foi dado pela natureza; ou o que há de tão agradável para ser conhecido ou ouvido como um discurso elegante e ornado pela sa-

> bedoria dos pensamentos e pela nobreza das palavras; ou o que há tão poderoso e magnífico como mudar, pelo discurso de um só, as paixões de um povo, os escrúpulos dos juízes, a firmeza do senado ?

Oradores, Roma os teve desde os primórdios de sua história.

Em 492 a.C. os plebeus do exército, sob a falsa promessa dos patrícios de que lhes seriam perdoadas as dívidas e seriam proibidos os empréstimos usurários, tinham consentido em repelir os Volscos. Mas, vencidos estes, os patrícios deslembraram as promessas. O povo, revoltado, deserta do exército e refugia-se no monte Sagrado, deixando os patrícios entregues à sua sorte. Na versão de Tito Lívio, foi então enviado à plebe, para tentar demovê-la de sua decisão, Menênio Agripa:

> *Sic placuit igitur oratorem ad plebem mitti Menenium Agrippam facundum uirum et quod inde oriundus erat plebi carum.Is intromissus in castra prisco illo dicendi et horrido modo nihil aliud quam hoc narrasse fertur: (Tito Lívio, Storia di Roma II, 32)*

> Assim se decidiu, pois, que fosse enviado à plebe, como parlamentar, Menênio Agripa, homem facundo, e caro à plebe, porque dela provindo. Conta-se que ele, introduzido no acampamento, naquele modo de falar sem elegância dos antigos, outra coisa não lhes narrou senão isto:

E o "parlamentar" romano lhes contou o apólogo dos membros em guerra contra o estômago. Há estômagos patrícios e membros plebeus; ambos são necessários uns aos outros. Menênio foi para persuadir e persuadiu, mesmo se teve de ceder à plebe suas primeiras e importantes reivindicações. Persuadiu com a palavra – isso é o objetivo da retórica. Séculos antes de Cícero, atendeu ao que este viria a

preceituar no *Partitiones Oratoriae*: ajustar-se à linguagem do ouvinte, naquele "prisco...dicendi et horrido modo"

> *Nam auditorum aures moderantur oratori prudenti et prouido; et quod respuunt immutandum est.*
>
> *(Ciceronis,* Oratoriae Partitiones, V, p. 573))

> O ouvido do auditório serve, portanto, de guia ao orador prudente e previdente: é preciso mudar o que ele rejeita.

Em 280 a.C., Ápio Cláudio, velho e já cego, com um famoso discurso, que ainda circulava pela época de Cícero, conseguia levar o Senado a repelir as proposta de Pirro, vistas já com bons olhos por muitos romanos, após as derrotas sofridas. B. Gentili (1977, p. 166) dá uma versão de pequeno trecho dessa oração em estilo direto, mas não fornece a fonte. No que pesquisamos a respeito disso, só conseguimos deparar dois textos: um de Ênio, no *De senectute* de Cícero, em estilo direto, e outro, em estilo indireto, num fragmento do livro XIII de Tito Lívio, que só encontrei na edição de Lemaire:

> *Quo uobis mentes, rectae quae stare solebant*
> *Antehac, dementes sese flexere uiam?*
>
> *(Ênio, apud Cicerone, La vecchiezza, VI, 16)*

> Para que ponto do caminho tresmalharam
> assim dementes vossa mentes, que até agora
> acostumadas ao que é reto sempre foram?

> *XXXII. Ibi, quum ipsius rei nouitate, tum reuerentia uiri silentibus omnibus, exspectantibusque cuius rei causa post longi temporis desuetudinem senatum ingressus esset; ab incommodo ualetudinis exorsus, "sibi quidem hactenus molestam fuisse caecitatem, dixit, "nunc autem non modo illa delectari, nec quae fierent, uideret,*

sed etiam aegre ferre, quod aures nondum obsurduissent, ne tam foeda et Romano nomine indigna audire cogeretur.

(Titi Lívii, Opera omnia, XIII, 32 - 1822, vol. III, p.281)

Ali, estando todos em silêncio, assim pela novidade do próprio acontecimento, quanto pelo respeito a homem tão importante, e ansiosos de saber por qual motivo entrara no senado, após o descostume de tão longo tempo, tendo ele partido de seu próprio incomodo de saúde, disse que até então lhe fora molesta a cegueira, mas "que agora não só se alegrava com ela, por não conseguir ver as coisas que aconteciam, senão que lhe pesava de que também seu ouvido ainda não tivesse ensurdecido, para que não fosse obrigado a ouvir tantas vergonhas indignas do nome romano.

Cinéias, o embaixador de Pirro, que chegara com as mãos atulhadas de presentes para aliciar os romanos vencidos, após a fala de Ápio Cláudio, teve de retornar com seu fracasso. Pirro derrotou ainda algumas vezes aos romanos, mas acabou vencido pelas "vitórias de Pirro" e, enfim, pelos próprios romanos.

Embora os contatos com o mundo grego tenham acompanhado Roma desde os seus primórdios, é a partir do século III a.C. que a cultura grega entra a influir deveras no mundo cultural romano. Se o influxo da Magna Grécia já se fazia sentir, antes das Guerras Púnicas, depois, com o domínio político sobre a Grécia e o oriente, o trato com povos privilegiados por séculos de civilização, a possibilidade de carrear para Roma, com despojos de guerra, enormes e ricas bibliotecas e obras de arte, escravos pedagogos para as famílias patrícias, com tudo isso criam-se as oportunidades para o surgimento, em Roma, de uma cultura helenizada e do bilingüismo dos cultos, porta para o melhor do pensamento e dos ideais da cultura primeiramente da Grécia e, depois, do Helenismo.

Em 168 a.C., C. L. Paulo Emílio, general romano, tendo derrotado em Pidna o rei Perseu, transferiu para Roma sua imensa biblioteca. Entre as muitas obras gregas, parece ter chegado assim a Roma a obra de Aristóteles. A par com isso, a Liga Aquéia , que se houvera ambiguamente na guerra entre Roma e a Macedônia, deveu entregar aos romanos, para serem processados, mil concidadãos seus filomacedônios. Veio entre eles o historiador Políbio, a quem Paulo Emílio confiou a educação dos filhos. Foi um desses filhos, Públio Cornélio Cipião Emiliano, que constituiu em torno a si o chamado *Círculo dos Cipiões*, um grupo de homens cultos que assumiu, no século II a.C., a vanguarda em assimilar, por parte dos romanos, certos aspectos da cultura grega e em montar assim as bases de um amálgama original das duas culturas. Com Públio Cornélio Cipião Emiliano, faziam parte do *Círculo* Caio Lélio, Caio Fúrio Filão, o analista Caio Fânio, o jurista e historiador Rutílio Rufo, o orador Élio Tuberão, o poeta Lucílio, o historiador Políbio e o filósofo Panécio de Rodes, cujos conhecimentos marcados por uma linha estóica forneceram base teórica grega ao ideal bastante prático da *uirtus* romana.

A principal produção desse grupo de intelectuais foi, sem dúvida, o ideal romano culto da **humanitas**, que, se de uma parte corresponde à fil anqrwp…a dos gregos, "benevolência", de outra se aproxima da paide…a, com o valor de "educacão literária, filosófica e artística", elemento distintivo do homem em relação aos demais seres vivos.

Consoante Gentili (1977, p. 51) "Cícero, identificando com a cultura e a eloqüência a **humanitas**, que confere ao homem a sua dignidade de homem, fazendo-o *humanus* e *politus* em contraposição aos *indocti et agrestes*, mostra que tem presente também o valor da palavra como "benevolência, gentileza, cordialidade".

Foi o *Círculo dos Cipiões* que logrou ajustar, na **humanitas**, as asperezas da **grauitas**, da **dignitas** e da **auctoritas** do caráter romano às atitudes de urbana cortesia e amabilidade dos gregos, uma cultura que neles chegou quase a uma segunda natureza (sociedade ática do século IV a.C.), tão bem expressa no conhecido verso de Menandro, cujo texto original não conseguimos ainda localizar: "Como é amável o homem, quando é homem!"

Por esse período da história romana é que viveu um opositor dos Cipiões, Marco Pórcio Catão, chamado também de Catão, o Velho ou Catão Maior, o protagonista da ferrenha reação ao movimento helenizante entre os romanos. Atendo-nos à imagem que dele nos dá Plutarco, contrariamente à mitigada de Cícero (*De senectute*), era uma personalidade contraditória, moralista severo para os outros, mas nem sempre para si mesmo; popular na aparência, defendia na realidade a aristocracia conservadora; de uma oratória desprovida de ornatos, estilo paratático, linguagem agressiva, concreta, icástica, arguta, às vezes irônica, de quem tem os pés no mundo real; o tom grave e aforístico aparentava a simplicidade direta e firme da linguagem arcaica. Parecia um senador saído dos primeiros tempos de Roma: breve, sóbrio, digno, distante das flores da retórica. Mas na habilidade com que tecia seus discursos, valendo-se de citações e figuras retóricas, vislumbravam conhecimentos hauridos na literatura grega. Os próprios aforismos que permeavam seus trabalhos apontavam, não raro, para a cultura grega. Uma oratória que deveria merecer a proteção de Jano, pois por uma face dispunha-se a satisfazer um auditório romano culto e refinado, mas por outra, a provocar também o consenso da plebe...

Há que reconhecer, todavia, que, a par com alguns descomedimentos, o partido de Catão logrou impedir que a invasão maciça da cultura e dos costumes gregos, somada às mudanças inevitáveis que a expansão das conquistas determinava, corroesse as bases ético-políticas do estado romano e do regime aristocrático. Na visão de La Penna,

não foi exatamente a cultura grega que se rejeitou, mas o ser por ela colonizado.(La Penna, 1986, p. 41-43)

Catão, que dominou a vida política e cultural de Roma na primeira metade do século II a.C., foi a última tentativa de sobrevivência da retórica em moldes arcaicos.

Das inúmera máximas que Catão legou aos pósteros, duas merecem ser lembradas aqui, pela importância que lhes deram depois os tratados de retórica clássica; uma é a definição do orador, deixada nos *Livros ao filho Marco,* onde a expressão *uir bonus* significa não apenas o *homem honesto*, noção com que foi normalmente retomada, mas representa, no pensamento de Catão, a definição canônica do *aristocrata*:

> *Vir bonus dicendi peritus.*
>
> Um homem probo, hábil no falar.

Outra máxima concerne a uma visão pragmática e, de certa forma, desintelectualizada do discurso, uma "retórica"tipicamente romana:

> *Rem tene, uerba sequentur.*
>
> Conhece o assunto; as palavras virão por si.

Viriam, a seguir, líderes da sempre perigosa *reforma agrária*, em luta contra os latifúndios e a favor da plebe depauperada, os irmãos Gracos – Tibério Semprônio Graco (162 - 133 a.C.) e Caio Semprônio Graco (153 - 121 a.C.), dois dos maiores oradores romanos, antes de Crasso e Antônio, segundo Cícero. (Cicéron, *Brutus*, XXVII, 103-104; XXXIII,125-126). Sua formação se ligava aos gregos, já pelos mestres,

já pela mãe, Cornélia, filha de Cipião o Africano, dona de refinada cultura e severo ideal de perfeição moral. De Caio Graco disse Cícero:

> ***S**ed ecce in manibus uir et praestantissimo ingenio et flagranti studio et doctus a puero C. Gracchus. Noli enim putare quemquam, Brute, pleniorem aut uberiorem ad dicendum fuisse.*
>
> (Cícero, *Brutus, XXXIII, 125)*

> Mas eis que estamos ante um homem assim de prestantíssimo talento como de ardente dedicação e sabiamente educado desde a infância, Caio Graco. Nem penses, pois, ó Bruto, que alguém houve mais abundante ou mais copioso para falar.

E Bruto confessa a Cícero que dos oradores, que os precederam, Caio Graco é um dos poucos que ele lê.

Sirva de amostra de sua oratória um pequeno texto extraído do discurso que pronunciou a propósito do testamento de Átalo III, que, ao morrer, em 133 a.C., havia deixado aos romanos o reino de Pérgamo em herança; nele o orador se refere à corrupção terrível da vida política de Roma, cuja classe dirigente havia feito da arte da palavra um meio de enriquecimento. Por não termos conseguido o original latino, vamos valer-nos de uma tradução indubitavelmente fiel de Francesco Della Corte, que deparamos em Gentili (1977, p. 160-1):

> *... não vos peço dinheiro, mas estima e honra. Mas os que aqui vêm, para dissuadir-vos de aceitar esta lei, não esperam de vós a honra, mas o dinheiro de Nicomedes; e os que vos aconselham a aceitá-la, muito menos esses esperam a vossa consideração, senão que as recompensas e os prêmios de Mitridates, para engordar o seu patrimônio; e aqueles que, embora pertencendo à mesma casta social e à mesma ordem, estão silenciosos, esses são os*

> *piores de todos e a todos enganam. Vós, (romanos), crendo-os alheios a estas intrigas, vós lhes concedeis a vossa estima; os embaixadores dos dois reis, crendo que cada um se cale porque favorável à sua causa , cumulam-nos de dinheiro. Assim sucedeu certa vez, na Grécia, que um ator trágico se vangloriava de ter conseguido um talento por uma só récita e que Demades, o orador mais eloqüente de sua cidade, lhe replicou: 'E te parece tão extraordinário ter ganho um talento com a tua palavra ?! Eu ganhei dez talentos do rei Felipe, porque fiquei quieto.' Da mesma forma, hoje, esses recebem as recompensas, porque se calam...*

Na passagem do século II para o I a.C., dois oradores são lembrados por Cícero (*Brutus*, XXXVI, 138), como os maiores do passado romano: Marco António (143-87 a.C.) e Lúcio Licínio Crasso (140-91 a.C.), homens políticos da facção dos otimates, que, embora eloqüentíssimos ambos, divergiam a respeito do problema da maior importância da matéria do discurso ou da técnica da elocução, para a persuasão.

Será a linha da eloqüência de Crasso que Cícero retomará mais tarde, em seu sonho de fazer da oratória um quase *humanismo integral*.

Edmond Courbaud, que foi professor na Universidade de Paris, estribando-se no testemunho de Cícero (*De oratore* e *Brutus*), apresenta as principais características da eloqüência de Crasso:

> *A perfeição da linguagem, o encanto da forma, a graça e o bom humor. Sobressaía no chiste. Seu patético tinha força, mas carregado de dignidade. Seus gestos impressionavam. A frase era breve, penetrante, condensada: uma seqüência de pequenas proposições, uma flecha sempre pronta a partir. Sem rival na réplica. Some-se a isso grande elevação de espírito, vasta cultura, desconhecida dos demais oradores de seu tempo; um gosto muito vivo pelas artes da Grécia, incursões em todos os domínios: história, jurisprudência, filosofia. Pode-se entender por aí o*

> *motivo de Cícero, em seus diálogos do De oratore, fazer dele o porta-voz* de suas idéias.
>
> (Cicéron, *De l'orateur*,., vol. I, p. XXIII).

Marco António, o avô do triúnviro, era o oposto de Crasso. Não adquirira cultura tão vasta e visava essencialmente a ganhar seus processos, considerando bons todos os meios que para isso lhe servissem. Sem elegância, mas correto no falar, preocupações artísticas não o fascinavam. Sabia, porém, impressionar os seus ouvintes. Dialético, selecionava os argumentos que tocavam, dispunha-os de sorte que funcionassem ao máximo e era por extremo astuto em solapar os argumentos do adversário. Modelo do orador hábil, do advogado de demandas, habituado a todos os segredos do ofício, incomparável para triunfar em uma causa difícil (*Idem, ibidem*, p. XXV e XXVI).

Enfim o **período áureo** da retórica em Roma – o século I a.C.

Educar a classe dirigente no exercício do poder, mediante a atividade da oratória, foi por certo o objetivo pragmático que a retórica teve em Roma. Todavia, boa parte do desenvolvimento da atividade literária em Roma, assim na prosa como também na poesia, se deveu às disputas entre as teorias e estilos diversos e à própria evolução da eloqüência, de forense e política a judiciária e epidítica, esta fim em si mesma nas salas de declamações.A retórica é, por essa época, a teoria literária disponível e deve ser entendida como código de toda atividade literária.

Aparece, então, entre 92 e 80 a.C., o primeiro tratado latino de retórica que nos chegou por inteiro, *Rhetorica ad Herennium*, de certo Cornifício, até hoje não bem identificado. Servem-lhe de base as teorias de Ermágoras de Temno (meados do século II a.C) e, principalmente, Aristóteles. É um manual de preceitos técnicos, instituindo uma terminologia retórica latina, para tentar arrancá-la da servidão aos termos gregos. Não vai além daí a *Rhetorica ad Herennium*.

Marco Túlio Cícero (106 - 43 a. C.) é, por sem dúvida, o mais importante nome na tradição da eloqüência, da oratória e da retórica latina. Nascido em Arpino, de família eqüestre, parente de Mário, *homo nouus*, foi educado em Roma no direito, na filosofia e na eloqüência. Ali, seus dons, sobre florescerem à luz de bons oradores, puderam enriquecer-se no convívio de pessoas cultas como em casa de Lélia, filha de Caio Lélio, onde as conversas sobre o *Círculo dos Cipiões* deviam ser constante lembrança de ideais que marcaram para sempre a mente de Cícero, numa linha aristocrática de cultura humanística e num sonho republicano, à beira da República em frangalhos.

Para Elio Pasoli (Gentili *et alii*, 1977, p. 177-178), esse concidadão e herdeiro espiritual de Mário, até certo ponto representante das classes mais ou menos excluídas do poder, acaba por tranformar-se, com os anos, em porta-voz da classe dirigente. A ela sua concepção do perfeito orador, versado em todas as disciplinas humanísticas, e o estabelecimento de uma língua oratória exemplar fornecem, consciente ou inconscientemente, o instrumento mais perfeito para o exercício do poder. Em Albrecht (1995, vol. I, p. 492) lê-se:

> *O ideal de cultura ciceroniano está orientado para a elevada missão política do orador como guia do estado............ Só o laço com a* ***res publica*** *explica a consciência missionária de um Cícero e a sua luta por uma causa perdida. Quem lê os discursos nesta perspectiva descobrirá, em lugar das interpretações correntes – vaidade, cegueira política – a crescente consciência do papel do orador, que, num momento crucial para a história do mundo, empresta à república a própria voz. A república fala com a voz de Cícero e juntamente com ela emudece.*

Cícero, já como teórico da retórica, já como orador, evoluiu de uma concepção assestada predominantemente à capacidade técnica,

para um ideal de cunho filosófico humanístico; de uma língua bastante aberta até ao uso do cotidiano, para uma língua cristalizada em um classicismo purista.

> *... sic sentio neminem esse in oratorum numero habendum,qui non sit omnibus eis artibus quae sunt libero dignae perpolitus; quibus ipsis si in dicendo non utimur, tamen apparet atque exstat utrum simus earum rudes an didicerimus.*
>
> **(**Cicéron**,** *De l'orateur,* I, 17, 72)

> Assim entendo que ninguém deve ser contado no número dos oradores, a menos que seja muito versado naquelas artes que são dignas de um homem livre; mesmo se não as usamos no falar, todavia aparece e fica evidente se estamos delas desprovidos ou se as conhecemos.

Quando em 81 a.C. se estreou na oratória, numa causa de direito privado, defendendo no *Pro Quinctio* um cliente roubado pelo sócio Névio, protegido de Sila, Cícero enfrentou e venceu o mais célebre advogado da época, Quinto Hortênsio Hórtalo. No ano seguinte, em seu *Pro Sexto Roscio Amerino*, venceu de novo a Hortênsio, conseguindo a absolvição de Róscio, acusado de parricídio por um liberto de Sila.

Saúde enfraquecida, somada à ousadia de atacar um favorito de Sila, em plena época de proscrições, a conselho dos amigos viaja para a Grécia e pela Ásia. Até 77 a.C., aproveita do quanto lhe é dado, para enriquecer-se culturalmente. Foi-lhe sobremodo importante o relacionamento com Apolônio Mólon, que lecionava em Rodes.

Em 76, é questor na Sicília. Designado edil em 70, consegue a acusação de Verres, antigo propretor da Sicília, larápio descarado que chegou a mandar aparar a barba de ouro das estátuas dos deuses na época do calor. As *Verrinas* estão divididas em duas partes: a *Actio*

prima in Verrem, simples introdução de testemunhas e provas, mas tão contundente, que bastou para que Verres desistisse de tudo e partisse para o exílio. Hortênsio, que seria o defensor, desiste da defesa. A *Actio secunda in Verrem* é composta de 5 discursos que foram dados à publicidade, mas nunca foram pronunciados. As *Verrinas* são consideradas a obra-prima de Cícero dentro do gênero.

Pretor em 66, Cícero pronuncia seu primeiro discurso político, o *De lege Manilia* ou *De imperio Cn. Pompei*, em que consegue, sobre a proposta de C. Manilio, tribuno da plebe,um comando extraordinário para Pompeu, a fim de concluir no Oriente uma difícil guerra contra Mitridates e Tigranes, com plenos poderes para resolver, a seu alvitre, paz e alianças. Teve de vencer as reservas que se faziam contra a concentração de poderes nas mãos de um só. Com muitas partes de teor epidítico, há quem veja nesse discurso um significativo "manual do caudilho" ou, a certas luzes, um quase manual do príncipe. Tudo deu certo: Pompeu ganhou o comando, Cícero ganhou a gratidão dos cavaleiros, que da feliz campanha de Pompeu obtiveram a segurança do comércio com o oriente. Com o apoio dos cavaleiros, Cícero foi eleito cônsul em 63, vencendo o aristocrata Lúcio Sérgio Catilina.

Do período consular faremos referência a apenas 3 orações. *De lege agraria* constituia-se de 4 discursos; conservaram-se o segundo e o terceiro integralmente e parte do primeiro. Cícero fez malograr a proposta de divisão de terras apresentada pelo tribuno P. Servílio Rulo, sob a inspiração de César. Para Cícero os propositores da lei eram pseudopopulares e demagogos: pareciam atender aos interesses do povo, mas na realidade queriam depauperar o erário. A seu ver, a lei proposta era antidemocrática, ao propor a criação de magistrados (decênviros) com amplos poderes , quase monárquicos. Numa ironia da retórica, o orador consegue fazer com que o próprio povo rejeite a lei agrária.

Catilina fez de sua derrota caminho para a ilegalidade, atirando-se a uma conjuração com as classes arruinadas pelas guerras, oprimidas de

dívidas, e chegando a valer-se até de escravos na revolução, coisa que Salústio, como todo romano de boa cepa, jamais lhe perdoou. Em novembro de 63, Cícero pronunciava no Senado a primeira de suas quatro orações *In Catilinam*, cujo exórdio *ex abrupto* se tornaria imortal na história da eloquência humana voltada para a acusação:

> *Quo usque tandem abutere, Catilina, patientia nostra ?*
> *quamdiu etiam furor iste tuus nos eludet ? quem ad finem*
> *sese effrenata iactabit audacia ?*
> **(**Cicéron**,** *Discours - Catilinaires*, **I, 1)**

> Até quando, afinal, abusarás, ó Catilina de nossa paciência? Por quanto tempo ainda esse teu furor escarnecerá de nós? Até que limite se vangloriará essa audácia sem freios?

A segunda oração foi pronunciada ainda em novembro, mas diante do povo, como também diante do povo, a terceira, em 3 de dezembro, tendo ambas apenas o objetivo de historiar os acontecimentos. Catilina já se ausentara de Roma, porém não todos os seus seguidores. Em 5 de dezembro, Cícero pronuncia a quarta catilinária diante do Senado e Catão consegue a condenação à morte de Catilina e de seus conjurados.

Em 62, Cícero defende num julgamento o direito do poeta Archias à cidadania romana, em sua *Pro Aulo Licinio Archia oratio*, onde num discurso sumamente epidítico o orador mais defende o valor da literatura – *humanae litterae* –, a sua função e o poeta, do que a cidadania devida a Árquias, a qual praticamente tem como causa ganha. Cícero, marcado pelo pragmatismo de todo romano, mas bastante culto para ver mais longe, tenta justificar pragmaticamente o valor das letras na formação do homem. Para Gianotti, 1990, p. 67-68) Cícero:

> *Atribui à literatura e à poesia uma função subsidiária, instrumental, integrada na estrutura da sociedade. Em substância, a profissão do homem de letras precisava, no pensamento de Cícero, de uma justificação social e pública.......... Se, em todo o caso, os* ***studia litterarum*** *fossem cultivados pela* ***delectatio sola*** *(puro prazer estético) e não produzissem outro fruto, todavia também a recreação do espírito ou relaxamento psíquico seria um válido motivo e uma válida justificação.*

Depois do consulado, Cícero compôs mais uns 34 discursos, em cujo exame os limites deste trabalho não permitem nos detenhamos.

Em 60 a.C. temos o I Triunvirato. Em 58, uma lei que Clódio, inimigo de Cícero, fez aprovar, visava especificamente a Cícero, único atingido pela lei. Partiu para o exílio que amargou por 18 meses. Procônsul em 51 na Cilícia, fez um bom e honesto governo. De 49 a 48 passa pelas hesitações da guerra civil a que Farsália põe um fim com o triunfo de César e a desilusão final pela fuga de Pompeu, que seria morto no Egito.Em Pompeu Cícero pusera um dia suas esperanças republicanas. Político sagaz, César tenta aliciar o grande orador para seus objetivos. Cícero se ajusta à situação e tolera. Aos 15 dias de março de 44 César é assassinado. Fiando-se mais de Otávio, a esperança de liberdade lança Cícero contra Antônio, em 14 orações – *In Marcum Antonium orationum Philippicarum libri XIV* – cuja virulência os pósteros consagraram com o apelido de *Filípicas*, uma lembrança das orações de Demóstenes contra o pai de Alexandre. Quando os dois políticos vieram às boas, coisa usual entre políticos, Otávio não se opôs a que o centurião Herênio levasse a Antônio a cabeça decepada de Cícero. Com Cícero morria a República e a oratória livre.

Os quase 60 discursos de Cícero que chegaram até nós servem de atestar um dos maiores, para não dizer o maior orador de todos os tempos e o único que tentou expor a teoria do que mais ou menos

executou na prática de toda a vida. Cícero, quer no exílio, quer no recolhimento a que o levaram já a situação política , já os sofrimentos normais da vida, como v.g. a morte da filha , aproveitava o tempo para elaborar suas obras de filosofia e de retórica.

No campo da retórica deixou-nos alguns tratados, alguns mais, outros menos importantes. Passemos por eles a vôo de pássaro, que é o que nos permite o espaço limitado deste trabalho.

O *De inuentione* ou *Rhetorici libri II* , escritos aproximadamente por 86 a.C., avizinha-se muito do conteúdo da *Rhetorica ad Herenium*; é obra da juventude, mera enumeração e árida de técnicas para a invenção e a disposição.

De oratore libri III, vindo a público em 55, desenvolve-se em forma de diálogo entre Antônio, Crasso, Cévola e César Estrabão. Cícero esforça-se por construir aí a figura do *perfectus orator*, que assume as qualidades do retor e do filósofo e possui uma formação global, contrariamente ao *uulgaris orator*, limitado a uma formação só técnica. Propondo-se solucionar a célebre disputa entre retórica e filosofia, marcada já em Sócrates e Platão, Cícero retoma o problema e propugna a necessária união de ambas no perfeito orador; censura a Sócrates, que as dividiu, rejeitando a arte da palavra...

> *...quod omnis rerum optimarum cognitio atque in iis exercitatio philosophia nominaretur, hoc commune nomen eripuit sapienterque sentiendi et ornate dicendi scientiam, re cohaerentes, disputationibus suis separauit;..... 61. Hinc discidium illud extitit quasi linguae atque cordis, absurdum sane et inutile et reprendendum, ut alii nos sapere, alii dicere docerent.*
>
> (Cicéron, *De l'orateur*, III, XVI, 60-61)

> ...já que todo o conhecimento das mais elevadas noções e toda a prática em relação a elas se chamava filosofia, foi ele que tirou esse nome comum e separou, com sua dialética, a

> ciência do bem pensar e a do falar com elegância, na realidade entreligadas. ....61. Daí surgiu aquela como separação da língua e do coração, sem dúvida absurda, inútil e condenável, de sorte que uns nos ensinem a viver bem e outros, a bem falar.

O *De oratore* concede aos dotes naturais nítido primado sobre o aprendizado técnico e ao conteúdo, o primado sobre a forma. Para avaliarmos do entusiasmo extremo, profundo e sincero de Cícero pela oratória, é imprescindível a leitura da seguinte passagem:

> *34. Qui enim cantus moderata oratione dulcior inueniri potest? quod carmen artificiosa uerborum conclusione aptius ? qui actor imitanda quam orator suscipienda ueritate iucundior ? Quid autem subtilius quam crebrae acutaeque sententiae ? quid admirabilius quam res splendore inlustrata uerborum ? quis plenius quam omni genere rerum cumulata oratio? Neque ulla non propria oratoris res est, quae quidem ornate dici grauiterque debet.*
> *IX. 35. Huius est in dando consilio de maxumis rebus cum dignitate explicata sententia; eiusdem et languentis populi incitatio et effrenati moderatio; eadem facultate et fraus hominum ad perniciem et integritas ad salutem uocatur. Quis cohortari ad uirtutem ardentius, quis a uitiis acrius reuocare, quis uituperare improbos asperius, quis cupiditatem uehementius frangere accusando potest? quis maerorem leuare mitius consolando ? 36. Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis, qua uoce alia nisi oratoris immortalitati commendatur ?*
>
> (Cicéron, *De l'orateur*, II, VIII, 33-36)

> Que canto mais doce pode encontrar-se que um discurso bem cadenciado ? Que poesia mais harmoniosa, que o final bem trabalhado de uma frase ? Que ator, simples imitador da verdade, será mais agradável do que um orador, que lida com a própria verdade? O que é mais delicado que uma seqüência de pensamentos

engenhosos ? O que, mais admirável que um assunto ornamentado pelo brilho das palavras ? O que, mais abundante do que um discurso repleno de todo o gênero de conhecimentos ? Não existe qualquer matéria que deva trazer na linguagem de sua expressão elegância e nobreza, que não seja própria do orador.
IX. 35. É próprio dele, quando se delibera sobre problemas de extrema gravidade, o conselho marcado pela dignidade; cabe-lhe o despertar de um povo elanguescido; cabe-lhe a pacificação de um povo amotinado. Pela mesma eloqüência é o crime chamado à destruição ou a probidade, à salvação. Quem pode exortar mais vivamente à virtude; quem, afastar com mais força do vício; quem, mais asperamente repreender os desonestos, quem com mais elegância louvar os íntegros, quem pode quebrar a ambição mais duramente pela censura, quem, aliviar com mais suavidade a dor, consolando ? A história, testemunha dos séculos, luz da verdade, a vida da lembrança, a mestra da vida, mensageira do passado, por que voz senão pela do orador se torna imortal ?

Partitiones oratoriae, de 54 a. C. aproximadamente, "é uma retórica elementar completa", diz Barthes, "uma espécie de catecismo que tem a vantagem de dar, em sua extensão, a classificação retórica. Um pequeno manual com perguntas e respostas, sob forma de diálogo entre Cícero pai e Cícero filho. É o mais seco, o menos moralista dos tratados do autor (e, por consguinte, o que prefiro)." (Barthes, 1975, p. 158)

Brutus veio a lume em 46 a.C.. Diálogo entre Cícero, Ático e Bruto, é uma história da eloqüência romana, com algumas referências iniciais à grega em que se inspira. Para Bickel (1092, p.66) é uma obra de importância única, já por ser uma história da oratória, o gênero mais peculiar da prosa romana, já por ter como autor a pessoa em quem essa arte chegou à perfeição. Em que pese a idealização de um período

da república, após a eliminação dos Gracos, com o poder da *nobilitas*, e o elogio da *factio* senatorial como Quinto Hortênsio Hórtalo e Marco Júnio Bruto, o cesaricida, a quem o diálogo é dedicado, e tal é a opinião de Paolo Fedeli (Fedeli, 1986, p. 146), em que pese isso tudo, estamos que é um trabalho de extremo valor, assim pela época em que foi escrito, como pela capacidade do autor no assunto, autor que rematou com chave de ouro a história da oratória livre entre os romanos.

O *Orator*, também de 46 a.C., é ainda uma proposta do *perfectus orator*, tomando como modelo o aristocrata ideal, *o uir bonus dicendi peritus*. Polemiza com os neo-áticos de quem César era um representante ilustre. Expõe a sua doutrina dos três estilos e do ritmo oratório. Volta à carga com respeito à necessidade da formação geral, da cultura humanística para o *orator excellens*. Um orador completo deve conhecer a dialética, a literatura, quer em prosa, quer em poesia; as ciências naturais, a astronomia, a religião, a antropologia, a sociologia, o direito, a história universal. (Gianotti, 1990, p. 58-59)

De optimo genere oratorum, provavelmente também de 46 a.C., é uma introdução de que Cícero precede a tradução que fez, *non ut interpres, sed ut orator*, dos discursos de Demóstenes e de Ésquines para o processo da coroa. As traduções não chegaram até nós. Os 7 capítulos e 23 parágrafos que restaram expendem a preceito os critérios de Cícero para uma boa tradução, ainda que confesse não ter traduzido os discursos como tradutor, mas como orador, ou seja, "esforçando-se para manter o nível estilístico, a forma das frases e as figuras retóricas, não as palavras, que substituiu para conformar as escolhas lexicais ao uso da contemporânea língua culta latina." (Gianotti, 1990, p. 57). Nesse pequeno estudo sobre a tradução, feito há tantos séculos, reside indubitavelmente o grande interesse dessa obra para nós.

Topica é de 44 a.C. Não vai além de um pequeno tratado sobre os *loci communes* oratórios, que o orador pode empregar consoante as circunstâncias. Não é tradução de Aristóteles, mas um digesto daque-

les tópicos, elaborado de memória por Cícero, durante os 8 dias que levou num barco, em viagem para a Grécia.

Como contribuição ao melhor entendimento do significado de Cícero para a retórica clássica, cremos importante dar aqui a visão que Roland Barthes tem das características que distinguem a retórica ciceroniana:

> • O medo do "sistema"; Cícero deve tudo a Aristóteles, mas o desintelectualiza.
> • A nacionalização da retórica, a romanização.
> • O conluio mítico do empirismo profissional e da vocação à grande cultura. A cultura se tornará o grande ornamento da política.
> • A assunção do estilo: a retórica ciceroniana anuncia um desenvolvimento da *elocutio*.
>
> (Barthes, 1975, p. 155-159)

Com a morte de Cícero, extinguiu-se também aquele ideal oratório que supunha o espaço de alguma liberdade, diminuta que fosse.

Na segunda metade do período de Augusto, o *aticismo* foi suplantado pelo *asianismo* e a oratória tornou-se divertimento de salão, com as *declamationes*. O fim da liberdade política dava seus primeiros frutos sobre o cadáver de Cícero.

Às *declamationes*, marcadas normalmente pelos textos em prosa, compareciam não apenas alunos de retórica, mas público mais numeroso que exigia, por vezes, o espaço maior dos teatros. Havia as que valiam por conferências.

As *recitationes*, habitualmente de poemas, alcançavam também grande auditório, que, vez por outra, chegava à beira da histeria; mas, outras vezes, ao fastio.

Na época dos Flávios, com a criação do primeiro cargo de professor pago pelo estado, especialmente para Marcos Fábio Quintiliano (40 a 96 p.C.), renasce o gosto pelo *ciceronianismo*, pelo *classicismo*, pela restauração dos velhos ideais. Mas a liberdade perdida, que marca de pessimismo os *Annales* e as *Historiae* de Tácito, não permitiu a esse renascimento mais que a tranqüilidade das teorias ou a técnica dos discursos judiciários ou as flores das orações epidíticas. Alguma chama, se houve, foi muito fugaz...

Propugnador da formação do orador desde o berço, mas num âmbito estreito e por extremo especializado – o de orador – Quintiliano, não obstante sua importância na história da cultura romana antiga, pois é o maior expoente da retórica clássica, depois de Cícero, não logrou o renascimento que sua capacidade merecia e seu sonho esperava. A verdadeira eloqüência jamais medrou sob a espada de Dâmocles do poder absoluto. Os 12 livros da *Institutio Oratoria*, a obra mais completa sobre retórica na antiquidade, como sistematização, na realidade são o trabalho primoroso de um bom professor de retórica, excelente classificador. Além disso, Quintiliano teve de pagar tributo à proteção do poder oficial de um só, como professor a expensas do estado. Por sua grande influência na época e posteriormente, há quem o acuse de ter contribuído à decadência das letras latinas. É uma asserção de Edmond Courbaud, em seu estudo preliminar à tradução do *De oratore:*

> *A educação de toda a juventude, depois de Quintiliano até os dias sombrios das invasões bárbaras, foi feita exclusivamente pela retórica; e toda a literatura ficou marcada por um mesmo cunho oratório, ou seja, ficou viciada de maneira uniforme pela declamação e pela ênfase.*
>
> (Cicéron, *De l'orateur*, livre I, p. XVI)

Apenas um, o historiador Públio Cornélio Tácito, cuja obra histórica é uma longa peregrinação da esperança de Tácito em busca da liberdade perdida, apenas ele tentou, embora num trabalho menor, revocar das cinzas o espírito da verdadeira eloqüência ciceroniana; só ele conseguiu protestar contra as tendências de seu século, no *Dialogus de oratoribus*: a tirania do poder que impõe silêncio ao fórum e força os oradores a uma arte sem compromisso; o abandono dos estudos gerais, em favor do hábito de preparar a criança para a eloqüência, desde o berço...

O grande sonho ciceroniano da defesa da cultura global e do bom senso, que resultariam no bom gosto, ficara no *De oratore*, cujos ideais nem o próprio Cícero alcançou realizar de plano na prática, quanto mais os pósteros.

Referências Bibliográficas

ALBRECHT, Michael Von. *Storia della Letteratura Latina da Livio Andronico a Boezio*. vol.I Torino, Giulio Enaudi editore, 1995.

ARISTOTE. *Rhétorique*. Paris, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", 1932.

BARTHES, Roland. A retórica antiga (La Rhétorique), COHEN, J. *et alii*. *Pesquisas de Retórica*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1975.

BICKEL, Ernst. *Historia de la Litteratura Romana*. Madrid, Editorial Gredos, 1982.

CICÉRON. *Brutus*. Paris, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", 1923.

________. *De l'orateur*. Paris, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", 1957.

________. *Discours* - T. X - *Les Catilinaires*. Paris, Société d' Éditions "Les Belles Lettres", 1950.

________. *La vecchiezza*. Milano, Rizzoli Editore, 1958.

________. M.T. *Opera Rhetorica et Oratoria*. vol. I - *Oratoriae Partitiones*. Parisiis, A. Firminus Didot Typographus, 1831.

EURIPIDE, T. I. *Médée*. Paris, Société d'Éditions "Les Belles Lettrres", 1925.

FEDELI, Paolo. *Letteratura latina*. Napoli, Edizione "Il Tripode", 1986.

GENTILI, B. PASOLI, E. SIMONETTI, M. *Storia della Letteratura Latina.* Roma, Editori Laterza, 1977.

GIANOTTI, G. F. PENNACINI, A. *Società e Comunicazione Letteraria di Roma Antica*. Vol. 2. Torino, Loescher Editore, 1990.

LA PENNA, Antonio. *La cultura letteraria a Roma.* Roma, Editori Laterza, 1986.

SOPHOCLE. T. III - *Philoctète*. Paris, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", 1960.

TITO LIVIO. *Storia di Roma della sua fondazione*. vol. I. Milano, Rizzoli Libri, l987.

TITI LIVII. *Opera Omnia*, vol. III. Parisiis, Firminus Didot Typographus, 1822. (In loco libri XIII Liuiani - Joannis Freinskemii Supplementorum Liuianorum Liber Tertius)

Figuras de Retórica e Argumentação

Elisa Guimarães*

O título da exposição a ser apresentada oferece, em primeiro plano, abertura para uma recapitulação do conceito de Retórica e a ele atrelado o de argumentação.

É na *Retórica* de Aristóteles que se assentam os primeiros dados cuja articulação passa a definir a Retórica como "a faculdade de descobrir especulativamente sobre todo dado o persuasivo".[1]

Para os antigos, o objeto da retórica era, antes de tudo, a arte de falar em público de **forma persuasiva**; referia-se, pois, ao uso da língua falada, do discurso, diante de uma multidão reunida na praça pública, com o fim de obter sua adesão à tese apresentada. Assim, o objetivo da arte retórica – a adesão dos ouvintes – é o mesmo que o de qualquer processo argumentativo.

A argumentação já era, pois, objeto de estudo desde a antigüidade greco-romana. Posteriormente desacreditada, porque limitada à classificação de figuras de estilo, a retórica ressurge, no entanto, atrelada novamente à argumentação com o aparecimento da Pragmática, quando o discurso e, conseqüentemente a argumentação, passaram a ocupar um lugar de destaque nas pesquisas sobre a linguagem.

Assim, modernamente, a obra de C. Perelman, autor belga, diligencia reabilitar uma teoria da argumentação que reencontre a tradição aristotélica.[2]

(*) Professora Doutora da Área de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

(1) ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. de Antônio Pinto de Carvalho. Rio, Ediouro, Cap. II, p. 33.

(2) PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS - TYTECA, L. *Tratado de la argumentación. La Nueva Retórica.* Trad. española de Julia Sevilla Muñoz. Madrid, Ed. Gredos, 1973.

Vista por Perelman como o emprego de técnicas discursivas visando a provocar ou a incrementar a adesão dos espíritos às teses apresentadas ao seu assentimento, a argumentação caracteriza-se como um **ato de persuasão.**

O autor recolhe, assim, elementos que lhe permitem definir a linguagem não como um meio de comunicação apenas, mas também como um instrumento de ação sobre os espíritos, isto é, um meio de persuasão.

Parte o autor belga de uma formulação que conserva os elementos básicos da retórica tradicional: uma técnica discursiva que compreenda um estrato lingüístico e as circunstâncias que possibilitam defender uma tese para a qual se busca a adesão de um público.

Daí a posição por ele defendida de que não há discurso neutro, objetivo, imparcial. É isto que leva Perelman a afirmar que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de ação sobre os espíritos, isto é, uma estratégia sempre conducente ao **ato de persuadir.**

A essas ponderações liga-se ainda a tese defendida por Ducrot[3]: a argumentatividade não constitui apenas algo acrescentado ao uso lingüístico, mas, pelo contrário, está inscrita na própria língua. Ou seja: o uso da linguagem é inerentemente argumentativo.

Na argumentatividade, identificada com a idéia de uma argumentação intrínseca à Língua, repousa o postulado básico da **Semântica da Enunciação.**

Concebe-se a **semântica argumentativa** como uma das vertentes da pragmática enquanto estudo das relações entre os interlocutores numa situação de discurso. Desenvolvida a partir das propostas de Austin (1962) e Benveniste (1966), considera:

(3) DUCROT, O. *Provar e dizer*. Trad. bras. Global Universitária, São Paulo, 1981.

1) a noção de linguagem enquanto **forma de ação dotada de intencionalidade;**

2) a concepção de argumentação enquanto **atividade subjacente a todo e qualquer uso da linguagem.**

Forma de ação essencialmente dialógica, instrumento de interação social, a linguagem propõe-se a atuar sobre o comportamento do outro, levando os falantes a partilhar seus juízos.

Baseada na relação locutor-alocutário, que define a perspectiva dialógica, a semântica argumentativa abarca, pois, o jogo de relações intersubjetivas travado entre interlocutores no uso da linguagem.

Voltando às propostas de Ducrot: para o autor argumentar significa apresentar A em favor da conclusão **C** – apresentar A como devendo levar o destinatário a concluir **C**.

Se todos os enunciados apontam para determinadas conclusões, somos levados a aceitar a idéia de que não há um discurso neutro, ingênuo; há sempre, subjacente, uma ideologia.

Reconhece Ducrot, ao lado dos conteúdos informativos, a existência de outros conteúdos que se apresentam como relações entre conteúdos, como a relação "ser argumento para", fazendo intervir operações argumentativas, cuja interpretação servirá de fundamento aos fatos discursivos.

O **componente lingüístico**, dessa forma, passa a incorporar o que Ducrot considera como **componente retórico**, introduzindo-se na pragmática, vinculada à descrição lingüística, numa retórica integrada, manifestada pela relação entre enunciados – a relação formal, como dissemos, "ser argumento para".

Sintetiza-se, assim, a idéia ou a teoria fundamental de Ducrot: o valor argumentativo de uma frase não é somente uma conseqüência

das informações por ele trazidas, mas a frase pode comportar diversas expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma **orientação argumentativa** ao enunciado, para conduzir o destinatário em tal ou qual direção.[4]

Assim, é importante observar a natureza gramatical dos chamados **operadores argumentativos** – como *já que, mas, até mesmo* – o que põe em evidência um valor retórico ou argumentativo da própria gramática.

Se, inscritas na própria Língua, existem relações retóricas e argumentativas, torna-se compreensível o postulado "a argumentação está na Língua" e a asserção segundo a qual "o ato de argumentar é o ato lingüístico fundamental".[5] Como tal, é responsável pela estruturação de todo e qualquer discurso; portanto, subjacente a todos os elementos da textualidade.[6]

Vemos, pois, a importância da Retórica ressurgir, não mais como uma simples classificação de figuras de estilo, mas vista como um processo argumentativo que, em graus variados, está subjacente a todos os discursos.

Temos, portanto, hoje, **argumentação e retórica como termos quase sinônimos** postulando-se a presença de ambas, em grau maior ou menor, em todo e qualquer tipo de discurso.

Desse fato, pode-se concluir que a utilização argumentativa da Língua não lhe é sobreposta; antes, está inscrita na própria Língua, é prevista em sua organização interna.

É possível inferir-se ainda dessas reflexões o fato de não haver propriamente distinção entre as noções de **lingüístico** e de **retórico**.

(4) DUCROT, O. *op. cit.*
(5) DUCROT, O. *op. cit.*
(6) Entenda-se por textualidade o conjunto de propriedades que uma manifestação da linguagem humana deve possuir para ser um texto, ou seja, conectividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade (ver BEAUGRANDE, R. de. *Text, Discourse and Process,* 80, p. 19-20)

O que há são níveis distintos de significação.

Existem os mecanismos retóricos presentes ao nível lingüístico fundamental, inscritos na própria significação dos enunciados; existem os mecanismos retóricos que se manifestam em outros níveis que não são propriamente lingüísticos, mas que constituem **manobra discursiva**, tal como a **ironia**, a **sátira**, a **insinuação.**

Enquanto a Gramática põe em relevo a técnica interna do sistema lingüístico, forçando as formas a entrar nos quadros dos paradigmas, a Retórica cataloga as várias possibilidades de pôr em movimento aquela funcionalidade para obter uma expressão tão eficaz quanto possível; enquanto a Gramática considera o sistema na sua funcionalidade objetiva, isto é, nos seus valores morfológicos, lexicais e sintáticos, a Retórica considera a face subjetiva do ato lingüístico, que é a feição da liberdade no âmbito daquele sistema. [7]

Essa feição de liberdade de que se impregna a Retórica concretiza-se no fato de as palavras – matéria e instrumento da argumentação – não encerrarem, contudo, uma significação estrita, univocamente definida. Comportam, tomadas em si mesmas ou integradas no contexto de um discurso, uma plasticidade, uma pluralidade de significação capazes de comunicar intenções diferentes e algumas vezes opostas. Ligadas, pois, à sua significação, podem pesar as **cargas afetivas** – o que explica um certo constrangimento imposto ao homem na tarefa de argumentar.

Não é, por conseguinte, o fato das divergências de pontos de vista a única razão dos tropeços ligados ao processo argumentativo.

Assim, sintonizadas as noções de retórica e de argumentação que, conforme demonstraram as considerações apresentadas até aqui, estão intrinsecamente ligadas, voltemos à fonte aristotélica que, ao longo do tempo, vem inspirando, entre inúmeras outras, essa questão.

(7) PAGLIANO, Antonino. *A vida do sinal: ensaios sobre a língua e outros símbolos.* Trad. e pref. de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1967.

Recapitulemos, pois, as conhecidas operações essenciais da arte retórica, ou seja,

Inventio – *invenire quid dicas* –: atividade que consiste na busca daquilo que se quer dizer.

Dispositio – *inventa disponere* –: operação que coloca em ordem a matéria a ser apresentada.

Elocutio – *ornãre verbis* **–**: exercício de burilamento da forma de dizer.

Actio – *agere et pronuntiãre* –: representação do discurso por meio de gestos e imposição da dicção.

Memoria – *memoriae mandare* –: recurso à memória para domínio dos conteúdos mentais.

Enquadradas na **elocutio**, as figuras de retórica desempenham papel de relevância no processo argumentativo – atividade estruturante do discurso.

Dá-se, pois, mais amplitude à expressão *figuras de retórica* e à importância do seu papel como **fator de persuasão.**

Esquecida essa função argumentativa das figuras, seu estudo redundaria, por certo, num entretenimento vão, ou na simples busca de nomes estranhos para giros rebuscados. Exercem, sim, as figuras uma função válida e construtiva, como instrumento não apenas estético mas principalmente discursivo.

Considera-se a figura uma forma especial de falar.

Desde a Antigüidade, reconheceu-se a existência de certos modos de expressão que fogem ao comum e cujo estudo se incluiu nos tratados de retórica: daí o nome *figuras de retórica***.**

Faz parte da essência das chamadas *figuras de retórica* uma estrutura discernível, independente do conteúdo, isto é, uma **forma** e um **emprego** que se distancia da forma normal de expressar-se e que, por conseguinte, atrai a atenção do leitor ou do ouvinte.

Desde muito cedo, o termo *figura* vem sendo marcado por dois aspectos:

1) **o efeito de concretude** que provoca no leitor ou ouvinte;

2) o **distanciamento** em relação a outra forma de linguagem, considerada própria e estritamente dentro dos padrões gramaticais.

As figuras de retórica ilustram o tipo de linguagem que não se afirma em oposição à linguagem comum, mas identifica-se como uma sobreposição de linguagens.

Nesse processo, o **plano da expressão** e o **plano do conteúdo** não são anulados, mas trespassados pelo acréscimo de significados.

O pressuposto de que há duas maneiras básicas e equivalentes de dizer as coisas – uma própria e outra figurada – levou a análise retórica a uma **visão paradigmática** do sentido figurado, pois este resultaria da substituição de dois significantes entre si, no caso das figuras. O problema das **opções expressivas** era ponto importante para a retórica e dizia respeito a um princípio mais geral compreendido no conceito *aptum* ou, na forma grega, *prepon*, isto é, a virtude de harmonizar as partes de um todo, conferindo-lhes unidade. Por esse princípio, as várias formas de linguagem deviam estar de acordo com as diferentes situações em que são empregadas: pessoa, lugar, gênero literário, etc. Daí a necessidade de se ter à disposição um léxico amplo e diferenciado para atender aos múltiplos contextos.

Amparados pela longa experiência retórica, sabiam os antigos que o uso do léxico era determinado pela prática social política e literária.

O ***fator semântico*** acaba, então, por incorporar os princípios ordenadores daquelas práticas:

éticos, com base em um quadro de valores explícitos ou implícitos;

argumentativos, que determinavam a seleção das formas expressivas por seu poder de persuasão;

estético-literários, conforme os padrões artísticos vigentes.

À luz da seleção das formas expressivas segundo seu poder de persuasão, Aristóteles [8] descreve a figura como processo produtor de surpresa, em que a expectativa do receptor é lograda. A produção de duplo sentido não é descartada pela retórica antiga.

O artifício, enquanto tal, deve passar despercebido, não seu efeito sobre o leitor ou ouvinte. Daí todo o jogo de ocultamento e sugestões que se ia buscar nas figuras para, em tríplice estratégia, prender o interlocutor: por uma emoção suscitada – *movere*; por um conhecimento transmitido – *docere*; por um prazer oferecido – *delectare*.

Trata-se de posições que não contrariam a meta alvejada pelo emprego das figuras de retórica, ou seja, a **produção de efeito persuasivo.**

Embasados nas considerações até aqui levadas a efeito, passamos a um estudo da significação argumentativa das figuras de retórica, sem

(8) ARISTÓTELES, *op. cit*.

a intenção, no entanto, de um exame exaustivo de todas as figuras tradicionais.

É de Perelman a pertinente classificação das *figuras de retórica* em:

1) **figuras de caracterização**;

2) **figuras de presença**;

3) **figuras de comunhão**[9]

Esses termos – esclarece o autor – "não designam gêneros dos quais certas figuras tradicionais seriam as espécies. Significam apenas que o efeito ou um dos efeitos de certas figuras é, dentro da apresentação dos dados, o de *impor ou sugerir uma caracterização,* o de *aumentar a presença ou de realizar a comunhão com o auditório*".[10]

Veja-se o exemplo seguinte:

> O que é um exército? É um corpo animado de uma infinidade de paixões diferentes que um homem hábil faz mover para a defesa da pátria; é uma tropa de homens armados que seguem cegamente as ordens de um chefe cujas intenções desconhecem; é uma multidão de espíritos em sua maioria abjetos e mercenários, os quais, sem pensar em sua própria reputação, trabalham pela dos reis e conquistadores; é um conjunto confuso de libertinos.[11]

(9) PERELMAN, Ch. *op. cit.*, p. 274, e seg. § 42.
(10) PERELMAN, Ch. *Idem, ibidem*.
(11) BARON, A. *De la Rhétorique ou de la composition oratoire et litéraire,* 4ª ed., Bruxelles - Liège, Librairies Polytechniques de Decq. 1979, p. 61 - Apud PERELMAN, Ch. *op. cit.*, p. 276.

O texto revela não a simples intenção de definir a palavra *exército*, mas, antes, seu conteúdo encerra **elementos argumentativos** capazes de desembocar numa conclusão que torna indiscutível a idéia de que comandar um exército significa grande dificuldade.

As figuras chamadas de *presença* despertam o sentimento da *presença do objeto do discurso* na mente tanto de quem o profere quanto daquele que o lê ou ouve.

Entre as figuras que intensificam o sentimento de presença do objeto do discurso, vinculam-se as mais simples à *repetição.*

Farto exemplário do uso da repetição encontramos em *Os Sermões* do P^e^ António Vieira.

A restrição vocabular, sob a forma de repetição, é habilmente trabalhada pelo autor que consegue transformá-la num recurso não só altamente estilístico como também argumentativo.

Parece que, seguro do efeito poético que se pode extrair da *repetição destramente manejada*, Vieira dela se utiliza com prodigalidade, tornando-a uma das marcas de seu discurso, obtendo com ela fórmulas de grande musicalidade evocativa, ao lado de reiterações de inconfundível peso argumentativo.

Correm, assim, freqüentes e ricamente diversificados os exemplos de uso da repetição na obra do autor barroco, como se podem observar nas seguintes passagens:

> *O primeiro remédio é o tempo.* ***Tudo*** *cura o tempo,* ***tudo*** *faz esquecer,* ***tudo*** *gasta,* ***tudo*** *digere,* ***tudo*** *acaba.*[12]

Ainda no mesmo *Sermão da Quinta Dominga da Quaresma:*

(12) VIEIRA, P^e.^ António. "Sermão da Quinta Dominga da Quaresma". In: *Os Sermões.* Seleção com ensaio crítico de Jamil Almansur Haddad, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d, p. 265.

Tudo acaba ***a morte****, tudo se acaba com* ***a morte****, até a mesma* ***morte****.*

Na figura denominada *climax* – variante da *anadiplose* – a repetição efetua-se em função de um encadeamento gradual das idéias.

É ainda em Vieira que colhemos o exemplo:

Na cidade nasce o ***luxo****, do* ***luxo*** *nasce a* ***avareza****, da* ***avareza*** *rompe a* ***audácia****, a* ***audácia*** *gera todos os crimes e maldades.*[13]

Observe-se a passagem:

Que faz o lavrador na terra, cortando-a com o arado, cavando, regando, mondando, semeando? ***Busca pão****. Que faz o soldado na campanha, carregado de ferro, vigiando, pelejando, derramando o sangue?* ***Busca pão****. Que faz o navegante no mar, içando, amainando, lutando com as ondas e com o vento?* ***Busca pão****.* [14]

No texto, a ordenação dos gerúndios em ritmo silábico ascendente, a similicadência dos verbos que têm, além disso, o mesmo número de sílabas, reforça extraordinariamente a expressividade do padrão rítmico enumerativo. O processo reiterativo em *Busca pão* funciona como núcleo e tema central da repetição.

A expressão repetida acentua o caráter estrófico do esqueleto rítmico – expressional da frase; chama para ele a atenção do leitor em quem desperta a sensação *da presença do objeto do discurso*, também pela força da *homofonia*. A repetição homofônica pres-

(13) VIEIRA, Pe. António. *Op. cit.* p. 267
(14) VIEIRA, Pe. António. *Op. cit.* p. 269

ta-se à utilização do processo com vistas à chamada *harmonia imitativa*.

Efetivando-se em níveis diversos e sob variadas formas – tais como a *anáfora*, o *polissíndeto*, a *sinonímia*, a *acumulação*, a *amplificação*, a repetição abarca todo um jogo lingüístico e retórico que a consagra como fator de ajustamento, de precisão do sentido.

Lembra ainda o autor Perelman[15] que as figuras de repetição levam a um efeito argumentativo mais complexo do que o de ressaltar a presença do objeto do discurso. Assim, pelo processo da reiteração, essas figuras podem sugerir, principalmente, *distinções*, o que ocorre, por exemplo, em expressões do tipo: "Uma *criança* é uma *criança*", tomando-se aqui o mesmo termo para significar a pessoa e o comportamento, ou a coisa e suas propriedades. Ou ainda a expressão "Um *pai* é sempre um *pai*"– o segundo termo funcionando como um substantivo adjetivado e ilustrando o conceito de *silepse oratória*, ou seja, um processo que exibe um dos termos em sentido próprio e outro em sentido figurado.

Os **efeitos argumentativos** visados pelo discurso não se destinam apenas a despertar a sensação de *presença do objeto.* Têm também em mira oferecer um *conjunto de caracteres referentes à comunhão com o auditório.*

Uma das idéias sobre as quais insiste Perelman é a de que, efetivamente, em função de um auditório é que se desenvolve qualquer argumentação.

É do autor a proposta de classificação desse tipo de figura – exemplificado nas formas, entre outras, de *alusão, citação, apóstrofe e enálage.*

Pela *alusão*, cria-se ou confirma-se a comunhão com o auditório por força de referências a uma cultura, a uma tradição, a um passado comuns entre o emissor do discurso e o ouvinte ou leitor.

(15) PERELMAN, Ch. *op. cit.* p. 268 e seg.

A esses dados de cultura se acrescenta geralmente, ao lado da carga argumentativa, o dado de uma afetividade particular.

Instrumento intertextual capaz de desempenhar várias funções, segundo sua colocação na linearidade do texto, a *citação* visa a corroborar o que se diz com o peso de uma autoridade. Constitui, portanto, uma manifestação deliberada, por parte de quem cita, de uma relação de dependência para com o texto citado.

Texto-enxerto, a citação enraíza-se no seu novo meio, articulando-o com outros contextos – e, assim, efetivando o trabalho de *assimilação* que, ao lado da tarefa de *transformação*, propõe-se como essência da intertextualidade.

A utilização da citação é um caso típico de *argumentação* através do *raciocínio por autoridade.* Ou seja, o emissor do discurso, ao apoiar seus argumentos na fala e nos argumentos de alguém de reconhecida autoridade, obtém maior **força argumentativa** em suas afirmações.

Pelo recurso da *apóstrofe*, o emissor do discurso não pretende informar-se nem tampouco assegurar-se uma aprovação.

Antes, converte sua intervenção numa espécie de interpelação, num pedido de atenção por parte do receptor sobre a situação em que se encontra, como se pode observar no exemplo que segue:

> *Homem atrevido (diz São Paulo), homem temerário, quem és tu para que te ponhas a altercar com Deus?* [16]

A substituição de um pronome pessoal por outro – tal como ocorre na figura denominada *enálage* – resulta, simultaneamente, numa **figura de presença** e numa **figura de comunhão.** Assim, o substituir *eu* ou *ele* por *tu* faz com que o receptor se sinta participante da mensagem do discurso. O mesmo ocorre com a substituição de *eu* ou *tu* por *nós*, como no exemplo:

(16) VIEIRA, Pe. António. "Sermão para as armas de Portugal". *Op. cit.*, p. 404

Será bem que nos demos nós as batalhas, para que nossos inimigos logrem as vitórias? [17]

Saliente-se ainda, entre as **figuras de comunhão**, o uso retórico da *pressuposição.*

Trata-se de processo que consiste em apresentar como já sendo do conhecimento público ou como fazendo parte do saber partilhado entre o locutor e o receptor a mensagem que se quer transmitir. Exemplo de pressuposição temos na seguinte passagem, ainda de Vieira:

Ora, senhores, já que somos cristãos, já que sabemos que havemos de morrer, e que somos imortais, saibamos usar da morte, e da imortalidade. [18]

Em síntese: na sua função cumulativa de **figura argumentativa** e de **figura de estilo**, as chamadas **figuras de comunhão** tendem a obter do auditório uma participação ativa na exposição.

O mesmo se pode dizer dos *slogans* retomados em coro, que impressionam quem escuta e quem participa.

Do exposto decorrem as seguintes conclusões:

1) a progressão do discurso efetiva-se nas articulações da argumentação;

2) por conseguinte, considera-se a argumentação um importante elemento coesivo do discurso;

(17) VIEIRA, Pe. António. "Sermão do Santíssimo Sacramento". *Op. cit.*, p. 302
(18) VIEIRA, Pe. António. "Sermão da Quarta-feira de Cinza". *Op. cit.*, p. 217.

3) argumentação e retórica associam-se no processo de convencimento e de persuasão;

4) pode-se relacionar os efeitos do papel das figuras de retórica com os fatores gerais de persuasão;

5) a análise das figuras está, portanto, subordinada a uma análise prévia da argumentação.

Referências Bibliográficas

ANSCOMBRE, J. C. e DUCROT, O. "L'argumentation dans la Langue". In: *Langages* 42, Paris, Didier, Larousse, 1976.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. de Antônio Pinto de Carvalho. Rio, Ediouro, s/d.

BEAUGRANDE, R. de *Text, discourse and process: a multidisciplinary science of texts*. London, Longman, 1980.

BELLENGER, L. *A persuasão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

DUBOIS, J. *et alii*. *Retórica Geral*. Trad. de Carlos Felipe Moisés *et alii*. São Paulo, Ed. Cultrix / Edusp, 1974.

DUCROT, O. *Provar e dizer*. Trad. bras. Global Universitária, São Paulo, 1981 [1973].

________. *Argumentation et "topoi" argumentatifs.* Mimeografado.

DUMARSAIS, C. C. *Traité des Tropes.* Paris, Le Nouveau Commerce, 1977.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez Ed., 1984.

________. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo, Ed. Contexto, 1992.

MORIER, Henri. *Dictionnaire de poétique et de rhétorique.* Paris, PUF, 1975.

PAGLIANO, Antonino. *A vida do sinal: ensaios sobre a língua e outros símbolos.* Trad. e pref. de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1967.

PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS - TYTECA, L. *Tratado de la Argumentación. La Nueva Retórica.* Tradución Española de Julia Sevilla Muñoz. Madrid, Editorial Gredos, Biblioteca Románica Hispánica, 1989.

VIEIRA, P[e.] António. *Os Sermões*. Seleção com ensaio crítico de Jamil Almansur Haddad, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d.

VOGT, C. A. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas, Ed. Hucitec, FUNCAMP, 1980.

Pragmática Lingüística: Delimitações e Objetivos

Helena Hathsue Nagamine Brandão*

Comecemos com uma série de interrogações: quando um fato de linguagem constitui um fato pragmático? Qual o escopo de uma disciplina científica que se denomina Pragmática? Aliás, a Pragmática é uma disciplina autônoma ou é parte de uma ciência lingüística?

Devido à ambigüidade do termo, cujo sentido na linguagem corrente está geralmente relacionado a fatos concretos, adaptados à realidade ou a atos e efeitos reais, sob o rótulo geral de pragmática têm sido desenvolvidos estudos sobre as mais diferentes questões, nas mais diferentes áreas do conhecimento.

No campo dos estudos da linguagem, a Pragmática, que têm sido definida ora como o estudo da linguagem em uso, ora como o estudo da linguagem em contexto, ora como o estudo da relação do usuário da linguagem com a linguagem, diz respeito, sobretudo, à dimensão discursiva da linguagem.

Blanchet (1995, p. 9), por ex., apresenta as seguintes definições de Pragmática, todas elas colocando essa dimensão:

- *um conjunto de pesquisas lógico-lingüísticas (...) o estudo do uso da linguagem, que trata da adaptação das expressões simbólicas aos contextos referencial, situacional, acional e interpessoal (Encyclopedia Universalis);*
- *o estudo da utilização da linguagem no discurso e marcas específicas que na língua atestam sua vocação discursiva* (A. M. Diller e F. Récanati)*;*

(*) Professora Doutora da Área de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

- *o estudo da linguagem como fenômeno ao mesmo tempo discursivo, comunicativo e social* (F. Jaques)*;*
- *A Pragmática é esta sub-disciplina lingüística que se ocupa mais particularmente do emprego da linguagem na comunicação* (L. Sfez).

Pragmática e Retórica

Já se disse que a Pragmática é a Retórica dos antigos. Os antigos retóricos já refletiam sobre as relações existentes entre a linguagem, a lógica (sobretudo argumentativa) e os efeitos do discurso sobre o auditório. Para Aristóteles havia o discurso dialético e o discurso retórico. O primeiro se destinava ao "homem abstrato, reduzido ao estado de sujeito que partilha o código lingüístico do interlocutor" e o segundo tinha como alvo o homem real, dotado da faculdade de julgamento, de paixões e de hábitos culturais.

Se em Platão a Retórica implicava uma reflexão ética de alcance universal, em Aristóteles ela era um instrumento prático de manipulação pelo discurso. Nesse sentido, uma das tarefas essenciais da Retórica era justamente inventoriar os *topoi*, isto é, os pontos de vista pelos quais um assunto pode ser tratado. Este inventário permitiria ao locutor antecipar os movimentos do alocutário (objeções, dúvidas, resistências) e convencê-lo pelo seu discurso sem se contradizer.

Portanto, desde os antigos já se notava, através da Retórica – o estudo da força persuasiva do discurso, preocupação com questões relativas à eficácia do discurso e aos contextos em que era produzido. Esta preocupação esteve sempre, embora implicitamente, presente na história da reflexão européia sobre a linguagem que, pode-se dizer, está fundada na dissociação entre o lógico e o retórico (Maingueneau, 1990):

– o lógico, centrado na problemática da linguagem enquanto representação, se coloca a questão das condições do enunciado verdadeiro através da análise da proposição;
– o retórico, apanágio dos sofistas e dos retores, deixa de lado a questão da verdade para apreender a linguagem como discurso produtor de efeitos, como poder de intervenção no real, como ação, atividade.

Ao longo da história, entretanto, essas duas perspectivas, não caminharam de forma estanque, mas uma interferindo na outra; isto é, para ser mais preciso, os estudos privilegiaram o lógico, mas muitas vezes acabaram por terem que apontar aspectos pragmáticos que emergiam aqui e ali. Havia uma percepção dos elementos pragmáticos, mas estes eram tidos como secundários, pois o núcleo da preocupação estava centrado no conteúdo proposicional de enunciado e suas condições de verdade.

A própria gramática, ao longo da sua história, não deixou de levar em consideração um grande número de fenômenos hoje atribuídos ao campo da Pragmática. O estudo do modo, do tempo, das formas do discurso relatado, por exemplo, só podiam ser feitos, levando-se em conta a atividade enunciativa. Mas a preocupação essencialmente morfossintática da tradição gramatical jogava para a periferia o caráter pragmático desses fenômenos. Um elemento como "felizmente" em "Felizmente você chegou" era tratado apenas como um "advérbio de frase" e não enquanto elemento portador de um valor interacional entre interlocutores.

O objeto da Pragmática

A Pragmática tem por objetivo não o estudo da estrutura gramatical em si, como elemento auto-suficiente, ou melhor, como sistema.

Ela visa, ao contrário, à utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um alocutário em um contexto determinado. Ela está preocupada com a linguagem enquanto ação, atividade humana e as relações de interlocução aí estabelecidas.

Como um campo de estudos que visa a apreender a língua enquanto fato, acontecimento, realização concreta, a Pragmática desliza para o lado de uma lingüística da fala.

A propósito, seria interessante trazer a contribuição de Eluerd (1985). Elegendo como critério classificatório o fato de se considerar ou não as situações ordinárias da comunicação, esse autor distingue três tipos de análises lingüísticas:

1) aquelas que repousam na distinção saussuriana entre língua (código interiorizado) e fala (utilização desse código em cada ato particular de comunicação). A lingüística propriamente dita tem por objeto a língua que é social e independente do indivíduo, enfocando-a na sua relação com o elemento psíquico; a fala, considerada secundária, diz respeito à parte individual da linguagem, incluindo-se aí a fonação, tratando-se de um estudo psicofísico. Para fundar uma lingüística científica, elegem como objeto a língua e excluem a fala; ao excluírem a fala, procedem a três tipos de exclusão:

– a exclusão dos sujeitos falantes ordinários, que têm lugar apenas na fala;
– a exclusão do contexto ordinário mundano, que intervém no momento da fala;
– a exclusão dos usos ordinários da linguagem, a qual engloba e completa as duas precedentes (p. 9);

2) aquelas que, opondo-se às anteriores, recusam "o postulado do dispositivo língua/fala e se interrogam sobre a emergência do plano da língua na e pela comunicação mesma". Procuram abordar a lingua-

gem nos seus usos ordinários, vendo o binômio língua/fala como uma relação dialética e não excludente. Paralelamente, assim procedendo, nessas análises ditas pragmáticas, constituem elementos essenciais: o papel dos falantes, do contexto e dos usos ordinários da linguagem.

3) O autor aponta ainda um terceiro tipo de análises lingüísticas: aquelas que "se situam na fronteira mal definida em que a língua se *torna* fala e perscrutam os procedimentos desta passagem para a enunciação, com a ajuda de traços que ela deixa no enunciado". São as análises lingüísticas ditas do *discurso* e da *enunciação*.

A delimitação da Pragmática

A delimitação da Pragmática como um domínio específico do estudo da linguagem é atribuída não a um lingüista, mas a um filósofo e semioticista americano, Charles Morris, discípulo de Peirce.

Morris começa sua obra (*Fundamentos da teoria dos signos*, 1938), afirmando que o homem destaca-se entre os animais que fazem uso de signos por possuir um sistema de sinais complexo e elaborado. Apesar dos muitos estudos, para Morris faltava um estudo unificador dos sinais que abrangesse todos os resultados obtidos dos diferentes pontos de vista em que os sinais foram enfocados. Ele se propõe, então, à tarefa unificadora de esboçar uma teoria dos signos. Utiliza o termo *semiose* para designar qualquer processo em que algo funciona como sinal para alguém, isto é, em que algo significa alguma coisa para alguém.

A Semiótica seria o estudo das propriedades essenciais e dos tipos fundamentais de *semiosis*. Em qualquer semiose, há três elementos envolvidos: o próprio sinal, aquilo que ele designa e a pessoa para quem ele funciona como sinal. A relação semiótica básica é, portanto, uma

relação triádica entre um *sinal* (ou signo), uma *designação* e um *intérprete*. Uma teoria semiótica completa deve dar conta dessa relação triádica em toda sua generalidade e variações possíveis.

Uma teoria lingüística, como um ramo especial dessa teoria semiótica mais abrangente, deve descrever e explicar as propriedades da relação triádica que envolve: os sinais lingüísticos, suas designações e seus intérpretes.

Explicitando uma idéia que já havia sido sugerida por Peirce, metodologicamente, Morris propõe subdividir o estudo da relação triádica básica em três sub-disciplinas:

– Sintaxe – que apreenderia a dimensão sintática da semiose, estudando a relação formal dos signos entre si (relação signo/signo);
– Semântica – que apreenderia a dimensão semântica da semiose, estudando a relação dos signos com os objetos que eles designam (relação signo/mundo ou objeto referido);
– Pragmática – que apreenderia a dimensão pragmática da semiose, estudando a relação dos signos com os intérpretes ou usuários (relação signo/usuário).

Essas três sub-disciplinas tratam de aspectos distintos dos mesmos fatos semióticos. Mas, o pensamento de Morris não se apresenta unívoco, cada disciplina constituindo um domínio estanque em relação ao outro. Na verdade, Morris parece hesitar entre a idéia de que o componente pragmático atravessa o componente semântico (tendo, nesse caso, os signos, ao mesmo tempo, uma dimensão pragmática e uma dimensão semântica) e a idéia de que o componente pragmático se ocupa somente de um conjunto de fenômenos residuais de ordem psico-sociológica deixados de lado pela sintaxe e pela semântica.

Aliás, essa questão – como o componente pragmático faz parte da estrutura lingüística – explica a existência de duas posições dentro da Pragmática lingüística. De um lado, têm-se os *minimalistas* para quem a pragmática seria um componente entre outros da lingüística, figurando ao lado da sintaxe e da semântica. De outro lado, os *maximalistas,* aqueles que consideram o componente pragmático como permeando todo o conjunto do espaço lingüístico; para estes não existe nenhum fenômeno lingüístico que lhe possa escapar. O componente pragmático não é algo que se acrescenta do exterior a um enunciado, a uma estrutura gramatical uma vez que a linguagem se constitui de enunciações singulares, únicas que produzem um certo efeito no interior de um certo contexto verbal ou não verbal.

Essa divergência que domina o campo da pragmática e impossibilita aos estudiosos traçar-lhe um espaço mais delimitado é agravada ainda pelo fato de a Pragmática não se restringir aos estudos lingüísticos: filósofos, sociólogos, historiadores, psicólogos que trabalham com a questão do sentido e da comunicação são todos atingidos por preocupações pragmáticas. Vê-se, assim, a Pragmática ultrapassar os limites do discurso para tornar-se uma teoria geral da ação humana.

Sentido semântico e sentido pragmático

Entre aqueles que distinguem a Semântica da Pragmática, estão os que diferenciam uma semântica representacional de uma semântica pragmática. A primeira estuda as condições de verdade de uma frase, isto é, busca apreender seu sentido a partir da noção de verdade. Assim, conhecer o sentido de uma frase é conhecer as condições que devem ser preenchidas para que seja verdadeira. Uma frase como "A terra é redonda" só é verdadeira se o conteúdo aí representado coincide com a realidade.

A Pragmática, por tratar do uso que os sujeitos falantes fazem da linguagem, através de marcas lingüísticas específicas, vai se ocupar também do sentido, uma vez que o sentido de certas formas lingüísticas remete à sua utilização, isto é, descreve o próprio ato de sua enunciação: por ex., os dêiticos de pessoa, tempo, lugar; a ordem das palavras; o tempo e o modo verbal etc. Assim, a enunciação, como diz Récanati (1979, p. 7) é também portadora de sentido: "o sentido não está só no que é dito, mas também no próprio ato de dizer algo num determinado contexto".

Para ele ainda, "um enunciado não só representa um certo estado de coisas, mas também exprime os pensamentos e os sentimentos do locutor, e ele suscita ou evoca no ouvinte sentimentos. Esta parte do sentido de um enunciado que tem relação com os interlocutores – o que o enunciado exprime ou o que ele evoca – pode ser chamada seu *sentido pragmático* em oposição ao seu conteúdo representativo ou *sentido semântico*" (p. 7).

Esse autor coloca o paralelo que os adeptos de uma semântica clássica, representacional têm estabelecido para distinguir um sentido semântico de um sentido pragmático. Para eles, o sentido semântico é o sentido verdadeiro, autêntico, essencial, pois sendo descritivo, designativo representa um estado de coisas e atende às condições de verdade. O sentido pragmático, ao contrário, sendo subjetivo, emotivo, variável de acordo com o contexto, é inessencial; é considerado secundário, apenas um elemento que matiza a frase, uma vez que não exerce função nenhuma na determinação da verdade ou falsidade das frases.

Se o objeto da Semântica é a frase-tipo, isto é, a frase fora do contexto, abstraída do uso, enquanto entidade abstrata com validez universal, o objeto da Pragmática é a frase-ocorrência, ou melhor, o enunciado inscrito no acontecimento singular que é cada ato de enunciação, portanto, entidade concreta e fluida.

Na Semântica, o signo é símbolo, isto é, é associado ao que ele significa ou representa por convenção; portanto, a significação da frase é convencional. Na Pragmática o signo é índex, isto é, é associado existencialmente ao objeto que ele representa, tratando-se de uma associação de fato, circunstancial e não por convenção; portanto, o sentido é indexical.

A Semântica (juntamente com a Sintaxe) estuda a linguagem enquanto constituída por um sistema de regras ou convenções; daí, a sua proximidade com a lógica e sua inclusão no chamado "núcleo duro" da lingüística. A Pragmática, por sua vez, estuda a linguagem de um ponto de vista por assim dizer exterior: ela não se centra no estudo da linguagem em si, mas, sobretudo, no uso que se faz dela. Por estudar o comportamento empírico dos sujeitos falantes, ela dá margem a abordagens psicológicas, sociológicas ou etnometodológicas.

As diferentes Pragmáticas

Centrada na relação signo-usuário, o papel dos sujeitos falantes é crucial para a Pragmática. Analisando historicamente o percurso da Pragmática sob o foco desse papel, Guimarães (1983) vê duas direções que determinaram o surgimento das diversas pragmáticas conforme o usuário seja levado em conta:

– apenas como elemento secundário para determinar a relação da linguagem com o mundo, dando-se ainda relevo à questão da referência ou
– enquanto elemento cada vez mais proeminente na sua relação com a linguagem.

1. Numa primeira fase, o usuário é considerado apenas para atestar a relação da linguagem com o mundo. Isto é, esta Pragmática está ainda subordinada ao problema da referência, compromissada ainda com a questão do valor de verdade das proposições, do valor da linguagem enquanto representação de mundo. Está, portanto, ainda presa à semântica representacional. Fazem parte dessa tendência:

a) a pragmática de Morris: o usuário é considerado como intérprete do signo e não na sua relação com outro usuário, numa instância interlocutiva. Isto é, não há preocupação com a relação usuário-usuário, mas com a relação usuário-mundo;
b) a pragmática indicial de Bar-Hillel (1954) que se preocupa, fundamentalmente, em determinar como o contexto é necessário ou contribui para a especificação do valor de verdade das sentenças que são chamadas de sentenças indiciais. Em sentenças como "Este carro é amarelo", saber o lugar em que se disse essa frase é importante para se determinar se a propriedade "amarelo" é verdadeira ou falsa; igualmente, em "Eu viajo hoje" saber quem disse a sentença e quando o disse são fatores determinantes para se decidir sobre o valor de verdade da proposição.

2. Numa fase posterior da Pragmática, o usuário passa a ser considerado na sua relação com a linguagem, incorporando-se, gradativamente, a relação locutor-alocutário. Tem-se, então, a Pragmática da Interlocução que se desenvolve em três direções:

2.1 A pragmática conversacional de Grice: no seu texto "Lógica e Conversação"(1975) afirma que quando um locutor fala, ele fala com uma intenção e procura fazer com que seu ouvinte reconheça na sua fala esta intenção. É importante ressaltar, nesta colocação de Grice,

dois elementos: a intenção do locutor quando fala e o reconhecimento dessa intenção pelo ouvinte. Para esse reconhecimento, há princípios gerais que regulam a maneira pela qual, numa relação de conversação, o ouvinte pode reconhecer, por um raciocínio seu, a intenção do locutor e assim depreender o significado do que ele diz. Estabelece, dessa forma, um princípio geral e amplo que rege toda situação de conversação, o Princípio de Cooperação, formulado da seguinte maneira: "Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado".

Emprestando a Kant suas categorias, distingue ainda, subjacentes ao Princípio da Cooperação, categorias que se expressam pelas seguintes máximas:

– Categoria da Quantidade – relacionada com a quantidade de informação:

1a. máxima: "Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação)";
2a. máxima: "Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido".

– Categoria da Qualidade – apresenta uma supermáxima: "Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira" que se desdobra em duas máximas mais específicas:
1a. máxima: "Não diga o que você acredita ser falso";
2a. máxima: "Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada".

– Categoria da Relação – máxima: "Seja relevante".

– Categoria do Modo – relacionado não ao que é dito (como nas categorias anteriores), mas sim a como o que é dito deve ser dito. Supermáxima: “Seja claro” que se desdobra em várias máximas:

1. “Evite obscuridade de expressão”;
2. “Evite ambigüidades”;
3. “Seja breve (evite prolixidade desnecessária)”;
4. “Seja ordenado” etc.

O sentido é depreendido pelo ouvinte através de inferências, levando em conta a situação em que se disse e as máximas conversacionais. Um enunciado do tipo “A lâmpada queimou” pode não ter o valor enunciativo de uma afirmação, mas o de um pedido ou ordem: “Troque a lâmpada”. É importante aqui a distinção que se faz entre implicatura convencional e implicatura conversacional; a primeira se depreende por marcas, pistas lingüísticas inscritas no enunciado e a segunda, levando-se em conta fatores “extra-lingüísticos” tais como o contexto, papel dos interlocutores, conhecimentos partilhados entre eles, a intencionalidade subjacente ao ato de fala.

Esta pragmática considera os usuários na situação de interlocução (relação usuário-usuário), mas é uma Pragmática que ainda gravita em torno de uma concepção de linguagem enquanto representação, sobretudo pelo relevo que dá à questão da informação (pela máxima da Quantidade) e da verdade (pela máxima da Qualidade).

2.2 Pragmática Ilocucional: engloba a teoria dos atos de linguagem, desenvolvida inicialmente por Austin, depois retomada por Searle e um grande número de estudiosos.

Esta Pragmática considera também como fundamental a questão da intenção do locutor e seu reconhecimento pelo ouvinte. É,

portanto, uma Pragmática da relação locutor-ouvinte e a linguagem passa a ser vista como ação entre interlocutores.

Para Austin, a linguagem não é usada apenas para informar, mas para realizar vários tipos de ação. Dessa forma, desloca a tradição da semântica lógica, representacional de que o que interessa no significado das sentenças é o seu valor de verdade.

A grande contribuição de Austin (1962) foi distinguir, ao lado das enunciações constatativas (por ex.: "Chove"), reconhecidas tradicionalmente pelos filósofos, a existência das enunciações performativas (por ex.: "Prometo que virei"). Enquanto aquelas tratam do **dizer**, isto é, são usadas para falar sobre as coisas como constatar fatos, descrever estados, objetos, relatar ocorrências e podem ser qualificadas sobre o eixo do verdadeiro e do falso (se correspondem ou não à realidade referida), estas tratam do **fazer**, pois não podem ser definidas em termos de verdadeiro e falso, mas sobre o eixo felicidade/infelicidade. Produzir uma enunciação performativa é realizar uma ação pelo fato mesmo de proferir certas palavras (ex.: *prometer, agradecer, avisar, advertir, jurar,* sempre na 1ª pessoa presente do indicativo, voz ativa) Mas, para isso, é necessário que certas condições – condições de felicidade – sejam preenchidas:

a) as circunstâncias e as pessoas envolvidas no ato devem ser apropriadas;
b) as pessoas devem ter a intenção de assumir o comportamento implicado;
c) a enunciação performativa acarreta certas conseqüências, como obrigações, sanções.

Se essas condições não forem preenchidas, o ato de enunciação será considerado infeliz e ocorrerão choques de naturezas diferentes. Austin os qualifica de *insucesso* (se por ex., o enunciado "Eu te batizo

Queen Elisabeth", não for proferido pela pessoa adequada e não for acompanhado do ritual próprio a este ato – o de batizar um navio), de abuso (se, por ex., em "Prometo que virei", o autor da promessa não tiver a intenção de a sustentar).

Austin percebeu, mais tarde, que o critério das propriedades definitórias (verdadeiro x falso, felicidade x infelicidade) utilizado para diferenciar atos de fala constatativos e performativos não resistia à análise, uma vez que:

a) as enunciações constatativas apresentam certa dimensão performativa na medida em que ao constatarem (descrevendo, relatando etc.) um estado de coisas, o fazem de um certo modo. Isto é, além da relação entre enunciação e estado de coisas representado, é importante considerar o *modo* como as palavras se referem às coisas; e esse modo é definido por uma convenção que é socialmente estabelecida. Assim, as enunciações constatativas servem também para estabelecer um modo de interação ou comunicação entre locutor e alocutário na medida em que pressupõe a crença deste;
b) as enunciações performativas, por sua vez, também carregam uma dimensão constatativa, na medida em que, muitas vezes, necessitam ser avaliadas na escala verdadeiro/falso. Por ex., para um juiz proferir a sentença: "Declaro-o culpado", é necessário que se leve em conta não só a forma do procedimento estabelecido pela convenção, como também o conjunto de fatos que descreve.

A percepção desses problemas coloca em cheque a oposição excludente entre enunciação performativa/enunciação constatativa, fazendo Austin buscar uma teoria mais explicativa dos atos de linguagem baseada numa distinção de níveis de estrutura dos fatos lingüísticos. Procurando ver em que sentido "dizer algo" se torna "fazer

algo", propõe distinguir três tipos de atos realizados pela atividade enunciativa:

a) "dizer algo é, na plena acepção de dizer, fazer algo"; o que corresponde à execução de um ato locutório. Mais precisamente, o ato locutório se constitui de três atos: fonético, fático, rético. "O ato fonético é a simples produção de sons. O ato fático é a produção de vocábulos ou palavras, isto é, de sons de um certo tipo pertencentes a um vocabulário [...] e se conformando a uma gramática [...] O ato rético, enfim, consiste em empregar esses vocábulos em um sentido e com uma referência mais ou menos determinados (Austin, 1970, p. 109).
b) a produção de um ato locutório acarreta automaticamente a de um ato ilocutório, isto é, "de um ato efetuado em dizendo algo" (p. 113). Nesse sentido, são atos ilocutórios, atos do tipo: colocar uma questão, responder, dar uma informação, enunciar um veredicto ou uma intenção, pronunciar uma sentença, fazer uma nomeação, um apelo, uma advertência, uma crítica, etc. O ato ilocutório caracteriza-se:

– por descrever um aspecto não denotativo da significação (a que Austin, p. 113, chama *valor*) que é função do emprego da frase em um contexto de enunciação determinado;
– pelo seu aspecto convencional. Para Austin (p. 115), cada ato ilocutório pode ser explicitado, parafraseado por uma fórmula performativa.

c) "dizer algo torna-se fazer algo" tem, segundo Austin, ainda um terceiro sentido, decorrente de que "dizer algo provocará, muitas vezes, certos efeitos sobre os sentimentos, os pensa-

mentos, os atos do auditório ou daquele que fala ou de outras pessoas ainda" (p. 114). Trata-se do ato perlocutório que se distingue do ato ilocutório:

– pelo seu caráter não-convencional. Se "convencer" denota um ato perlocutório, isto é, as conseqüências ou efeitos de certas argumentações, o fato de se enunciar "eu o convenço que p" não garante a realização desse ato;
– por não se realizar dizendo ("in saying"), mas pelo fato de dizer ("by saying"): "pelo ato X (ilocutório) eu faço Y (um perlocutório)".

Em relação aos ilocutórios, outra contribuição a ser mencionada é a de Searle (1969). Ao definir as condições de emprego dos atos de linguagem, ele se propõe a isolar-lhes o componente ilocutório. Chega, com isso, a uma representação dos atos de linguagem, atribuindo e especificando-lhes uma força (ou valor) ilocutória.

Para Searle, na enunciação de uma frase, pelo menos três atos distintos são efetuados: o ato de enunciação, o ato proposicional e o ato ilocutório. Para especificar esses conceitos, considera os enunciados:

(1) X fuma muito.
(2) X fuma muito?
(3) X, fume muito.
(4) Que X fume muito.

Enunciar cada frase acima é realizar um ato de enunciação. Em cada uma dessas frases, embora o enunciador realize atos diferentes – uma asserção, uma questão, uma ordem, um desejo – ele o faz a partir de um ato de natureza idêntica, pois, em todos eles, refere um indiví-

duo (X) e lhe atribui (predica) uma determinada propriedade (fumar muito). Isto é, os quatro enunciados têm a mesma referência e a mesma predicação. O ato proposicional é esse ato de referir e de predicar.

Ao afirmar, colocar uma questão, ordenar, desejar, prometer, asseverar, etc., o enunciador estará realizando um ato ilocutório. Essa distinção entre ato proposicional e ato ilocutório vai possibilitar a Searle isolar o conteúdo proposicional de um ato de linguagem de seu valor ilocutório. Assim, os enunciados acima têm o mesmo conteúdo proposicional: “X fuma muito”, mas valores ilocutórios (ou força ilocucionária) diferentes: de asserção, de questão, de ordem, de desejo. Em português, os processos utilizados para marcar esta força ilocucionária seriam, por ex.: a ordem das palavras, a entoação, a pontuação, o modo do verbo, os verbos chamados “performativos”. O locutor pode indicar o tipo de ato ilocutório que realiza introduzindo suas frases com: “desculpe-me”, “declaro”, mas normalmente é o contexto que permitirá estabelecer a força ilocucionária da enunciação (p. 44).

Estendendo essa distinção entre conteúdo proposicional e valor ilocutório a todos os atos de linguagem, Searle concebe uma fórmula para representar a estrutura desses atos:

$$F(p)$$

Em que: – F é o marcador de força ilocutória que indica “a maneira pela qual é preciso considerar a proposição, isto é, qual será a força ilocucionária a atribuir à enunciação” (p. 43);

– p é o conteúdo proposicional.

De acordo com essa fórmula, os enunciados acima teriam respectivamente as seguintes representações semânticas:

(1) Asserção (X fumar muito)
(2) Questão (X fumar muito)
(3) Ordem (X fumar muito)
(4) Desejo (X fumar muito)

O conceito de ilocutório, desenvolvido por esses dois filósofos anglo-saxões, será retomado por Ducrot, Anscombre e, entre nós, Vogt.

2.3 Segundo Ducrot (1977, p. 285-6), o ato ilocutório, como todo ato, é uma atividade destinada a transformar a realidade. Essa transformação é de natureza jurídica. Isto é, todo ato ilocucional é um ato jurídico na medida em que coloca em jogo uma mudança nas relações legais entre os interlocutores – locutor e destinatário, personagens do diálogo. Por ex., o ato ilocutório de perguntar tem como propriedade colocar o interlocutor na obrigação de responder (na medida em que o autor de qualquer ato ilocutório cria uma obrigação pela sua própria fala), e tornar o destinatário sujeito de uma obrigação.

Na realidade, conforme acrescenta Ducrot, não se trata de o locutor, pelo simples fato de enunciar falas, criar uma obrigação, mas de ter uma *pretensão* para criar uma obrigação. Essa concepção da natureza da transformação jurídica que se opera nas relações de comunicação, através do ato ilocucional, como "uma simples pretensão", é que separa Ducrot da posição de Austin e de Searle para os quais "o ilocutório é uma transformação real do mundo". Ducrot se opõe ao "juridismo realista" dos filósofos da linguagem, ao reconhecer:

– o caráter sui-referencial do ato ilocutório. Para Ducrot, não apenas os performativos são sui-referenciais, mas também todo ato ilocutório na medida em que "dizer que o enunciado E serviu para cumprir o ato ilocutório A, é implicar que no sentido mesmo de E, há

uma alusão a E". Ao estender o caráter sui-referencial a todo ato ilocutório, Ducrot quer dizer que todo ato ilocutório remete à sua própria enunciação, isto é, todo enunciado traz dentro de si uma qualificação de sua enunciação ;

– a "intencionalização das transformações jurídicas". Ducrot reconhece um caráter intencional fazendo parte da própria natureza do ato ilocutório. Isto é, os direitos e deveres colocados por um ato ilocutório são determinados "pela existência de uma intenção, ligada a esse ato ilocutório. Mas, esse universo de direitos e deveres criados pela enunciação do ato ilocutório e que o locutor gostaria de impor ao destinatário pode ser recusado por este, que o reduz assim a uma pura pretensão". (p. 293)

Outra contribuição de Ducrot, agora juntamente com Anscombre (1976), diz respeito às relações entre os níveis sintático, semântico e pragmático. Esses autores são contra o estabelecimento de uma ordem linear entre esses três níveis, pois para eles,

> *há na maior parte dos enunciados certos traços que determinam seu valor pragmático independentemente de seu conteúdo informativo. E esses traços não podem ser sempre considerados como traços marginais [...] Trata-se, muitas vezes, ao contrário, de marcas imbricadas na estrutura sintáxica* (p. 7).

Atendo-se às relações entre os níveis semântico e pragmático, analisam, por exemplo, a diferença de comportamento entre algumas conjunções (*já que, pois, entretanto*), que lhes permite defender uma interpretação ao mesmo tempo semântica e pragmática contra uma leitura linear que apreenderia primeiro o valor informativo dessas conjunções e das proposições por elas ligadas para introduzir, num segundo momento, uma leitura pragmática. Para eles,

> *a descrição semântica de um enunciado não se pode reduzir, em qualquer nível que seja, a uma semântica informativa (a de Morris), mas [...] deve conter, desde a partida, indicações que concernem à utilização eventual deste enunciado para apoiar tal ou tal tipo de conclusão* (p. 12-3).

Introduzem, assim, através da sua teoria da argumentação na língua (ANL), a noção de argumentação como um traço constitutivo de numerosos enunciados e a necessidade de, ao se descrever um enunciado desta classe, dizer que orientação ele traz – ou ainda – num sentido mais restrito, em favor de que ele pode ser argumento.

A argumentatividade é, segundo essa ótica, um valor pragmático que não deve ser considerado como derivado, mas como primeiro. Nesse sentido, a argumentação é concebida como um ato lingüístico fundamental, ou seja, é um elemento básico, estruturante do discurso. E a noção de estrutura argumentativa, objeto daquilo que passa a denominar de *retórica integrada*, seria uma orientação interna dos enunciados para determinado(s) tipo(s) de conclusão(ões), orientação que está inscrita na própria língua e, portanto, não dedutível dos puros valores informativos.

Finalmente, Vogt (1983, p. 11), de filiação ducrotiana, também considera a linguagem como forma de ação. Ação dramática, teatral que não tem finalidade nem eficácia fora da sua própria representação; para ele,

> *o jogo de representações acionado pela atividade lingüística põe a linguagem na cena de um espetáculo maior e mais complexo: o da história, da cultura e das máscaras sociais que, embora coladas ao nosso rosto, nem sempre sabemos o que significam e nem porque as portamos.*

Privilegiando a noção de sentido lingüístico visto como "função

das combinações possíveis de um enunciado com outros enunciados da língua" e também como "função das relações que um enunciado estabelece com outros enunciados pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo", esse autor propõe um estudo macrossintático ou semântico-argumentativo da linguagem.

Conclusão

A Pragmática, não trabalhando o estritamente lingüístico, mas deslizando para um terreno que o ultrapassa, permite "pensar os fenômenos lingüísticos não apenas como língua mas como linguagem", afirma Vogt. No entanto, foi justamente essa preocupação com fatores não propriamente lingüísticos que a fizeram ser colocada por muito tempo à margem dos estudos da ciência lingüística. À medida que a evidência desses fatores vai se impondo, vai ganhando corpo seu estatuto de disciplina lingüística. A análise de seu percurso nos mostrou o gradativo deslocamento de uma semântica representacional, centrada na questão da linguagem enquanto representação da realidade e na questão da vericondicionalidade, para a noção de sentido que se constitui e se constrói cada vez mais levando em conta questões do uso, do contexto, da interlocução. Assumindo privilegiadamente a função interlocutiva da linguagem, a Pragmática hoje incorpora noções como heterogeneidade discursiva, dialogismo, polifonia. Coerente com uma visão de linguagem enquanto heterogeneidade, diversas também têm sido as suas práticas.

Referências Bibliográficas

ANSCOMBRE, J.C.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. In LANGAGES

nº. 42. Paris, Larousse, 1976, p. 5-27.
ARISTÓTELES. *Réthorique* (Livre I) Tome ler. (texte établi et traduit par M. Dufour). Paris. Les Belles Lettres. 1932.
AUSTIN, J. L. *Quand dire c'est faire*. Trad. de G. Lane. Paris, Seuil. 1970 [1962]. (Tít. original: *How to do things with words*).
BLANCHET, Ph. *La Pragmatique. D'Austin à Goffman*. Paris, Bertrand-Lacoste, 1995.
DUCROT, O. *Princípios de Semântica Lingüística; dizer e não dizer.* Trad. de C. Vogt e outros. São Paulo, Cultrix. 1977 [1972] (Tít. original: *Dire et ne pas dire*).
________. "Illocutoire et performatif". In *Dire et ne pas dire*. Paris, Hermann. 2éd. corrigée et augmentée. 1980, p. 279-305,[1977].
ELUERD, R. *La pragmatique linguistique*. Paris, Nathan, 1985.
GRICE, H. P. "Lógica e conversação". In Dascal, M.(Org.) *Fundamentos metodológicos da Lingüística*, vol. IV. Campinas, edição do organizador. 1982. p. 81-103. [1968] (Trad. de "Logic and conversation").
GUMARÃES, E. R. J. "Sobre alguns caminhos da Pragmática". In: *Sobre Pragmática*. Uberaba, MG, FIUBE. 1983.
MAINGUENEAU, D. *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris, Bordas, 1990.
MORRIS, Ch. *Fundamentos da teoria dos signos*. Trad. Milton J. Pinto. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca; São Paulo, EDUSP, 1976 [1938]. (Tít. original: *Foundations of the theory of signs*).
RÉCANATI, F. "Le développement de la pragmatique". In *LANGUE FRANÇAISE* nº. 42. Paris, Larousse, 1975, p. 6-20.
SEARLE, J. *Os atos de fala. Um ensaio de filosofia de linguagem*. Trad. C. Vogt e outros. Coimbra, Liv. Almedina. 1981 [1969]. (Tít. original: *Speech acts. An essay in the Philosophy of Language*).
VOGT, C. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas, Hucitec-FUNCAMP, 1980.
________. "Pragmática: o rosto e a máscara da linguagem". In: *Sobre Pragmática*, Uberaba, MG. FIUBE, 1983.

Argumentação e Discurso

Maria Adélia Ferreira Mauro*

Embora o tema se enuncie de uma forma abrangente, não tenho a pretensão, nesse breve encontro, de efetuar o percurso exaustivo dos caminhos dessa discussão, particularmente, no interior de domínios que, historicamente, lhe são próprios, como a Retórica e, mais recentemente, as suas herdeiras a Nova Retórica, a Análise do Discurso e a Pragmática.

Eximindo-me do compromisso com essa reconstrução histórica das idéias, tomo, entretanto, como referencial, o *Tratado da Argumentação de Perelman* (1996) com o intuito de circunscrever as noções que possam orientar a análise do discurso argumentativo escrito: discurso produzido em situação com a finalidade de obter a adesão de um interlocutor. E no âmbito da Nova Retórica não é possível deixar de evocar a contribuição de Aristóteles para o resgate e a valorização da *lógica do verossímil* que, posta ao lado da *lógica da verdade*, vem a distinguir os dois campos de aplicação do raciocínio humano: o raciocínio argumentativo e o raciocínio demonstrativo. Neste, as premissas são verdadeiras (necessárias e permanentes) naquele, o ponto de partida do raciocínio humano está assentado em premissas verossímeis (prováveis e controversas)[1].

Essa divisão vem distinguir, assim, campos preferenciais de aplicação desses modos de raciocinar: a demonstração, no interior dos sistemas formais construídos pelos lógicos, mediante a elaboração de uma

(*) Professora Doutora da Área de Semiótica e Lingüística Geral do Departamento de Língüística, FFLCH/USP.

(1) Essas considerações se apóiam nas formulações de Gilles Declerq (cf. DECLERQ, Gilles. *L'Art d'Argumenter. Structures rhétoriques et littéraires.* Paris, 1992, p. 31-40).

linguagem artificial e unívoca; a argumentação, no universo dos discursos construídos em linguagem natural e polissêmica, em situações de debate, de decisão e escolha (Perelman, 1996).

Portanto, se nos sistemas formais, a demonstração de um axioma se funda em proposições evidentes que em si mesmas já trazem implicadas a própria certeza, nos processos comunicativos, cuja finalidade é conseguir a adesão de um dado *auditório*, a argumentação se baseia no caráter provável de opiniões. Ainda, se o raciocínio demonstrativo conduz a uma conclusão verdadeira e inescapável

Todo homem é mortal.
Sócrates é homem.
Logo, Sócrates é mortal.

o raciocínio argumentativo conduz o *auditório* a *aceitar* uma conclusão verossímil [2], como em

> *Sexta Feira, 13, agosto, é de fazer medo. Mas eu não tenho nada contra agosto, que sempre me tem tratado bem. Mas é preciso ter cuidado, porque é uma conjugação séria. Tenho muitas superstições. Até além da conta, mas nunca de agosto e gato preto. Já o mesmo não digo do 13. Podendo escrever 12, escrevo. É quase uma coisa instintiva, gesto de defesa, uma vacina contra possíveis males. Agora, que agosto é um mês que não ajuda a julgar bem as coisas políticas, isso é verdade. Jânio e Getúlio sofreram seus eflúvios. Collor teve o seu maior martírio em agosto. Presidente, eu ouvia com receio as profecias*

(2) Muito do que está sendo aqui apresentado deve-se às idéias de Perelman tanto na "Introdução" quanto na Primeira Parte, principalmente, no parágrafo 1 do seu *Tratado da Argumentação* (1996). São igualmente aproveitadas as idéias de Fábio Ulhoa Coelho no "Prefácio" à edição brasileira do *Tratado.*

> *sobre o caos: 'Agosto vem aí... Vai ser agosto'. Mas os meus santos maranhenses me protegeram e protegem. Minha rotina não vai se alterar. Mas é bom dizer como aquele ateu: 'Sou ateu, graças a Deus'* (FSP, A-2, 12/08/93).

Desse modo, diferentemente da demonstração, o raciocínio argumentativo se apresenta como menos coercitivo e mais pluralista. E, em sendo um raciocínio que se exercita na e através da discursividade, esse trabalho persuasivo não deixa de envolver também a dimensão intersubjetiva e, conseqüentemente, abre-se à influência dos fatores psicológicos, afetivos, sócio-culturais, ideológicos. Embora a subjetividade marque a natureza desses discursos persuasivos, a persuasão não renuncia à razão. A razão, segundo Perelman (1996), *é usada para dirigir nossa ação e para influenciar a dos outros.*

1. Argumentação e discurso jornalístico: o âmbito da opinião

A opção por analisar o processo argumentativo no campo do discurso jornalístico nos conduz, enquanto leitores assíduos da mídia impressa, a "visitar" o espaço da página editorial e de opinião – espaço discursivo que abriga a opinião da própria empresa jornalística (o editorial); a opinião dos vários segmentos da sociedade aí representados por seus porta-vozes (os artigos assinados); a opinião dos leitores (Cartas à Redação); a opinião do chargista político –. Em decorrência, a função dessa página é instaurar o embate de perspectivas diferentes e tornar pública a discussão das opiniões em confronto na sociedade, no momento.

Diante desse quadro enunciativo, polifônico e historicamente situado pode-se escolher por analisá-lo a partir da perspectiva do locutor/enunciador institucional – a voz do jornal –. Nesse caso, duas

alternativas se oferecem: a primeira, é a possibilidade de identificar os indícios de uma racionalidade que se mostra no procedimento de composição e diagramação dos textos, em sua seleção e na constituição do intertexto na página; outra, que se voltaria à análise do editorial enquanto um tipo de discurso argumentativo. A natureza argumentativa desse tipo de discurso se define tanto pela matéria da qual se ocupa quanto pelo método que subjaz e orienta o processo de sua constituição (Declerq, 1990).

É o que se pode observar, examinando um conjunto de editoriais publicados em dois jornais da imprensa paulista – O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo – no período da campanha eleitoral para Presidente do Brasil, no ano de 1989[3]. Aqui, o critério que preside a escolha dos temas preferenciais dos editoriais dizem respeito às ações dos homens: dos candidatos; dos políticos e seus partidos; dos homens da imprensa; dos membros do Executivo e de outros Poderes e instâncias; de representantes da sociedade civil, em síntese, são ações que os editoriais buscam levar o (e)leitor a escolher, a fazer, no caso, uma

Opção pela Modernidade (O ESP, A-3, 10/12/89)

ou levá-lo a evitar a

Marcha Insensata Rumo ao Haiti (O ESP, A-3, 06/06/89)

(3) Para análise e exemplificação, vali-me dos editoriais que constituem o *corpus* de minha pesquisa individual. O conjunto dos textos (88 editoriais), repartidos pelos jornais **O Estado de São Paulo** e **Folha de São Paulo**, abrangem os eventos da campanha eleitoral para Presidente, a eleição e a instalação do novo governo, no período compreendido entre junho de 89 a junho de 90. Desse conjunto, "recortei" aqui, para análise e exemplificação, um subconjunto referente aos eventos da campanha eleitoral no 1° turno, de junho a outubro de 1989.

Outro critério que permite identificar a marca da argumentação presente nesse tipo de discurso é o caráter controvertido e contingente dos objetos que se oferecem à deliberação (Declerq, 1990, p. 32). Nesse aspecto, o editorial aproxima-se bastante do que afirma Aristóteles a respeito da natureza da argumentação: *Nous ne deliberons que sur les questions qui sont manifestement susceptibles de recevoir deux solutions opposés; (...)* (livre I, 2, 1357[a], 4-7).

Esse caráter polêmico se enuncia, no contexto da página editorial, quando se confrontam os títulos dos editoriais que sinalizam perspectivas diferentes na apreciação de um mesmo acontecimento, no caso, a avaliação sobre o período político-administrativo que se inicia com a vitória de Collor em 1989:

Novo desafio (FSP - A-2, 03/12/89)

Um novo tempo (O ESP - A-2, 03/12/89)

Ou, constitutivamente, o próprio discurso “trabalha” essa controvérsia, em seu interior, através da técnica argumentativa da refutação, como se pode verificar nos fragmentos (3) (3a) adiante citados.

Portanto, o editorial, ao escolher como matéria o campo das relações sociais e políticas, caracteriza-se como um espaço discursivo privilegiado para o exercício da deliberação, da discussão e da argumentação.

E como método? Como procede o locutor institucional (o jornal) para empreender esses percurso de reflexão, cuja finalidade é levar o seu interlocutor a decidir-se por uma das candidaturas?

Antes que se fale em método, porém, uma condição prévia se impõe: a necessidade da existência de um acordo intelectual, de um contato dos espíritos, de uma relação intersubjetiva. Ou seja, é em

função de um auditório, definido por Perelman *como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*, que um 'orador' desenvolve o seu raciocínio discursivo.

Portanto, o conhecimento do auditório, tanto de suas paixões quanto de suas crenças e ideologia, é condição prévia de qualquer argumentação eficaz. É só conhecendo aqueles dos quais se pretende a adesão que o locutor pode selecionar os procedimentos e os recursos argumentativos adaptados a esse auditório. Mas quem é esse público? Quais suas convicções, quais são suas opiniões, valores, crenças, ideologia?

É desvelando os procedimentos e os recursos argumentativos selecionados pelo locutor na construção do discurso que a imagem desse público vai transparecer.

Um desses procedimentos diz respeito à escolha do tipo de premissa que vai ser utilizada como ponto de partida para o desenvolvimento da argumentação.

2. O ponto de partida da argumentação

Examinando sobre quais premissas os editoriais assentam o seu raciocínio, observa-se que, independentemente do tipo de objeto escolhido para estabelecer o acordo com seu público, o locutor/enunciador formula tais premissas, tendo em vista os conhecimentos e as representações presumidamente admitidas.

Esses conhecimentos pressupostos que interligam os participantes do jogo argumentativo – no caso, o jornal e o (e)leitor – alicerçam-se sobre as presunções partilhadas a respeito do quadro político brasileiro; as presunções sobre o quadro partidário e candidaturas, particularmente, a da campanha eleitoral de 1989; as presunções relativas às normas que presidem o processo eleitoral numa sociedade de-

mocrática; as presunções comungadas a respeito da função da imprensa no debate político; as presunções de que os fatos e temas postos em perspectiva despertam interesse...

Assim pressupondo o partilhamento desses conhecimentos e representações, o locutor/enunciador introduz as premissas que servirão de base à construção de seu raciocínio. Nos editoriais analisados, é o fato como premissa – e este quando enunciado converte-se em verdade – que é utilizado como ponto de partida do raciocínio argumentativo. Em sendo fato não pode ser contraditado, e a adesão a ele só pode ser a de um auditório considerado na sua universalidade (Perelman, 1996):

> *(1) A 29 de julho, o Estado e o Jornal da Tarde publicaram reportagem de Eduardo Reina, enviado especial da Agência Estado a Maceió, na qual se fazia menção a projeto de lei de autoria do então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, reclassificando servidores e permitindo o acesso ao funcionalismo de pessoas sem concurso público. O repórter apurou que o projeto, transformado na Lei nº 4.691, aprovada graças ao esforço da bancada governista na Assembléia Legislativa de Alagoas, no último dia de 1987, terminou por beneficiar não muitas pessoas. Entre esses privilegiados, figuram nove parentes diretos do ex-governador, 19 familiares de sua mulher, Rosane Malta Collor, oito membros da família do então líder da bancada governista, Cleto Falcão, 11 parentes de Antônio Holanda, à época secretário da Saúde do Estado, sete de Afrânio Vergetti, então secretário da Agricultura, e dez de Moacir Andrade, atual governador e, na ocasião, fiel vice-governador do próprio Collor* (O ESP, A-3, 02/08/89).

Aqui, as evidências trazidas a público pela investigação jornalística tem um claro objetivo argumentativo: as proposições enunciadas, particularmente aquelas sinalizadoras de *lugares da quantidade* são ele-

mentos de prova suficientemente fortes para "quebrar" a imagem do candidato e estão a exigir resposta.

Portanto, é importante que se note que as premissas que expressam fatos não são apenas utilizadas para preparar o raciocínio, como acontece nessa parte introdutória do editorial:

> *(2) A troca de acusações entre o ministro da Justiça, Oscar Corrêa, e o candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, é o resultado até certo ponto previsível de uma campanha em que expectativas de moralização surgem como a pedra de toque para a conquista do respaldo popular* (FSP, A-2, 13/07/89).

Se em (2) o fato entrou apenas como suporte para a argumentação, as premissas que expressam fatos, podem já se constituir como uma prova da argumentação, como já se observou no fragmento (1) e novamente aqui em (3), em articulação com (3a):

> *(3) O candidato do PMDB à Presidência da República, deputado Ulysses Guimarães, começou sua campanha eleitoral fazendo um comício no Cine Palácio, em São José dos Campos, no Vale do Paraíba. No cinema, ao lado do candidato a vice, Waldir Pires, o presidenciável deu uma entrevista coletiva, sábado, à tarde, comparando a situação do Brasil à do Haiti, considerado o país mais pobre do Ocidente, "sobretudo nas áreas de saúde, educação de outros indicadores sociais* (O ESP, A-3, 06/06/89).

Não é possível refutar os elementos postos pela narração que traz à presença do (e)leitor a persona política e sua fala e o cenário do acontecimento: em sendo um acontecimento público, não há como apagá-lo. Resta, assim, ao (e)leitor, mesmo que discorde do ponto de

vista do locutor/enunciador, acompanhar, caso queira, o raciocínio que subverte a pretensa verdade contida na fala do candidato, alvo da crítica do editorial. Ou, cabe-lhe ainda, não aceitar a refutação, argumentando que houve um aproveitamento indevido ou tendencioso daquela “fala”:

> *(3a) Na comparação infeliz, o candidato mostrou por que a analogia é o mais simples e também o mais arriscado dos argumentos de retórica. Com mais de 140 milhões de habitantes, a oitava economia do mundo ocidental e um sistema industrial capaz de produzir mercadorias em volume e qualidade competitivos no comércio internacional, o Brasil tem poucos pontos comuns com o Haiti, com cerca de cinco milhões de habitantes e com renda per capita anual de US$ 360,00. De US$ 2.422,00, a renda do Brasil é mais de seis vezes maior.*
> *Em termos de indicadores econômicos, felizmente, o Brasil, que o Dr. Ulysses pretende presidir, ainda está bastante distante do Haiti(...)* (O ESP, A-3, 06/06/89).

Se os fatos como premissas são característicamente os pontos de partida escolhidos para o desenvolvimento do raciocínio, há também as premissas que sinalizam uma argumentação sobre valores:

> *(4) Sejam quais forem os desdobramentos do quadro sucessório a partir de agora, é importante notar que uma das principais vantagens da democracia é precisamente a de permitir um aperfeiçoamento constante do debate político. Se este, no encontro dos candidatos, refletiu bastante da perplexidade e da indiferenciação programática dos que dele participaram, não resta dúvida de que, bem ou mal, a experiência política e a cultura democrática do país vivem, nos dias de hoje, um processo de discussão crescente – e, para além dos sobressaltos, das frustrações e dos episódios consternadores que se manifestam no curto prazo, eis um aprendizado que deve ser feito a todo custo* (FSP - A-2, 07/11/89).

> *(5) (...) Caso opte pela democracia eleitoral, não será mais possível conviver com as seitas que pregam a violenta desestabilização da democracia. Se, ao contrário, escolher a permanência dos grupelhos radicais no interior do partido, sua participação no processo eleitoral não passará de uma farsa deletéria e irresponsável* (O ESP - A-3, 17/08/89).

Concretamente vinculados às personas e grupos políticos, aos eventos postos em perspectiva por ambos os locutores institucionais, tais valores são utilizados *para exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada* (Perelman, 1996, p. 84). Enunciados de forma explícita ou não tais valores não deixam de exprimir os valores dominantes, particulares de certos grupos, pondo à mostra o seu caráter ideológico. Embora conformes à opinião de certos grupos particulares, tais valores não deixam de ser utilizados, em ambos os jornais, como se fossem valores comungados por todos. Ao se impor um valor, não se está deixando de reconhecer, no processo discursivo, a existência de outros valores em oposição. No combate à posição contrária defendida pelo oponente, há que se reconhecer o valor a que ele dá primazia, para melhor combatê-lo. A oposição se faz de dentro da própria ideologia contrária.

Assim, inúmeras noções ou significações se prestam à expressão desses valores. No conjunto dos editoriais considerados, tais significações sinalizam o embate político de correntes ideológicas e se estruturam em torno de determinada noção mais geral.

Nos editoriais do ESP, tais noções constituem campos léxico-semânticos que se organizam em pares dicotômicos: o antigo e o moderno; a utopia e o realismo (pragmatismo). Em torno desses itens, podem ser agrupadas as significações que expressam os valores preferíveis e os prejudiciais ao bem estar coletivo. No processo contra-argumentativo instaurado nesses discursos, o locutor institucional se identifica com os valores do preferível que estão ligados ao moderno e ao

realismo (pragmatismo), opondo-se explicitamente àqueles que defendem valores “prejudiciais” ligados ao antigo e à utopia. Além do *lugar da qualidade* de onde avalia positivamente os valores que advoga, utiliza, ainda, quanto aos valores, o ‘lugar do passado e do presente’, a fim de dimensioná-los.

Desta forma, são considerados antigos, ultrapassados, retrógrados e vivendo na utopia os adversários que cultivam esses valores prejudiciais ao bem estar coletivo, quais sejam: “moldes mentais que vêm do passado”; “a tendência terceiro mundista”; “xenofobia em relação ao capital e à tecnologia do exterior”; “o grevismo exagerado”; “a má administração pública”; “as ilusões utópicas do socialismo”; “a defesa do modelo estatizante-planificador”; “a salvaguarda do regime comunista como um todo”; “o populismo do trabalhismo herdado de Vargas”, “as velhas crenças socialistas e populistas”; o “caudilhismo político”.

Portanto, ao criticar os valores que orientam a práxis política dos adversários, o locutor institucional não deixa de contrapor a esses, os valores os quais julga serem úteis e preferíveis para o bem estar coletivo naquele momento. Coloca-se, assim, ao lado dos que acreditam num modelo político-econômico moderno, real, pragmático e liberal. Partilha, junto com outros segmentos da opinião pública, da convicção de que: “as ilusões utópicas do socialismo só podem ser combatidas pelo realismo quase didáticos dos processos eleitorais livres e abertos”; “a questão do estatismo versus privatização não é um falso problema”; “o nepotismo, a corrupção, os desperdícios na administração pública, a política tradicional são práticas que devem ser negadas”.

Assim, nos editoriais do ESP, a argumentação revela uma visão pragmática, realista e “moderna” desse locutor. Esta visão parece se sustentar na crença de que os problemas da Nação e do Mundo não podem ser debatidos exclusivamente sob a ótica da ideologia: a

modernidade, na percepção desse locutor, orienta-se para o "novo", abandonando "velhas utopias"... Ao se constituir como um locutor que se coloca orientado para a modernidade, não deixa de construir, por contraposição e implicitamente, o modelo desejável e preferível de regime político-econômico.

Já os editoriais da FSP defendem de forma programática a função do Estado – um valor concreto –, como

> (*6) (...) instrumento de regulação da política econômica e como agência de justiça social e redistribuição de renda (...)* (FSP, A-2, 27/07/89).

mas combatendo, por outro lado, a postura daqueles que identificam automaticamente.

> *(7) (...) estas funções com a obrigatoriedade de uma participação direta do Estado no setor produtivo* (FSP, A-2, 26/07/89).

Esse locutor/enunciador institucional assume uma postura "liberal", não deixando, porém, de dar destaque à necessidade de o Estado garantir a "justiça social" e a "redistribuição de renda", aspectos estes não manifestamente expressos na posição moderna, pragmática e liberal assumida pelos editoriais do ESP.

Esta concepção da função do Estado, entre outros aspectos, se apóia em valores também concretos, que se explicitam na seguinte asserção desse locutor institucional:

> *(8) A democracia é o instrumento da mudança, e a forma de obtê-la, com um mínimo de consenso, pressupõe, entretanto, o debate, a disputa de interesses, o confronto de soluções e alternativas* (FSP, A-2, 03/10/89).

E a mudança, em sendo um desses valores, exige segundo o locutor, *soluções concretas e corajosas – de uma radicalidade e de uma abrangência que sejam capazes de redifinir por completo o perfil do Estado e da sociedade* (FSP, A-2, 03/10/89).

É analisando, portanto, os valores que embasam esses editoriais que se pode identificar as marcas de subjetividade aí emergentes. Marcas que sinalizam a presença de pontos de vistas distintos sobre o mesmo referente – a campanha, os partidos e os candidatos – e também de um modo de representar a relação interlocutiva – o locutor institucional (Nós, o jornal) e o Outro, (o (e)leitor e os oponentes do jogo argumentativo).

A relação interlocutiva estabelecida com o oponente, nos editoriais do O ESP, se dá como um embate de opiniões em confronto como se vê em (3) e (3a). O discurso do adversário e sua imagem política são demolidos pelo locutor que situa tal adversário no campo oposto aos dos valores que julga preferíveis: modernidade, pragmatismo e liberalismo....

Nos editoriais da FSP, não há esse procedimento argumentativo-refutativo estabelecendo o jogo polifônico. Os candidatos não são "adversários" com quem o locutor polemiza, mas são apenas interlocutores a quem se dirige, exigindo respostas e predispondo-os a uma ação, no sentido da "linha programática" desejada. E diferentemente dos editoriais do ESP, nos quais se observa a "individuação" de cada um dos candidatos e partidos com quem esse locutor polemiza, nos editoriais da FSP, o locutor se dirige genericamente aos candidatos, sem individuá-los:

> *(9) (...) o que dizem os candidatos à Presidência? O que pretendem, o que priorizam, o que sabem alguns autodenominados liberais, que recuam diante do cerne de todo um modelo estatizante*

> *e, aos pobres dedicam apenas condolências e demagogias*
> (FSP, A-2, 03/10/89)?

Além desse interlocutor, interno ao próprio discurso argumentativo, está o Outro, extraposto a essa interação – o (e)leitor. Este é sempre referido de modo genérico e concebido em sua universalidade pelo locutor. Essa concepção do (e)leitorado como um auditório universal é uma estratégia: consciente da heterogeneidade dos grupos que constituem o eleitorado brasileiro e consciente das críticas que faz aos oponentes e pressupostamente, aos seus partidários, os locutores, estrategicamente, buscam trazer esse eleitor para a posição que defendem... Assim, procuram agradar as possíveis dissidências, valorizando a inteligência desse presumível leitor pela estratégica separação deste do grupo-alvo da crítica do jornal, com a qual presumivelmente poderia estar afinado no momento. A estratégia permite que se reconheça, implicitamente, a qualidade do discurso e dos valores sustentados pelo jornal como só aqueles que podem estar à altura das expectativas desse (e)leitor. A qualificação que o jornal confere ao seu discurso e aos seus valores é transferida, por sua vez, ao (e)leitor que é movido a se integrar a essa maioria de opinião.

São, portanto, os valores que introduzem a subjetividade no processo argumentativo; enquanto os fatos e verdades, e as presunções reforçam o componente objetivo (lógico) desse mesmo processo.

Considerações finais

Na discussão que se fez sobre a questão do método no processo argumentativo, centrou-se a atenção, particularmente, no procedimento de escolha das premissas que servem de ponto de suporte à argumentação. Distinguiu-se, nesse momento, os *objetos de acordo* funda-

dos no real (os fatos e verdades; as presunções) e no preferível (os valores; os lugares), permitindo reconhecer que tal seleção implica a identificação, nos editoriais em exame, do componente objetivo e subjetivo da argumentação.

À guisa de conclusão, restaria estender algumas considerações a respeito desses *objetos de acordo* e tipos de estruturas argumentativas encontradas nos editoriais analisados.

Assim, como *lugares argumentativos* preferenciais nesse tipo de discurso jornalístico, observa-se, pelo menos, a presença de duas estruturas argumentativas características: uma, de natureza empírica; outra, de natureza coercitiva.

A argumentação empírica está fundamentada na experiência observada ou vivida. Segundo Robrieux (1993, p. 127-128) esse tipo de argumentação tem como objetivo a explicação do real ou mesmo a recriação do mundo segundo certos esquemas. Nos editoriais examinados, a base empírica é fortemente sentida, particularmente, no conjunto dos editoriais do ESP. Aqui, *a explicação do real* é construída mediante argumentos que repousam sobre os fatos e a causalidade e argumentos que jogam com a confrontação de realidades.

Os fatos – seu estabelecimento e interpretação – constituem as provas lógicas dessa argumentação, embora se reconheça *que se alguns são incontestáveis outros são suscetíveis de interpretações diferentes, portanto, passíveis de controvérsia* (Robrieux, 1993). Nos editoriais, em análise, muitos são os fatos apresentados como evidência: desde um fragmento de discurso do oponente até a batalha dos dados estatísticos e das pesquisas de opinião... Tudo é utilizado no debate político, segundo as necessidades de uma estratégia argumentativa.

Os argumentos baseados na confrontação de realidades, no caso, a confrontação entre uma pessoa e seu ato, muito utilizados nesse conjunto de editoriais do ESP, objetiva desqualificar o adversário (*argumento ad personam*), mostrando a incoerência dos seus atos e afirma-

ções em relação à sua pessoa, ou, inversamente, fazendo um julgamento positivo do ato e da pessoa (argumento de autoridade). É bom que se diga que a utilização desses dois tipos de argumentos revelam, muitas vezes, a tendenciosidade do locutor.

Quanto aos argumentos empíricos que *recriam o mundo segundo esquemas* – no caso, "a utopia socialista" em contraponto "ao modelo da livre iniciativa" – tais argumentos apóiam essa recriação no princípio da indução: do caso particular para o geral. Partindo dos argumentos indutivos, no caso, – o exemplo e o modelo – esses argumentos são utilizados nesses editoriais como estratégia de refutação. A apresentação de uma *persona política* tida como exemplo de competência política e modelo de homem público (cf. fragmento 3, 3a) é feita de forma a "retorcer" essa imagem em proveito de uma estratégia argumentativa. O objetivo dessa estratégia é a apresentação polêmica dessa *persona política* como um contra-exemplo e um contra-modelo. Essa argumentação indutiva está associada a um raciocínio analógico que empresta à argumentação uma tonalidade pedagógica.

A argumentação empírica também está presente no conjunto dos editoriais da FSP. Mas poder-se-ia dizer que o lugar argumentativo preferível desse locutor é o da argumentação coercitiva que se estrutura em torno dos valores, dos lugares-comuns e das perguntas dialéticas. Segundo Robrieux, esse modo de argumentar visa persuadir não *pelas vias racionais, mas forçando o interlocutor ou o público no terreno dos valores pressupostamente partilhados, ou aproveitando-se de sua inexperiência dialética* (Robrieux, 1993, p. 155). Nos editoriais da FSP, os valores defendidos por esse locutor são elevados à condição de verdade, quase tendo o mesmo papel dos axiomas de uma demonstração. E dessa forma são apresentados como sendo válidos e aceitos por todos... Ainda, segundo o mesmo autor, o recurso a uma argumentação fundada nesses *valores de referência* são recursos que evitam o debate, fogem da polêmica. No caso, a argumentação desenvolvida por esse

locutor parece ter como objetivo a exaltação do momento político então vivido – o "louvor" à democracia, aos debates livres... E não são apenas os argumentos estruturados sobre os valores que se prestam a conduzir o interlocutor ao terreno da coerção (ou do engano): as perguntas puramente dialéticas caminham nesse sentido (cf. fragmento 9 acima). E nesse sentido, caminham também os argumentos estruturados sobre os lugares-comuns.

Ao ressaltar a importância das estruturas argumentativas fundadas nos valores, lugares-comuns e perguntas dialéticas não se quer dizer que tais tipos de argumentos estejam ausentes dos editoriais do ESP. Nesses editoriais, a estratégia argumentativa do locutor faz emergir os valores, a partir do uso de estruturas argumentativas de natureza empírica – argumentos fundados nos fatos e na confrontação de realidades –. Nos editoriais da FSP, a preferência, já de partida, pelas estruturas argumentativas reconhecidamente fundadas nos valores é que constitui o cerne da argumentação.

Se ambos os jornais argumentam no domínio da política, os pontos de partida e as estruturas argumentativas sinalizam propósitos e modos de argumentar distintos. A preferência do locutor institucional dos editoriais do ESP por fatos e estruturas argumentativas de natureza empírica, indutiva evidenciam um propósito argumentativo que é o de promover o seu interlocutor – o (e)leitor – à posição de deliberar e optar por uma determinada ação. E para isso, enfrenta o debate e age persuasiva e pedagogicamente... Já o locutor dos editoriais da FSP, ao mostrar sua preferência por valores e estruturas argumentativas neles fundados, sinaliza um propósito argumentativo que é o de despertar a disposição do eleitor para a ação. Assim, o discurso argumentativo que constrói não se situa no âmbito da deliberação, mas no âmbito dos discursos epidíticos, pelo seu "lado otimista e incensador" (Perelman, 1996, p. 57).

Portanto, os modos de argumentar podem identificar, no âmbito do discurso opinativo, duas vias concorrentes, ou seja, razão e vontade.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Rhétorique.* Livre 1. Trad. De M. Dufour, Paris, Les Belles Lettres, 1967.

DECLERQ, G. *L'Art d'Argumenter. Structures rhétoriques et littéraires.* Paris, Éditions, Universitaires, 1992, p. 7-96.

PERELMAN, CH. & TYTECA-OLBRECHTS, L. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*, prefácio Fabio Ulhoa Coelho. Trad. De Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 15-111.

ROBRIEUX, J. - J. *Éléments de Rhetorique et d'Argumentation.* Paris, Dunod, 1993, p. 97-178.

FICHA TÉCNICA

Divulgação	LIVRARIA HUMANITAS-DISCURSO
Capa	Erbert Antão da Silva
Mancha	11,5 x 19 cm
Formato	16 x 22 cm
Tipologia	Goudy Old Style BT
Papel	miolo: off-set 75 g/m²
	capa: cartão branco 180 g/m²
Impressão da capa	Marrom Brasil e Preto
Impressão e acabamento	Gráfica – FFLCH/USP
Número de páginas	202
Tiragem	500